

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO**

**UMA ANÁLISE DO DISCURSO GEOPOLÍTICO E  
GEOECONÔMICO NOS PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS DO  
GOVERNO BOLSONARO (2019-2020) PARA AMÉRICA DO  
SUL**

**CELSON RODRIGUES CARDOSO FILHO**

**2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**UMA ANÁLISE DO DISCURSO GEOPOLÍTICO E GEOECONÔMICO  
NOS PRONUNCIAMENTOS OFICIAIS DO GOVERNO BOLSONARO  
(2019-2020) PARA AMÉRICA DO SUL**

**CELSO RODRIGUES CARDOSO FILHO**

*Sob a Orientação do Professor*

**Dr. André Santos da Rocha**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Geografia** no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Área de concentração Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

**Seropédica, RJ**

**Maio de 2022**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F478a FILHO, CELSO RODRIGUES CARDOSO , 1968-  
Uma Análise do Discurso Geopolítico e Geoeconômico  
nos Pronunciamentos Oficiais do Governo Bolsonaro  
(2019-2020) para América do Sul / CELSO RODRIGUES  
CARDOSO FILHO. - Seropédica, 2022.  
91 f.: il.

Orientador: André Santos da Rocha.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA, 2022.

1. Análise do Discurso. 2. Governo Bolsonaro. 3.  
Geopolítica. 4. América do Sul . I. Rocha, André  
Santos da , 1983-, orient. II Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
GEOGRAFIA III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**CELSO RODRIGUES CARDOSO FILHO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Linha de Pesquisa em: Espaço, Política e Planejamento.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/05/2022.

---

Prof. Dr. André Santos da Rocha - PPGGEO/DGG/UFRRJ

---

Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira - PPGGEO/DGG/UFRRJ

---

Prof. Dr. Vinícius Modolo Teixeira - UNEMAT

## AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus criador do Universo e de tudo que nele há, o Deus de todos os homens, o Deus de todas as espécies, e que me concedeu graça e saúde para que eu chegasse ao fim desta pesquisa e concluí-la. A Ele toda honra! A Ele toda glória!

Aos meus pais, Jupira dos Santos Cardoso e Celso Rodrigues Cardoso (in memoriam), minhas irmãs Cássia e Simone e meu irmão Cleiton (in memoriam) por terem sido a base de tudo que sou.

Ao meu orientador, Professor Dr. André Santos, por ter entrado nessa pesquisa junto comigo, me acolhido como a um irmão e ter acreditado que poderia ser possível chegar ao final quando eu mesmo já não tinha mais tanta esperança. Não tenho palavras para agradecer e nem como retribuir tanta gratidão, a não ser dizer “muito obrigado por tudo!”... Deus te recompense em tudo e faça prosperar toda trajetória de sua vida e extensivo a toda sua família!

Aos professores da minha banca de Mestrado que fazem parte da minha história de vida! Muito obrigado pelas colaborações e orientações na pós-escrita.

A minha esposa, Silvia Cardoso pelo apoio, companheirismo e incentivo para prosseguir. Obrigado por me fazer acreditar que tudo é possível pra mim.

Aos meus filhos, Adrielle, Thiago e Rafael que compartilham cada vitória e vibram comigo. E com amor aos meus futuros netos!

Ao programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que ficará na minha memória.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. The present work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) - Financing Code 001”.

## RESUMO

FILHO, Celso Rodrigues Cardoso. **Uma Análise do Discurso Geopolítico e Geoeconômico nos Pronunciamentos Oficiais do Governo Bolsonaro (2019-2020) para América do Sul.** RJ. 2022, 91f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

A Análise do Discurso (AD) como proposta teórico-metodológica desta dissertação é uma técnica ou um conjunto de procedimentos que têm como objetivo esclarecer qualitativamente as intenções ou omissões dos discursos. Os efeitos dos sentidos dos discursos ligados ao contexto histórico-sociocultural consolidam posições estruturais ideológicas que são mediatizadas pela linguagem como fator de construção do discurso para transformar realidades no mundo social. Buscou-se trazer “à luz” os “desvios” das falas discursivas, contextualizá-los, destrinchá-los, tentar entender os signos dos ditos e não ditos e compará-los com as formações discursivas que nutrem os pronunciamentos. Para tentar entender essa intencionalidade do Governo Jair Bolsonaro e obter alguma resposta conjuntural que justifique a hipótese de que existe uma política estratégica nos discursos geopolíticos e geoeconômicos para a América do Sul, traçou-se alguns elementos de pesquisa que pudessem responder ao seguinte questionamento: em que medida os discursos geopolíticos nos pronunciamentos oficiais, sob a diplomacia do governo Bolsonaro, revelam uma estratégia geopolítica e geoeconômica de poder para a América do Sul? Para a construção do *corpus* delimitamos os pronunciamentos e documentos ocorridos durante o governo de Bolsonaro nos anos de 2019 e 2020, os dois primeiros anos de governo. Os recortes têm como base os textos escritos dos pronunciamentos oficiais do Presidente, do Vice-Presidente e do Ministro das Relações Exteriores (Chanceler), cujas fontes de dados serão os sites oficiais do governo e do MRE. A partir deles foram elaborados aprofundamentos de análise (*corpus* de análise) com fins a estabelecer o caráter sócio, histórico, geográfico e ideológico dos discursos geopolíticos e geoeconômicos. Para o *corpus* de análise foram pesquisados e analisados os principais jornais e revistas brasileiros (O Globo, Folha de São Paulo, Correio Braziliense, Veja, Época e Istoé), dissertações e teses e livros pertinentes ao tema.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; Governo Bolsonaro; Geopolítica; América do Sul

## ABSTRACT

FILHO, Celso Rodrigues Cardoso. **An Analysis of the Geopolitical and Geoeconomic Discourse in the Official Pronouncements of the Bolsonaro Government (2019-2020) for South America**. RJ. 2022, 91p. Dissertation (Master in Geography). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

Discourse Analysis (AD) as the theoretical-methodological proposal of this dissertation is a technique or a set of procedures that aim to qualitatively clarify the intentions or omissions of discourses. The effects of the meanings of the discourses linked to the historical-sociocultural context consolidate ideological structural positions that are mediated by language as a factor in the construction of the discourse to transform realities in the social world. We sought to bring “to light” the “deviations” of discursive speeches, contextualize them, unravel them, try to understand the signs of the said and unsaid and compare them with the discursive formations that nourish the pronouncements. In order to try to understand this intention of the Jair Bolsonaro Government and obtain some conjunctural answer that justifies the hypothesis that there is a strategic policy in the geopolitical and geoeconomic discourses for South America, some research elements were outlined that could answer the following question: in To what extent do geopolitical discourses in official pronouncements, under the diplomacy of the Bolsonaro government, reveal a geopolitical and geoeconomic strategy of power for South America? For the construction of the corpus, we delimited the pronouncements and documents that occurred during the Bolsonaro government in the years 2019 and 2020, the first two years of government. The clippings are based on the written texts of the official pronouncements of the President, the Vice-President and the Minister of Foreign Affairs (Chancellor), whose data sources will be the official websites of the government and the MRE. From them, in-depth analysis (corpus of analysis) was elaborated in order to establish the socio, historical, geographic and ideological character of geopolitical and geoeconomic discourses. For the corpus of analysis, the main Brazilian newspapers and magazines (O Globo, Folha de São Paulo, Correio Braziliense, Veja, Época and Istoé), dissertations and theses and books relevant to the topic were researched and analyzed.

**Keywords:** Discourse Analysis; Bolsonaro government; Geopolitics; South America

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Pivô Geográfico de Mackinder. ....	11
<b>Figura 2</b> - Teorias de Rimland e Heartland. ....	12
<b>Figura 3</b> - As Pan-Regiões de Karl Haushofer. ....	13
<b>Figura 4</b> – Economia-Mundo. ....	26
<b>Figura 5</b> – Ramal Ferroviário Argentino sobre o Heartland Sul-Americano. ....	37
<b>Figura 6</b> – A Teoria dos Hemiciclos de Golbery do Couto e Silva. ....	40
<b>Figura 7</b> – Áreas Interiores de Intercâmbio Fronteiriço. ....	42
<b>Figura 8</b> – Integração Pan-Amazônica. ....	43
<b>Figura 9</b> – Teoria da Defrontação. ....	44
<b>Figura 10</b> – Notícia da Revista Exame de 18/01/2019. ....	56
<b>Figura 11</b> – Notícia da Folha de S. Paulo de 14/09/2003. ....	61
<b>Figura 12</b> – Notícia de O Estado de S. Paulo de 19/08/2010. ....	62
<b>Figura 13</b> – Notícia da Folha de S. Paulo de 14/09/2003. ....	62
<b>Figura 14</b> – Notícia do El Pais de 16/09/2020. ....	65
<b>Figura 14</b> – Distúrbios na América do Sul. ....	69
<b>Figura 15:</b> Desmatamento e focos de calor no bioma Amazônia no Brasil, 2019. ....	71
<b>Figura 16</b> – Os Famosos e a Amazônia. ....	71
<b>Figura 17</b> – A Amazônia é Bem Comum. ....	72
<b>Figura 18</b> – Números Fabricados e Manipulados. ....	75
<b>Figura 19</b> – Prosul sem Venezuela. ....	78
<b>Figura 20</b> – Crimes na Venezuela. ....	79

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Autores e principais conceitos na Análise do Discurso .....	23
<b>Quadro 2</b> - Aspectos definidores do Sistema-Mundo. ....	24
<b>Quadro 3</b> - Resumo Histórico das Crises Econômicas no período 1994 – 2009. ....	29
<b>Quadro 4</b> - Hegemonia Unilateral <i>versus</i> Hegemonia Cooperativa. ....	34
<b>Quadro 5</b> – Fases de desenvolvimento da geopolítica brasileira. ....	35
<b>Quadro 6</b> - Lexemas selecionados nos discursos. ....	47
<b>Quadro 7</b> - Quadro-Síntese.....	48
<b>Quadro 8</b> - Fragmento 1 - Presidente da República. ....	50
<b>Quadro 9</b> – Formas de Poder.....	53
<b>Quadro 10</b> - Fragmento 2 - Presidente da República. ....	55
<b>Quadro 11</b> - Fragmento 3 - Presidente da República. ....	58
<b>Quadro 12</b> - Fragmento 5 – Chanceler. ....	63
<b>Quadro 13</b> - Fragmento 7 – Chanceler .....	63
<b>Quadro 14</b> – Quadro religioso dos países latino-americanos.....	64
<b>Quadro 15</b> – Fragmento 4 - Vice-Presidente da República.....	67
<b>Quadro 16</b> – Doações ao Fundo Amazônia.....	67
<b>Quadro 17</b> - Fragmento 6 - Vice-Presidente da República. ....	73
<b>Quadro 18</b> - Fragmento 8 – Chanceler. ....	76
<b>Quadro 19</b> - Fragmento 9 – Chanceler .....	79

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapas 1 e 2</b> – Código Geopolítico da Prevenção.....	27
<b>Mapa 3</b> – Mapa do Brasil. ....	35
<b>Mapa 4</b> – América do Sul. ....	36
<b>Mapa 5</b> – Governos na América do Sul (2011 e 2016). ....	66
<b>Mapa 6</b> – Governos na América do Sul (2021). ....	68

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – PIB do Estados Unidos (Período de 1972 a 2022).....	28
<b>Gráfico 2</b> – PIB do Brasil (Período de 1972 a 2022).....	29

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACD – Análise Crítica do Discurso

AD – Análise do Discurso

ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

BDI – Federação das Indústrias alemãs

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CNI – Confederação Nacional das Indústrias

CUEV – Centro Experimental Universitário de Vincennes

EEBA - Encontro Econômico Brasil-Alemanha

ECEMAR – Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica

ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EGN – Escola de Guerra Naval

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FIERN – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte

FD – Formação Discursiva

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

GSI – Gabinete de Segurança Institucional

G-20 – Grupo dos 20

G-7 – Grupo dos 7

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais

ISCET – Instituto Superior de Ciências Empresariais e de Turismo

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
MRE – Ministério das Relações Exteriores  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
OTAS – Organização do Tratado do Atlântico Sul  
PIB – Produto Interno Bruto  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PROSUL – Foro para o Progresso da América do Sul  
SNI – Serviço Nacional de Informações  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TPI – Tribunal Penal Internacional  
TIAR – Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca  
TSM – Teoria do Sistema-Mundo  
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
WTC – World Trade Center

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1      <b>CAPÍTULO I GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E DISCURSO .....</b></b>	<b>6</b>
1.1      Geografia Política e Geopolítica: uma base conceitual .....	6
1.2      Os Pressupostos da Geopolítica Clássica e da Geopolítica Crítica .....	9
1.2.1      Geopolítica Clássica .....	11
1.2.2      Geopolítica Crítica.....	13
1.3      A Geopolítica Como Discurso na Geopolítica Crítica .....	15
1.4      A Análise do Discurso Como Método.....	18
<b>2      <b>CAPÍTULO II (GEO) POLÍTICA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL.....</b></b>	<b>24</b>
2.1      O Sistema-Mundo: a América do Sul e o Brasil .....	24
2.2      América do Sul: uma encruzilhada entre o poder Estadunidense e a geopolítica brasileira. ....	30
2.3      A Geopolítica Brasileira e Seus Discursos Para América do Sul.....	34
<b>3      <b>CAPÍTULO III      DISCURSO GEOPOLÍTICO E GEOECONÔMICO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL.....</b></b>	<b>46</b>
3.1      Fragmentos da Análise do Discurso (AD) no <i>Corpus</i> .....	46
3.2      Análise do Discurso de Posse do Governo Bolsonaro .....	48
3.3      Narrativas Geopolíticas e Geoeconômicas para a América do Sul .....	52
3.3.1      Discursos do Governo <i>versus</i> Discursos da Mídia .....	53
3.3.2      A Venezuela nos discursos do Governo e da Mídia.....	54
3.3.3      Cuba e o Foro de São Paulo nos discursos de Bolsonaro.....	60
3.3.4      A América do Sul dividida: entre a esquerda e a direita .....	65
3.3.5      Os Discursos e a Amazônia Brasileira .....	70
3.3.6      A Unasul, o Prosul e o Mercosul nos discursos .....	75
<b>4      <b>Considerações finais .....</b></b>	<b>81</b>
<b>5      <b>Referências bibliográficas.....</b></b>	<b>85</b>

## Uma Análise do Discurso Geopolítico e Geoeconômico nos Pronunciamentos Oficiais do Governo Bolsonaro (2019-2020) para América do Sul

“Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.”

*“A ordem do discurso” (Michel Foucault)*

### INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso (AD) como proposta teórico-metodológica desta dissertação é uma técnica ou um conjunto de procedimentos que têm como objetivo esclarecer qualitativamente as intenções ou omissões dos discursos. Os efeitos dos sentidos dos discursos ligados ao contexto histórico-sociocultural consolidam posições estruturais ideológicas que são mediatizadas pela linguagem como fator de construção do discurso para transformar realidades no mundo social.

Estes discursos e seus efeitos de sentido ideológicos têm relação direta com as posições dicotômicas e recentes de caráter geopolítico e geoeconômico que ocorrem nos países da América do Sul. Uma lógica de pensamento que, devido às assimetrias, alguns Estados chegam a admitir como estratégico ou político-estratégico tomar uma postura de convergência, dispersão ou uma posição antagônica nos processos complexos de integração regional. Várias iniciativas de integração ao longo dos anos foram colocadas na América Latina como a ALALC (1960), a ALADI (1980) e por fim o MERCOSUL (1991), de iniciativa brasileira, sendo este último de configuração estrategicamente direcionada à América do Sul.

Características desses movimentos nestas direções mais recentes foram a criação de entidades como a Unasul e Prosul que por posições ideológicas, foram abandonadas ou esvaziadas para que propostas e interesses de algumas nações fossem asseguradas. São posicionamentos de governança distintos que por sua vez irão demandar estratégias de poder diferenciadas. Os governos anteriores ao de Bolsonaro se voltaram geopoliticamente para a América do Sul com uma proposta de política externa de integração via identidade regional, com afastamento dos interesses hegemônicos estadunidenses e com prioridade para as alianças comerciais intra-bloco.

Buscamos trazer “à luz” os “desvios” das falas discursivas, contextualizá-los, destrinchá-los, tentar entender os signos dos ditos e não ditos e compará-los com as formações discursivas que nutrem os pronunciamentos. O que se quis foi realizar um exercício de interpretação com técnicas conceituais numa tentativa de aproximação do real significado dos enunciados e das enunciações que conectam os sujeitos envolvidos, a fim de alcançar a essência, os sentidos e os resultados que são injetados na sociedade.

Não é um exercício fácil, pois caberá ao pesquisador (analista do discurso) buscar a melhor interpretação do “dito” e do “não-dito”. Realizar essa tarefa vai requerer deste analista se inclinar para além daquilo que se constitui como o escrito, o qual será necessário realizar recortes e denominá-los como fragmentos, que comporão o *corpus* do presente estudo.

Optamos pela Escola Francesa de Análise do Discurso que se coloca como pós estruturalista e neomarxista com o intuito de fazer uma abordagem crítica do discurso,

traçando paralelos entre história, relações sociais, sociedade e relações de poder. Nestes paralelos veremos as contribuições de Michel Pêcheux, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin e Eni P. Orlandi e alguns outros autores que dialogam com o tema.

Como nos revela Bakhtin (1997) “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua”. Portanto, conseguimos inferir que as relações de poder têm na linguagem sua materialidade como um mecanismo de ação e controle e que ainda congrega a ideologia dominante que subjuga outras classes da sociedade. Por isso, se torna fulcral entender a dinâmica da relação de poder do ponto de vista dos discursos geopolíticos e geoeconômicos que estamos propondo neste trabalho.

A ideia da construção desta pesquisa surgiu do interesse em realizar a análise dos discursos geopolíticos e geoeconômico do Presidente Jair Messias Bolsonaro nos dois primeiros dois anos de seu governo (2019-2020), partindo do princípio de que esses discursos em pronunciamentos oficiais não são aleatórios e os consideramos como carregados de intencionalidade e ideologias voltadas à articulação de poder. E se há intenções logo existe incorporado um caráter também político e geopolítico.

Neste sentido, concordamos com Michel Foucault (2004), quando ele menciona que todo discurso é, sobretudo “ideológico” e, a nosso ver, vem introduzir na maioria das vezes e de forma invisível e sutil uma relação de poder entre os envolvidos no discurso através da linguagem.

Gregolin (1995) nos informa que a ideologia “é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade”. Portanto, a transmissão do viés ideológico de uma sociedade dependerá da representatividade social entranhada no seio da sociedade dominante, que dita as regras conforme seus interesses, onde, no contexto da análise do discurso, a linguagem expressará o componente ideológico sem, no entanto, denotar “uma relação direta entre as representações e a língua” (GREGOLIN, 1995, p. 17).

Ao tomarmos o discurso como método teórico da Análise do Discurso (AD) para esta pesquisa, queríamos demonstrar que os elementos linguísticos presentes nos discursos geopolíticos do governo Bolsonaro, mesmo fazendo parte da existência material do discurso, não conseguia apontar com clareza de sentido o caráter sócio ideológico e político presente nele.

O professor Cleudemar Alves Fernandes (FERNANDES, 2007, p. 12) em sua *Análise do discurso: reflexões introdutórias* aponta que “as posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares”.

Portanto, o que nos interessou neste trabalho foi caminhar para além da linguagem ou da língua. Buscamos localizar na intencionalidade do discurso os objetivos geopolíticos e geoeconômicos relacionados a ele nas relações internacionais do Brasil na América do Sul.

Inicialmente a nossa intenção foi verificar o comportamento do Brasil diante da crise migratória venezuelana para o Brasil, iniciada no governo anterior de Dilma/Temer, onde premeditamos uma possível manobra discursiva de Bolsonaro nas questões externas e internas da Venezuela, principalmente de uma postura acintosamente crítica ao governo venezuelano de Nicolás Maduro perante a comunidade internacional nos discursos dirigidos a organismos como a ONU, OEA, OMC, BRICS e em alguns fóruns como os G-20, G-7, por exemplo.

No decorrer das buscas bibliográficas e algumas leituras nos deparamos com questões maiores que as migratórias venezuelanas para o Brasil; uma suposta ordem de discursos geopolíticos construtivos de uma estratégia política a ser direcionada para a América do Sul.

Esses discursos apareceram de forma oficial nos pronunciamentos do presidente, do vice-presidente e do chanceler e foram direcionados à comunidade internacional, conforme pretendemos apresentar nas linhas desta dissertação.

A análise empírica sugere que houve um distanciamento real do atual governo nas questões geopolíticas sul-americanas e um alinhamento automático, explicitamente político, econômico e tecnológico com os Estados Unidos (Governo Trump), no estilo da “Barganha Leal”, cunhada tempos atrás pelo General Golbery, mas ao mesmo tempo se percebe uma dialógica geopolítica voltada para a América do Sul, a fim de se “constituir como centro regional de poder no Atlântico Sul” (BECKER, 1988); restava saber se houve e qual era o papel geopolítico e geoeconômico de Bolsonaro e seu governo para o subcontinente na atual conjuntura política sul-americana.

Para tentar entender essa intencionalidade do governo Bolsonaro e obter alguma resposta conjuntural que justificasse a hipótese, traçamos alguns elementos de pesquisa que pudessem responder ao seguinte questionamento: em que medida os discursos geopolíticos e geoeconômicos nos pronunciamentos oficiais, sob a diplomacia do governo Bolsonaro, revelam uma estratégia geopolítica de poder para a América do Sul?

Na perspectiva da Análise do Discurso buscamos extrair dos pronunciamentos os elementos (fragmentos) ou “marcas” espalhadas nos enunciados (GREGOLIN, 1995, p.19), que demonstrassem uma narrativa geopolítica de poder mascarada pelos discursos geopolíticos ou geoeconômicos e compará-los com a realidade histórica e geográfica regional do subcontinente sul-americano atual.

[...] poder-se-ia dizer que a noção de discurso geopolítico se refere à forma como os intelectuais de Estado (intellectuals of statecraft) - esse grupo heterogêneo, tanto de “teóricos” universitários ou de institutos de pesquisa como de “praticantes”, militares ou diplomatas – espacializam a política mundial (CAIRO, 2008, p. 203).

O objetivo geral desta pesquisa que está sendo apresentada focou em realizar uma análise crítica dos discursos geopolíticos e geoeconômicos de Bolsonaro e seus porta-vozes (o vice-presidente e o chanceler) nos pronunciamentos oficiais.

Como objetivos mais específicos buscamos formular uma análise para investigar com um olhar sobre as relações internacionais do Brasil na América do Sul os seguintes: 1) Realizar uma Análise do Discurso Geopolítico tendo como base conceitual a Escola Francesa de Análise do Discurso, principalmente as teorias formuladas por Michel Pêcheux e Michel Foucault. 2) Verificar quais as bases históricas, sociais, políticas e econômicas que contribuem para que seja possível traçar um paralelo de uma discursividade geopolítica de poder supostamente conduzida pelo Governo Bolsonaro. 3) Identificar que implicações geopolíticas ou geoeconômica são possíveis de extrair sobre a possibilidade de uma estratégia de poder na América do Sul pelo Governo Bolsonaro.

Temos como título deste estudo: “Uma Análise do Discurso Geopolítico e Geoeconômico nos Pronunciamentos Oficiais do Governo Bolsonaro (2019-2020) para América do Sul”.

A hipótese central foi de que os discursos geopolíticos e geoeconômicos do Governo Bolsonaro parecem sugerir um modelo de construção de narrativas discursivas como estratégia geopolítica de poder do Brasil para a América do Sul.

A presente dissertação é constituída por um *corpus* discursivo e um *corpus* de análise. Os recortes para análise do *corpus* discursivo serão propostos mais adiante em capítulo específico.

Para a construção do *corpus* delimitamos os pronunciamentos e documentos ocorridos durante o governo de Bolsonaro nos anos de 2019 e 2020, os dois primeiros anos de governo.

Os recortes têm como base os textos escritos dos pronunciamentos oficiais do Presidente, do Vice-Presidente e do Ministro das Relações Exteriores (Chanceler), cujas fontes de dados são os sites oficiais do governo e do MRE. A partir deles foram elaborados aprofundamentos de análise (*corpus* de análise) com fins a estabelecer o caráter sócio-

histórico, geopolítico e ideológico dos discursos que alimentam as ações do Governo Bolsonaro para a América do Sul.

Para o *corpus* de análise foram pesquisados os principais jornais (O Globo e Folha de São Paulo) e alguns outros, revistas, algumas dissertações, teses, artigos e livros pertinentes ao tema.

Neste estudo foram separados 03 (três) discursos do Presidente Jair Bolsonaro, 02 (dois) discursos do Vice-Presidente Hamilton Mourão, 04 (quatro) discursos do Ministro Ernesto Araújo. Deles retiramos os Fragmentos e seus recortes para a análise.

A pesquisa usou o método da Análise do Discurso (AD) em uma revisão bibliográfica e documental e teve um caráter exploratório de abordagem qualitativa.

Ao diagnóstico qualitativo do presente estudo buscamos em Minayo (2001) a seguinte afirmação e justificativa:

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 21).

E para consolidar a abordagem da qual mergulhamos, baseamo-nos também em Chizzotti (2006),

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2006, p. 78).

A Análise do Discurso nos permitiu caminhar em direção aos fatos e sentidos do discurso para compreender e nos conectar com a realidade social através da história, do sujeito e da linguística.

Na verdade, o que se pretendeu foi expandir o entendimento para além do fato linguístico e ir à busca da descoberta dos fatos e das representações simbólicas, históricas e políticas, dos valores culturais e ideológicos implícitos nos hiatos (fendas) da linguagem.

Optou-se pela Escola Francesa de Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux, que observa o discurso como objeto de análise e que, em sua teoria, “a linguagem é materializada na ideologia e como se manifesta na linguagem” (ORLANDI, 2005, p. 10).

Os autores que nos ajudaram a costurar o *corpus* deste trabalho durante o percurso na categoria de Análise do Discurso (AD) são Michel Pêcheux, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin e outros autores que contribuíram com a AD, dentre eles, citamos Eni Pulcinelli Orlandi, Helena H. Nagamine Brandão e Maria do Rosário Valencise Gregolin.

Priorizamos as correntes ideológicas nos discursos escritos em pronunciamentos oficiais do Presidente Jair Messias Bolsonaro, do Vice-Presidente Antônio Hamilton Martins Mourão e do Ministro das Relações Exteriores Ernesto Henrique Fraga Araújo.

Acreditamos que a temática pôde contribuir para os estudos da Geografia das Relações Internacionais e da Geopolítica nas relações externas do Brasil na América do Sul.

Esta pesquisa, além da parte introdutória e das considerações finais e conclusão, foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo buscou-se resgatar os conceitos de Geografia Política, Geopolítica e Discurso. Apresentamos os pensamentos de autores clássicos como

Friedrich Ratzel e Rudolf Kjellén, e de outros formuladores de teorias como Halford Mackinder, Alfred Thayer Mahan, Alexander P. de Sevesky, Willian Mitchell, J. Douhet Von Seecket e Nicholas J. Spykman. No capítulo dois trouxemos a posição do Brasil na América do Sul na perspectiva da Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein e da Teoria da Dependência, a trajetória dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria no subcontinente e o histórico geopolítico na visão de geopolíticos militares e civis brasileiros. No terceiro capítulo realizamos uma análise do discurso nos recortes de pronunciamento oficiais do Governo Bolsonaro dando ênfase ao fundo histórico e geopolítico que alimentam ações para a América do Sul.

# 1 CAPÍTULO I

## GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E DISCURSO

### 1.1 Geografia Política e Geopolítica: uma base conceitual

Iniciamos este capítulo resgatando os principais conceitos de Geografia Política e Geopolítica. Eles foram alvos de grandes debates ao longo da história com relação ao seu campo de atuação de uma e outra ciência.

Lembramos aqui as construções teóricas de diversos autores, inicialmente Friedrich Ratzel (1844-1904) e Rudolf Kjellén (1864-1922), considerados os “fundadores das modernas geografias política e geopolítica”. Ao lado destes pensadores, os grandes estrategistas como Halford Mackinder (1861-1947) com sua teoria sobre a Heartland (Coração do Mundo), onde quem domina a Eurásia dominaria a Ilha Mundial. O Geostratega e oficial da marinha dos Estados Unidos, Alfred Thayer Mahan (1840-1914), que formula a teoria estratégica e naval sobre o poder marítimo, onde influenciou vários países a fazer investimentos em suas marinhas de guerra e na formação de seus militares. Outras formulações estratégicas e geoestratégicas pelo controle do espaço aéreo de autoria dos estrategistas Alexander P. de Sevesky, Willian Mitchell, J. Douhet e Von Seecket.

Para o professor Shiguenoli Miyamoto estes nomes são considerados os “clássicos” da geografia política e geopolítica (MIYAMOTO, 1981, p. 77).

A teoria do espaço vital de Ratzel na obra "*Politische Geographie*", em essência, está ligada às relações de poder exercido pelo Estado sobre as áreas territoriais e a necessidade de expansão das fronteiras do Estado, e ainda concomitante com a ideia de que “o homem e a sociedade dependem do solo” (CASTRO e CARVALHO, 2009, p. 405), e que nessa dependência ocorrem as competições entre os homens pelo espaço. Para Ratzel o Estado age como um “organismo vivo” e nos meios de disputa procura tirar proveitos dos recursos que são limitados, tudo isso, evidentemente, num contexto do ideal imperialista e hegemônico alemão.

Na história das relações internacionais temos a figura do ator internacional que é aquele que participa de todos os atos internacionais e atua de forma autônoma na sociedade, podendo ser Estados, entidades, ONG, indivíduo, grupo ou empresas. E o Estado, como um dos mais importantes atores do Sistema Internacional, exerce ações de caráter político para se posicionar no sistema mundial na balança de poder através dos fatores econômico, jurídico, bélico-militar ou tecnológico.

Becker (1993) *apud* Karol (2013, p. 25) considerando o Estado como ator privilegiado aponta que,

No século XVIII, Turgot (1727-1781) já afirmava que a Geografia Política tem a intenção explícita de contribuir com uma perspectiva geográfica ao desenho das políticas de governo [Estado] (MACHADO, 1998, p. 59). Recentemente entre nós, a declaração de uma personagem envolvida na trama de relações constituídas nos últimos trinta anos (1982-2012), na Geografia no Brasil, justificou sua escolha pela Geografia Política como campo de pesquisa, porque tinha o Estado como seu principal interlocutor (BECKER, 1993, p. 2).

Os condicionantes geográficos que moldam a geopolítica de um país parecem muito presentes ainda no contexto das nações e as influências do meio físico, como a posição

geográfica, as riquezas, capacidade de inovação tecnológica dentre outros recursos materiais e humanos, podem desencadear as manobras geopolíticas e a política externa dos Estados.

As geografias presentes nos discursos trazem um conjunto conceitual para o debate. A geografia estruturalista, influenciada pelos geógrafos franceses, marxistas, de cunho social e econômico, ainda suscitam análises geográficas atualmente. A Geografia Política e a Geopolítica servem então para fornecer as bases para as análises dos discursos geopolíticos que se pretende abordar nesta dissertação.

A princípio entendemos que o contexto inicial da Geografia Política era a guerra, e naquela ocasião, o da guerra entre a França e a Alemanha pelo território da Europa Continental (1870) que naquele ambiente político foi percebido como uma “ferramenta do nacionalismo alemão” enquanto a Geopolítica era vista como uma “ferramenta do imperialismo alemão” (ROSIÈRE, 2018, p. 87-88).

Hans W. Weigert (1983, p.23) menciona que,

Si comparamos “geografía política” y “geopolítica” se vê en el acto que la primera es una rama de la geografía, mientras que la segunda pertenece al dominio de la ciencia política. El geógrafo que se ocupa de las relaciones espaciales entre los estados se convierte en un geógrafo político; el estudio de la ciencia política - y el estadista, podríamos añadir - que aprende a emplear los factores geográficos para una mejor comprensión de la política, se convierte en un geopolítico.

Miyamoto (1981, p. 76) complementa a comparação entre geografia política e geopolítica relatando que:

A maior parte dos autores costuma fazer distinção entre geografia política e geopolítica. Pela primeira entendem uma disciplina do ramo da geografia, que apresenta características estáticas e estuda os aspectos geográficos de um determinado território, preocupando-se mais com a parte descritiva do que analíticas destes fatores. A geografia política teria a seu cargo descrever as fronteiras, os rios, as serras e as planícies, contentando-se em realizar uma representação meramente estática destes elementos.

Para José W. Vesentini (2009), em seu texto *O que é geopolítica? E geografia política?* relata que:

A palavra geopolítica não é uma simples contração de geografia política, como pensam alguns, mas sim algo que diz respeito às **disputas de poder** no espaço mundial e que, como a noção de **PODER** já o diz (poder implica dominação, via Estado ou não, em relações de assimetria enfim, que podem ser culturais, sexuais, econômicas, repressivas e/ou militares, etc.), não é exclusivo da **geografia**. (Grifo nosso).

Mourão e Arcassa (2011, p. 2) analisando a relação entre política e território e entre os conflitos de interesses que se instalam no processo de construção das sociedades, veem na primeira expressão (política) o “modo de controle dos conflitos sociais” nas relações de poder e, na segunda (território), é onde se encontra a base material e simbólica da sociedade, e neste caso, a definição do campo da geografia política.

Os autores acima citando Castro (2005, p. 17), complementam que:

A geografia política pode então ser compreendida como um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações da geografia com a política e vice-versa. O conhecimento por ela produzido resulta da interpretação dos fatos políticos, em diferentes momentos e em diferentes escalas, com suporte numa reflexão teórico-conceitual desenvolvida na própria geografia ou em outros campos como a ciência política, sociologia, antropologia, relações internacionais etc. [...] Desse modo, da

mesma forma que em outras áreas do conhecimento, também na geografia política não é possível defender um total desinteresse ou imparcialidade dos pesquisadores e analistas. Pois, como bem lembra John Agnew, “em um mundo da ação humana não é possível falar em uma visão singular, de lugar nenhum, para justificar esta ou aquela perspectiva como melhor que outra” (Agnew, 2002:8), apesar do esforço da disciplina em oferecer coerência entre fundamento teórico e evidência empírica para discussão de situações particulares (CASTRO, 2005, p.17).

Arcassa (2018, p. 1052) sublinha que, segundo a distinção de Haushofer,

a Geografia Política interroga-se sobre a distribuição do poder estadual no espaço, bem como sobre o seu exercício nesse espaço, enquanto a Geopolítica tem por objeto a atividade política em um espaço natural. A Geografia Política observa as formas do ser estadual, enquanto a Geopolítica se interessa pelos processos políticos do passado e do presente.

Conforme Delgado de Carvalho e Terezinha de Castro<sup>1</sup> “a geografia política trata das relações dos grupos humanos organizados e os espaços ou territórios que eles ocupam” (SANTOS, 2009, p. 401).

Rudolf Kjellén, professor sueco, utiliza pela primeira vez o termo “geopolítica” na Revista Ymer em 1899, definindo geopolítica como “a ciência do Estado como organismo geográfico e, significativamente, como soberania” (VICENS-VIVES, 1972, p. 49 *apud* MIYAMOTO, 1995, p. 22). O histórico do vocábulo surgiu pela primeira vez em uma “preleção universitária” de Rudolf Kjellén em 1899 (BACKHEUSER, 1952, p. 45).

Para o Instituto de Geopolítica de Munique na Alemanha,

Geopolítica es la doctrina de las relaciones de la tierra en los desarrollos políticos. Tiene como base los sólidos fundamentos de la Geografía, en especial de la Geografía política, como doctrina y especialidad de los organismos políticos en el espacio. Los descubrimientos de la Geografía, encuanto al carácter de los espacios de la tierra, representan el armazón de la Geopolítica. Los acontecimientos políticos han de ocurrir dentro de este armazón para tener consecuencias favorables permanentes (CAUBET, 1981, p. 55).

O General brasileiro Carlos de Meira Mattos citado por Caubet (1981, p. 570) complementa,

Acepta la definición del Instituto Geopolítico de Munich, la cual resume en la frase de Ratzel: "espacio es poder". Le agrega un concepto propio: "geografía es destino". Fuente: J. E. GUGLIALMELI. Geopolítica del Cono Sur. Buenos Aires, El Cid Editor, 1979. p. 24-5.

Meira Mattos define a “Geopolítica como a aplicação da política aos espaços geográficos, sob a inspiração da história” (MATTOS, 2002, p. 29).

Ainda sobre a Geopolítica, outro pensador brasileiro, Josué de Castro, citado por Rosière (2018, p. 89), autor do livro Geopolítica da Fome, publicado em 1952, define assim,

O significado real da palavra geopolítica é o de uma disciplina científica que procura estabelecer as correlações entre fatores geográficos e fenômenos de natureza política, a fim de demonstrar que as diretrizes políticas não têm sentido fora dos marcos geográficos, isto é, se as separarmos da realidade e das contingências do ambiente natural e do meio cultural. Está claro que a geopolítica assim

---

<sup>1</sup> CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Therezinha de. Geografia Política e Geopolítica. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n. 133, p. 382-391, jul./ago. 1956.

compreendida não tem nada a ver com a Geopolitik alemã, pseudo ciência de Karl Haushofer (...), é apenas um método de interpretação da dinâmica dos fenômenos políticos em sua realidade espacial (...) (CASTRO, 1952, p.20-21).

Carlos Patrício Freitas Pereira, General do Exército, citado por Rocha (2020, p. 10), diz que “a Geopolítica pode ser definida como uma arte que estuda o passado e analisa o presente com a finalidade de enxergar para o futuro” (PEREIRA, 2018, p. 19).

O General e Geopolítico brasileiro Golbery do Couto e Silva, um dos principais representantes da Doutrina da Segurança Nacional, conceitua que

a geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação política, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de ‘espaço’ e ‘posição’. Um dos ramos, portanto, da política (GOLBERY, 1981).

Couto e Silva continua sua definição sublinhando que,

La Geopolítica es una política hecha en armonía con las condiciones geográficas. (Backheuser). La Geopolítica sirve de fundamentación y propone directrices de acción política. Se subordina a la política y aplica al servicio de esta los conocimientos de la ciencia geográfica. Como el Estado-Nación es el organismo político soberano en el actual cuadro de la evolución del mundo, a geopolítica nacional se constituye en el núcleo doctrinario fundamental" (CAUBET, 1981, p. 56).

Arcassa (2018, p. 1053) traduzindo Dorpalen (1942, p. 23) traz uma definição de geopolítica (*Geopolitik*) oficial de Haushofer como

[...] a doutrina do desenvolvimento político das relações terrestres (Erdgebundenheit). Está baseada nos vastos fundamentos da Geografia, particularmente Geografia Política, como a doutrina dos organismos político-espaciais e sua estrutura. As descobertas da Geografia quanto ao caráter dos espaços terrestres fornecem a estrutura para a Geopolitik. O desenvolvimento político deve ocorrer dentro deste quadro para que tenha sucesso permanente. Aqueles que moldam a política, ocasionalmente, vão além desse quadro, porém, mais cedo ou mais tarde, o caráter terreno do desenvolvimento político sempre prevalecerá. Assim, Geopolitik torna-se a doutrina de uma arte. Guia da prática política até o ponto em que esta deve dar o passo rumo ao desconhecido. Somente se inspirado pelo conhecimento geopolítico, esse passo pode ser bem-sucedido. Geopolitik deve e se tornará a consciência geográfica do estado.

Miyamoto (1981, p. 76) conclui que (...) a geopolítica é uma teoria do poder e visa, sobretudo, o preparo para a guerra (ROCHA, 2020, p. 10). Na visão de Miyamoto os fins da geopolítica são estratégicos e se valem dos fatores geográficos para a sua determinação.

## 1.2 Os Pressupostos da Geopolítica Clássica e da Geopolítica Crítica

Neste tópico queremos apresentar as ideias principais de Geopolítica Clássica e Geopolítica Crítica.

Houve momentos na história que o determinismo, inicialmente na geografia e, posteriormente na geopolítica, foi um elemento fundamental na construção teórica da geopolítica clássica. E dois pensadores foram muito importantes neste período: Friedrich

Ratzel e Rudolf Kjellén, como pioneiros ou precursores, e, posteriormente, Halford Mackinder, Ellen Churchill Semple e Kaul Haushofer (MIYAMOTO, 1995, p. 27).

Para essa escola, criada por Friedrich Ratzel, o “espaço” e “posição” do Estado é fundamental para se manter a sua integridade. Ratzel em suas palavras dizia que “o Estado sequioso de poder, e que almejasse viver em paz, sem ameaça à sua integridade, devia possuir sempre uma grande extensão territorial” (MIYAMOTO, 1995, p. 25).

Ratzel criou as leis do crescimento do Estado, chamada de “Espaço Vital (Lebensraum)”, cujo enunciado transcrevemos abaixo citado em Miyamoto (1995, p. 26);

1. O espaço dos Estados aumenta com o crescimento da cultura;
2. O crescimento dos Estados apresenta sintomas de desenvolvimento cultural, ideias, produção comercial e industrial etc., os quais necessariamente precedem a expansão efetiva do Estado;
3. O crescimento dos Estados verifica-se pela gradual integração e coerências de pequenas unidades, mediante a amalgamação e a absorção de elementos menores;
4. A fronteira é o órgão periférico do Estado, e, como tal, a prova de crescimento estatal; é a força e as mudanças desse organismo;
5. Em seu crescimento o Estado tende a incluir seções politicamente valiosas, como os rios, a linhas de costas, as planícies e outras regiões ricas em recursos;
6. O primeiro impulso para o crescimento territorial chega ao Estado primitivo vindo de fora, de uma civilização superior;
7. A orientação geral para a conexão territorial transmite a tendência de crescimento territorial de espaço em espaço, incrementando sua identidade.

Criadas essas leis, serviram algumas décadas depois, para o ideário nazista e a Escola de Munique no avanço de conquistas territoriais, que antecedeu a Segunda Guerra Mundial.

Rudolf Kjellén foi mais além ao projetar a ideia do Espaço Vital de Ratzel, onde o concebia o Estado como “organismo geográfico”, ao dizer que “o Estado é um organismo vivo que apresenta em sua existência diversas fases. Como qualquer ser orgânico, caracteriza-se por apresentar etapas como o nascimento, o crescimento, o desenvolvimento e a senilidade” (MIYAMOTO, 1995, p. 26).

Dessa forma, o Estado apresenta a capacidade de desenvolvimento e crescimento justificando a anexação de territórios, povoamento, exploração e sobreposição de culturas provenientes desta anexação, justificando-se pela necessidade “natural” da existência de um Estado.

Os autores citados - Ratzel, Kjellén, Mackinder, Semple e Haushofer - compõe o que se chama de escola determinista da geopolítica que, como afirma Miyamoto (1995, p. 27), tem “a geografia como o elemento principal” e que dela deriva a concepção e necessidade de conquistas territoriais.

Nas palavras de Fernandes (2003, p. 223) existem várias geopolíticas quanto o número de cada nação.

O mesmo autor (FERNANDES, 2003, p. 22) cita Hans W. Weigert (1972, p. 22-23) que diz:

Não existe algo como uma ciência geral da geopolítica, que possa ser subscrita por todas as organizações estaduais. Há tantas geopolíticas quanto os sistemas estaduais em luta sob condições geográficas, as quais, no caso do poder marítimo e do poder terrestre são fundamentalmente diferentes. Há uma “Geopolitik”, uma “geopolitique” [...] Cada nação tem a geopolítica que pretende [...] Assim sendo, temos de olhar para a geopolítica alemã como produto de um povo envolvido numa luta pelo domínio mundial.

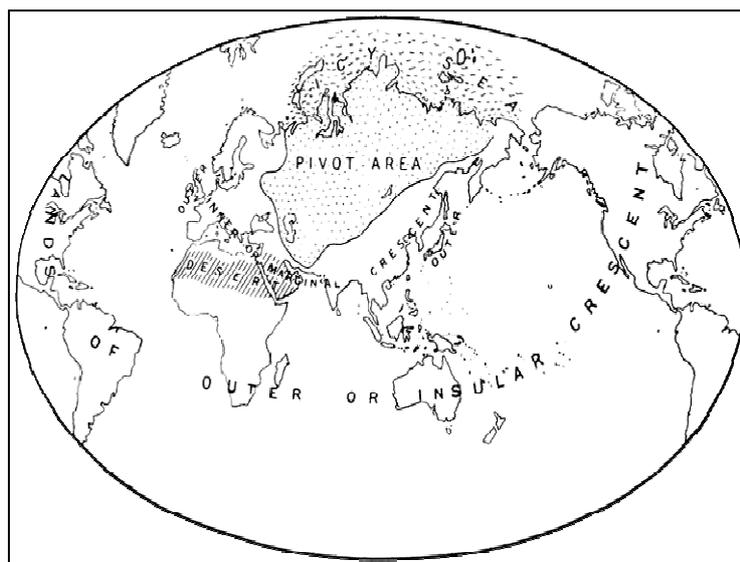
É interessante, partindo deste princípio citado acima por Weigert, sinalizar a existência desses vários contextos geopolíticos nos “sistemas estaduais” para situarmos a nação brasileira em sua Política Externa.

### 1.2.1 Geopolítica Clássica

Para conceituar Geopolítica Clássica recorreremos aos precursores da teoria: Halford Mackinder e Karl Haushofer.

Para esses pensadores, inseridos na concepção do determinismo geográfico, o Estado-Nação exerce poder sobre os territórios se valendo da sua capacidade política estatal, tendo o poder como atributo intrínseco dentro do Sistema Internacional para fazer valer seus interesses sobre outros Estados. O tamanho do Estado, a sua forma e a sua posição estratégica definiriam sua importância estratégica no contexto das nações.

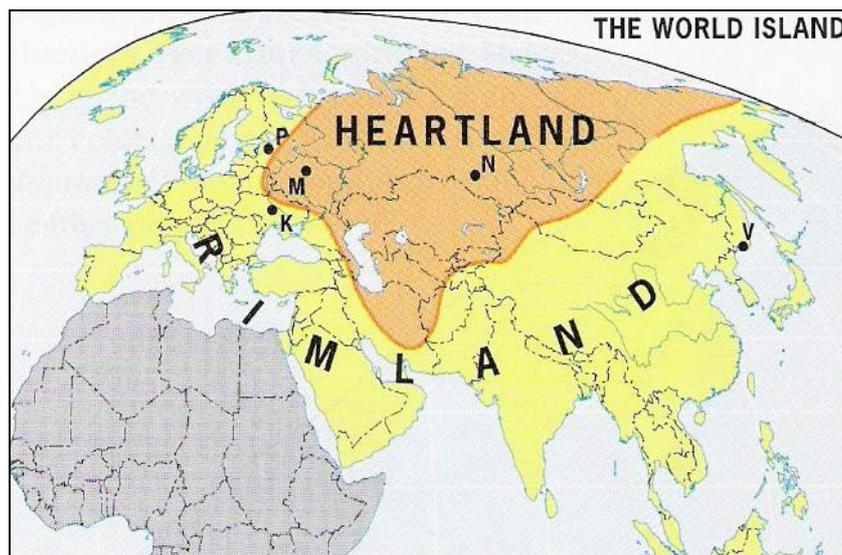
Halford Mackinder (1861-1947), geógrafo inglês, vai criar uma hierarquia dos espaços, cuja região principal é a Área Pivot - *Heartland* (Coração do Mundo). Para Mackinder “quem domina a Europa Oriental controla o *coração do mundo*. Quem domina o *coração do mundo* controla a Ilha Mundial. Quem domina a Ilha Mundial controla o mundo” (MACKINDER, 109:150 *apud* MIYAMOTO, 1981, p. 77).



**Figura 1** – Pivô Geográfico de Mackinder.

Fonte: Halford Mackinder, *The Geographical Pivot of History*, 1904, p. 435.

Mais tarde, a teoria da Heartland de Mackinder serviria de base para o geógrafo e geoestrategista americano Nicholas J. Spykman (1893-1943) formular a teoria da Rimland (poder periférico), conhecida como a Estratégia da Contenção dos Estados Unidos para a criação de uma política externa intervencionista na Europa e na Ásia no pós-II Guerra mundial.



**Figura 2** - Teorias de Rimland e Heartland.

Fonte<sup>2</sup>: Association Les Yeux du Monde – Actualité internationale et géopolitique.

Existem vários fatores de ordem interna que levaram a Alemanha unificada a seguir nos seus interesses expansionistas. Eles iniciaram na Universidade de Berlim com Treitschke incitando os jovens prussianos à guerra; com as ideias de Nietzsche onde “os indivíduos e nações ineficientes ou débeis deveriam desaparecer da face da terra”; em Hegel contribuindo para que houvesse o endeusamento do Estado Prussiano sendo colocado acima do “Direito Internacional e único juiz nas questões de moralidade interestadual (Wash)” (CASTRO e CARVALHO, 2009, p. 407).

Karl Haushofer (1869-1946) serviu para difundir as ideias geopolíticas de Mackinder para a Alemanha com a ideia ratzeliana do “Espaço Vital”, contribuindo para formatar o ideal geopolítico e expansionista alemão.

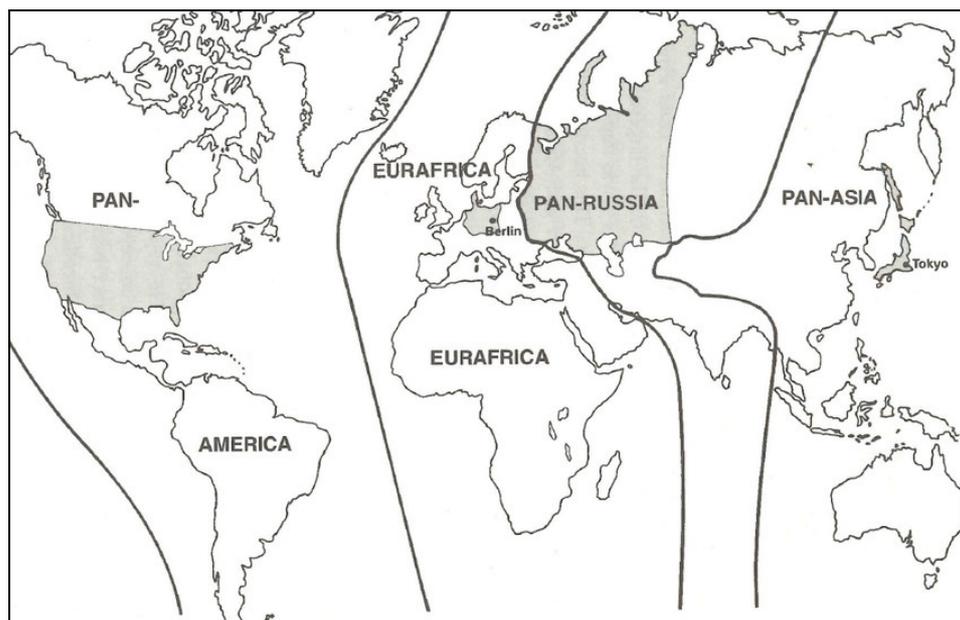
Em Castro e Carvalho (2009, p. 407) temos a seguinte citação que representa bem o caráter expansionista alemão,

[...] vejamos sua teoria sobre a Áustria: “A Áustria está situada numa posição extremamente perigosa do ponto de vista militar, suas fronteiras não têm defesa contra o ataque de seus inimigos e ameaça converter-se, por sua própria culpa, em campo de batalha na próxima guerra mundial. A debilidade militar do território austríaco é a razão deste perigo, que se pode ser evitado se uma grande potência ficar encarregada de defender a Áustria”.

Haushofer mais tarde, no auge do nazismo, vai definir sua visão hitlerista sobre geopolítica como “a ciência das feições territoriais e raciais que determina o desenvolvimento dos povos e dos Estados” (CASTRO e CARVALHO, 2009, p. 408).

Abaixo observamos uma das teorias de Haushofer – as Pan-Regiões - que estava relacionada às Pan-Ideias supranacionais que consistem “nas ideias que abarcam diversos Estados e que se manifestam no espaço como o pan-asiatismo, o pan-americanismo, o pan-africanismo, o pan-arabismo etc” (ARCASSA 2018, p. 1054).

<sup>2</sup> Imagem disponível em <https://les-yeux-du-monde.fr/ressources/notions/23189-heartland-rimland-quelle-theorie>. Acesso em 15/01/2022.



**Figura 3** - As Pan-Regiões de Karl Haushofer.

Fonte: Karl Haushofer, *Geopolitik der Pan-Ideen* (Berlin: Zentral, 1931)

A “Tese das Pan-Regiões”, segundo Bonfim (2005, p. 62),

[...] “é conjugação dos espaços vitais na direção dos meridianos, em eixos norte-sul - envolvendo variada gama de recursos e mais apropriada à Alemanha pelo seu posicionamento vulnerável.” Seguindo a tese das “áreas geograficamente compensadas”, os denominados “espaços vitais ativos”, possuidores de indústria e tecnologia, instalados no norte, seriam liderados por um Estado. Em contrapartida, os “espaços vitais passivos”, ao sul, seriam mantidos como simples fornecedores de matérias-primas, sem tecnologia, conformados a se manterem na mais estreita interdependência do norte.

A Geopolítica Clássica, portanto, esteve ligada à primeira metade do século XX em torno das diversas definições do seu termo e da origem da palavra “geopolítica” e na convicção de que o poder terrestre e marítimo compunha uma realidade ativa pela ocupação territorial como fundamento estratégico de poder, em busca da emancipação territorial como a necessidade de sobrevivência da nação.

### 1.2.2 Geopolítica Crítica

O surgimento da geopolítica crítica ocorreu em 1996, na América do Norte e teve a contribuição de vários pesquisadores europeus, dentre eles os britânicos Simon Dalby, Gearoid Ó Tuathail e John Agnew.

Conforme Rosière (2018, p. 92),

A expressão “geopolítica crítica” foi lançada por Simon Dalby (1990) e pode-se dizer que, já em 1996, a abordagem foi reconhecida como evidenciada pela publicação simultânea de uma edição da revista *Political Geography* que lhe é inteiramente dedicado (Dalby, Ó Tuathail, 1996), e do livro de referência sobre o assunto: *Geopolítica crítica* (Ó Tuathail, 1996). A abordagem descrita por esses pesquisadores tornou-se amplamente aceita desde então.

O autor ainda menciona o Centro Experimental Universitário de Vincennes (CUEV) – atual Universidade de Paris-VIII - como uma instituição que abrigava “o pensamento

contestador”. No CUEV lecionou o renomado professor brasileiro Josué de Castro (1908-1973), reconhecido internacionalmente, e autor de *Geopolítica da Fome (Géopolitique de la faim)* - 1952.

Lá lecionou outros importantes pensadores e pesquisadores: o geógrafo Yves Lacoste e os filósofos Michel Foucault, Roland Barthes, Gilles Deleuze, François Chatelet ou Jean-François Lyotard (ROSIÈRE, 2019, p. 92).

Inclusive, Josué de Castro foi um dos influenciadores de Yves Lacoste sobre a redescoberta da geopolítica.

A proposta teórica da geopolítica crítica está intimamente relacionada ao contexto geopolítico e histórico da supremacia hegemônica norte-americana do pós 2ª Guerra Mundial e ao caráter anti-imperialista dos pensadores geopolítico críticos e pós-modernos (pós-estruturalistas), bem na contraideologia dos “teóricos do imperialismo” (Mackinder, Haushofer, Mahan e outros).

Coronado (2010, p. 69) sobre a proposta teórica de geopolítica crítica aponta que,

La propuesta teórica de la geopolítica crítica, en estricto sentido (Ó Tuathail 1998, 2006; Dodds, 2001) partió de una perspectiva post-estructuralista inspirada en la metodología deconstructivista y postmodernista de Foucault y Derrida. Se ha convertido en una aproximación que cuestiona la “imaginación geopolítica moderna” y se concentra en descifrar la manera en que se ha llegado a construir el discurso espacial de las políticas exteriores de los Estados (productos y productoras de la Política Mundial), y por lo tanto, las prácticas en la Economía Política Internacional (Ó Tuathail y Agnew, 1992), “a fin de trascender los enfoques de la geopolítica clásica, vinculada a un saber instrumental y ‘en mascarador’ de los intereses del Estado y las prácticas hegemónicas” (Ó Tuathail, 1998: 2-3).

José Pedro Teixeira Fernandes<sup>3</sup> (FERNANDES, 2002, p. 15) pontua ainda que,

Na América do Norte, outras vias marcaram o regresso da disciplina, sobretudo nas abordagens de cariz mais académico. Este é o caso da chamada Critical Geopolitics («Geopolítica Crítica»), protagonizada, entre outros, pelo irlandês Gearóid Ó Tuathail, professor de Geografia na Virginia Tech dos EUA, pelo canadiano Simon Dolby e também pelo britânico Paul Routledge, juntamente com os quais editou uma interessante compilação dos principais textos de geopolítica intitulada *The Geopolitics Reader* (“O Leitor da Geopolítica”, 1998).

Chegamos à conclusão que não podemos afirmar que houve uma ruptura no pensamento clássico, mas sim como afirma Fernandes (2002, p. 24) “que de facto se pode constatar numa análise mais aprofundada é que há, simultaneamente, um misto de continuidades e descontinuidades face ao passado”.

Se, por um lado, as ideias centrais da Geopolítica clássica, exceptuada a versão «Haushofer/*Zeitschrift für Geopolitik*», continuam a existir e a influenciar muitos dos trabalhos actuais, por outro lado, também surgiram novas abordagens em ruptura ou descontinuidade com a «Geopolítica clássica» e que rejeitam, em graus variáveis, essa herança. O caso mais evidente desse esforço de ruptura é o das abordagens pós-modernistas/pós estruturalistas de Paul Virilio e James der Derian e o da chamada «Geopolítica crítica» protagonizada, entre outros, por Gearóid Ó

---

3 O Professor José Pedro Teixeira Fernandes é licenciado em Direito pela Universidade Católica e doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho. Coordena o IS CET- Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo. Autor de vários artigos e livros de geopolítica e relações internacionais. Colabora com o Instituto Português de Relações Internacionais – IPRI da Universidade Nova de Lisboa.

Thuatail, que se demarcam dos trabalhos da «Geopolítica clássica» e dos seus continuadores actuais como, por exemplo, Colin S. Gray, Samuel P. Huntington ou Zbigniew Brezinski, os quais são (des)qualificados como «narrativas», discursos de poder e instrumentos de dominação. Além do mais, esta abordagem recusa a tradicional postura de «dar conselhos ao príncipe», que marca o pensamento ocidental sobre a Política, desde a publicação de «O Príncipe» (1513), de Nicolau Maquiavel, no Renascimento, assumindo, em alternativa, um novo papel de «consciência crítica» e transformadora da realidade social (FERNANDES, 2002, p. 24).

Sthefane Rosière (2018, p. 92) nos lembra a ideia de “discurso” e “representação do espaço”, principalmente em seu principal autor (Henri Lefebvre), inclusive são temas que foram apropriados por alguns geógrafos como Milton Santos em “*A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*” e Paul Claval em seu *La Geographie et la Perception de L'espace*.

Esta escola é baseada em paradigmas pós-modernos (ou pós-estruturalistas). Por seus métodos, é focada no estudo de “discursos” e representações. Curiosamente, a noção de “representação” (do espaço) se refere diretamente ao trabalho do filósofo Henri Lefebvre (1901- 1991) que foi um dos primeiros a entender o mundo não como uma realidade objetiva, mas, sobretudo como um conjunto de subjetividades e visões pessoais em permanente reconstrução.

### 1.3 A Geopolítica Como Discurso na Geopolítica Crítica

A história aparece como fundamentação à geopolítica, na medida em que ela é vista como um desenrolar de acontecimentos que se dão no espaço, ou seja, entra como componente de referência subordinado ao espaço - "palco das ações humanas". De fato, esta reflexão apresenta-se como imprescindível quando um discurso (a geopolítica) releva a cientificidade e a verdade (geográficas) para produzir efeitos de poder (SANTOS, 1995, p. 15).

Encaramos nesta seção o desafio de articular o discurso, o discurso geopolítico e o discurso na geopolítica crítica.

O discurso em si já projeta a ideia de algo a ser dito e, às vezes um “não dito” em uma determinada instância de fatos e acontecimentos historicamente constituídos no momento das falas dos sujeitos que geram outros enunciados diferentes. Trata-se de (re) constituir os fatos (narrativas) mesmo que tenha desaparecido há muito tempo, “mesmo que ninguém a fale mais e que tenha sido restaurada a partir de raros fragmentos, uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis - um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos” (FOUCAULT, 2008, p. 30).

Para Foucault em *Arqueologia do Saber* (2008, p. 30), o “campo dos acontecimentos discursivos”,

[...] é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas: elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito. Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: **como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?** (Grifo nosso).

Um discurso geopolítico pode se apresentar da mesma forma no campo dos acontecimentos discursivos: algumas representações geográficas poderão ser silenciadas e/ou substituídas nos enunciados ou simplesmente não ser “escrita” e, portanto, não “lida”.

Segundo Heriberto Cairo a geopolítica crítica “está ligada aos trabalhos pioneiros de John Agnew (2003), Simon Dalby (1990) e Géaroid Ó Tuathail (1996)”, citados na subseção anterior.

Como melhor explica Cairo (2008),

Definir assim o **discurso geopolítico** permite fugir de uma dupla simplificação: a idealista, cujos enfoques textualistas tentam explicar as práticas sociais como epifenômenos da linguagem, e a determinista, que reduz o discurso a uma mera ideologia ou a um conjunto de ideias determinadas pelas práticas sociais (frequentemente econômicas), ou que são funcionais para sua representação. Neste sentido, **o discurso geopolítico se fundamentaria na relação dialética entre as “representações do espaço” e as “práticas espaciais”, como afirmava Lefebvre (1974)**. As práticas espaciais se referem a lugares específicos e a conjuntos espaciais interrelacionados e organizados para a produção econômica e a reprodução social em uma dada formação social. As representações do espaço implicam signos, códigos e “entendimentos” que são necessários para fazer inteligíveis as práticas espaciais (CAIRO, 2008, p. 203, grifo nosso).

Neste caminho, Cairo (2008) nos leva a formular o entendimento da necessidade de convidar autores como John Agnew, Simon Dalby e Géaroid Ó Tuathail, que trabalham na perspectiva da geopolítica crítica nos estudos sobre a região e pelo fato da geopolítica crítica “reconceituar a **geopolítica como discurso** que contribui para a construção cultural do mapa geopolítico global” (CAIRO, 2008, p. 202).

O conceito de discurso geopolítico na visão de Agnew e Corbridge (*apud* CAIRO, 2008, p. 203) está relacionado,

à forma na qual a geografia da economia política internacional foi “escrita e lida” nas práticas das políticas econômicas e exteriores [dos Estados] ao longo de diferentes períodos de ordens geopolíticas. “Escrita” está relacionada à forma em que as representações geográficas são incorporadas nas práticas das elites políticas. “Lida” está relacionada às formas em que essas representações são comunicadas (1995, p. 46).

Necessário então dizer que a análise do discurso geopolítico tratada neste estudo, encontra categorias fundantes nas formações discursivas do campo da geografia econômica e da geopolítica. É necessário também ampliar a análise para fugir do caráter reducionista ou simplista que nos leva a pensar a AD somente através da literalidade das palavras (linguagem) e dos componentes ideológicos que acompanham as práticas sociais.

O discurso geopolítico necessita correlacionar-se com as dimensões, representações e conceitos geográficos tais como espaço geográfico, fronteiras, território, geografia política e fatores geográficos. Todos eles são importantes na análise dos discursos.

Rocha (2018, p. 247) fazendo referência aos mesmos autores, Agnew e Corbridge (1995, p. 47), pontua ainda que,

Entende-se por **discurso geopolítico** a maneira pela qual o espaço geográfico é construído, comunicado e incorporado na prática dos Estados em diferentes períodos históricos. Ele se compõe de um duplo processo no qual as representações espaciais são produzidas e posteriormente adotadas pela elite política de modo a organizar o mundo em múltiplas áreas, compostas por distintos grupos sociais e imersas em diferentes situações geográficas. (Grifo nosso).

E Cairo (2008, p. 202) reafirma essa posição sobre o discurso geopolítico explicando que,

O “discurso geopolítico” foi utilizado para referir-se aos enunciados sobre a disposição geográfica da política exterior dos Estados, e, inclusive, em algumas ocasiões, se inclui na definição também o conjunto de procedimentos que geram e organizam esse discurso nas elites governamentais dos Estados – ou seja, tanto os enunciados geopolíticos como sua enunciação (CAIRO, 2008, p. 202).

Como inferimos nesta citação, o discurso geopolítico pode ser encontrado em diversos ambiente de produção de discursos de um Estado e que pode caracterizar a necessidade de estabelecer padrões e enunciados ideológicos construídos ou constituídos na (e pela) linguagem.

O produto do discurso geopolítico é a consecução das ideologias norteadas na história, na geografia econômica e na geopolítica de um Estado que se dirige a outros Estados na administração da sua política externa e nas relações internacionais. Os discursos geopolíticos se fundamentam pelo seu caráter geográfico (práticas espaciais) e nas representações do espaço através das “práticas geopolíticas” (CAIRO, 2008).

Heriberto Cairo menciona que a representação do espaço e as práticas espaciais exercem uma dialogicidade e conectividade em função das interrelações de produção tanto econômica quanto social; o que Cairo (2008, p. 203) em suas palavras observa é que são “lugares específicos” próprios para estabelecer as tais relações (de produção e construção social). O mesmo autor ainda retrata as concepções de Lefebvre sobre os “espaços de representação” que envolvem os discursos geopolíticos e afirma que,

[...] é útil para se entenderem as relações entre os **discursos geopolíticos** e os processos de identificação social e, em particular, os elementos que favorecem sua hegemonia, bem como as resistências que os minam, uma vez que tais **espaços apresentam simbolismos complexos**, unidos à parte “subterrânea” da vida social, e inspiram mudanças na representação do espaço, com o objetivo de transformar as práticas espaciais. (Grifo nosso).

Para ratificar as concepções de espaço, ideologia e discursos geopolíticos temos nas palavras do próprio Henri Lefebvre (1976, p. 31), a seguinte passagem:

Semejante espacio es a la vez ideológico (es decir, político) y sapiencial (pues comporta representaciones elaboradas). Por tanto, se le puede denominar racional-funcional, sín que dichos términos pueden separarse el uno del otro, y funcional-instrumental, pues la función, en el marco global de las sociedad neocapitalista, implica el proyecto, la estratégia.

Heriberto Cairo (2008, p. 203) pontua com base em Henri Lefebvre que,

O conceito, também lefebvriano, de “**espaços de representação**” é útil para se entenderem as relações entre os **discursos geopolíticos** e os processos de identificação social e, em particular, os elementos que favorecem sua hegemonia, bem como as resistências que os minam, uma vez que tais espaços apresentam simbolismos complexos, unidos à parte “subterrânea” da vida social, e inspiram mudanças na **representação do espaço**, com o objetivo de transformar as práticas espaciais. Uma representação do espaço somente será dominante, em longo prazo, se imbricada adequadamente com as práticas espaciais dominantes, embora, em seu próprio desenvolvimento, sejam geradas as resistências, os espaços de representação, que podem transformar tais práticas. (Grifo nosso).

Portanto, o espaço geográfico é o espaço de contradição, do político, da representação, da criação, onde os discursos geopolíticos são elaborados na complexidade dos símbolos, na

reprodução social do cotidiano e na ideologia representada nas esferas de poder político e geopolítico.

Segundo Pfrimer (2011, p. 132) “atualmente a geopolítica pós-moderna vem empreendendo uma reflexão mais acurada da geopolítica clássica, principalmente no que concerne aos conceitos e discursos geopolíticos”. O autor ainda cita Agnew e Corbridge (1995) onde afirmam que “uma ordem geopolítica vem sempre pautada por discursos geopolíticos, que oferecem legitimidade à materialidade de um arranjo territorial”.

Os estudos de teorias geopolíticas são necessários para compreender os arranjos territoriais e a sua relação com os discursos geopolíticos e dos sentidos empreendidos na legitimação hegemônica das práticas espaciais e estas nas produções dos discursos no sentido inverso, ou seja, quando essas mesmas práticas moldam e direcionam os discursos geopolíticos. Daí a necessidade de se compreender a constituição dos discursos, de seus atores e de suas motivações nas mais diversas escalas (DODDS; 2007, Ó’ TUATHAIL, 1996; PFIRMER, 2011).

Ainda na perspectiva da geopolítica crítica, Cairo (2008) aborda a diferenciação entre a geopolítica prática e a geopolítica formal como discurso,

**Como discurso**, caberia diferenciar uma “geopolítica prática” de uma “geopolítica formal”. A primeira seria uma atividade estatal, um exercício no qual o mundo é “especializado” em regiões com atributos ou características diversas por parte da burocracia encarregada da política exterior dos Estados (principalmente diplomatas e militares), enquanto que a segunda seria constituída de teorias, modelos e estratégias elaboradas pelos “intelectuais da segurança” (acadêmicos, pesquisadores de think-tanks), para guiar e justificar as ações da geopolítica prática (CAIRO, 2008, p. 202, grifo nosso).

Percebemos que não há contradição no enfoque traçado para a análise do discurso geopolítico. A abordagem dada se caracteriza pelo gênero do discurso que varia de acordo com o tema proposto. Leiamos o que nos aponta Maingueneau (2007, p. 31),

O “discurso do hospital” remete à rede dos gêneros de discurso que funcionam em um mesmo aparelho, no caso, o hospital (reuniões de serviço, consultas, relatos cirúrgicos etc.). [...] O “discurso comunista”, em contrapartida, remete à diversidade dos gêneros de discurso (jornal cotidiano, panfletos, programas eleitorais etc.) produzidos por um dado posicionamento no interior do campo político. Cada posicionamento investe certos gêneros de discurso e não outros, e esse investimento é um componente essencial de sua identidade.

Importante salientar a possibilidade da transversalidade dos gêneros entre as unidades de discurso, tendo em vista o caráter multifacetado da unidade de discurso geopolítico. Neste caso haverá a possibilidade de utilização de “*corpus* de elementos de diversas ordens (palavras, grupos de palavra, frases, fragmentos de textos) extraídos do interdiscurso, sem buscar construir espaços de coerência, ou seja, sem procurar constituir totalidades” (MAINGUENEAU, 2007, p. 31).

#### **1.4 A Análise do Discurso Como Método**

O conceito de discurso é muitas vezes confundido com pronunciamentos realizados por políticos, o que não deixa de ser um discurso, porém a análise do discurso é mais ampla, mais profunda, principalmente no discurso político.

A Análise do Discurso (AD) como técnica e procedimento é utilizada por se tratar de uma pesquisa qualitativa com a utilização de referenciais críticos e ideológicos para realizar

análises críticas de discursos proferidos por autoridades políticas do primeiro escalão da esfera do Governo Brasileiro.

Segundo Rodrigues e Melo (2020, p. 4) a Análise de Discurso se define por quatro premissas básicas:

- 1) A preocupação com a produção e os efeitos dos sentidos dos discursos enquanto uma linguagem em seu uso, sócio-culturalmente contextualizado e historicamente datado;
- 2) A concepção de linguagem enquanto uma mediação e, ao mesmo tempo, uma construção do mundo social;
- 3) Propõe e considera o discurso enquanto uma organização do conhecimento que constrói o mundo social;
- 4) Estabelece uma ênfase no discurso enquanto uma ordem de ação no mundo social, tanto para reproduzi-lo quanto para transformá-lo.

Como reforçam as mesmas autoras “... seja como uma técnica ou um método de procedimento de análise, não existe uma única forma de AD, mas várias maneiras de realizá-las, dependendo da tendência teórica que orienta a sua forma prática de aplicação” (RODRIGUES; MELO, 2020, p. 3).

Nossa expectativa, através da AD, foi esclarecer, em uma métrica qualitativa, as afirmações, (re) afirmações, os silenciamentos, as intenções e/ou omissões dos discursos proferidos pelas autoridades brasileiras como relação aos fatos geopolíticos e geoeconômicos que possam ter relação com a posição do Brasil na América do Sul em sua Política Externa.

Outro alvo desta pesquisa era observar os efeitos dos sentidos dos discursos ligados ao contexto histórico-sociocultural que pudessem consolidar posições estruturais ideológicas que são mediatizadas pela linguagem como fator de construção do discurso para transformar realidades no mundo social.

Rodrigues e Melo (2020, p. 6) observa que:

A Escola Francesa concebe o discurso como um conjunto de instrumentos que pode regular as relações sociais dos sujeitos na Sociedade, concebendo a linguagem como um mecanismo de controle para submeter os sujeitos das classes subalternas a um processo de dominação.

Nesta Escola/Tendência nos apropriamos das contribuições importantes de Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Maria do Rosário Gregolin e Helena H. Nagamine Brandão, entre outros autores ligados à temática.

Há várias formas de realizar a Análise do Discurso e este trabalho se encaminhou pela tendência da Análise Crítica do Discurso (ACD), por considerarmos o discurso como uma prática social onde os sujeitos da análise estão estabelecendo relações de poder ou dominação. Nesta tendência a pesquisa se orientou pelas tradições da Escola Francesa (Pós-Estruturalista/Neomarxismo) de Análise do Discurso. Desta forma, a análise do discurso geopolítico se aproxima muito da ACD que levam em conta três elementos básicos, conforme registra Rodrigues e Melo (2020, p. 7): a seleção dos textos-discurso ou textos-fonte, o posicionamento social, ideológico e político do sujeito-enunciador e o corpus do texto:

**A seleção dos textos-discurso ou textos-fonte:** devem-se verificar quais os tipos de textos que configuram o discurso. Assim, só devem ser considerados textos, aqueles que têm valor para uma coletividade, ou seja, que envolvam crenças e valores compartilhados. Portanto, o texto não é considerado em si mesmo, mas como parte de uma instituição ou comunidade reconhecida que define, para uma área social, as condições do exercício da função enunciativa;

**O posicionamento social, ideológico e político do sujeito-enunciador:** deve-se verificar a origem social do sujeito que constrói o discurso, ou seja, o lugar que

ocupa na sociedade, isto é, o seu status social, assim como dos destinatários. Deve-se verificar também, os tipos de discursos que podem ser ditos e as circunstâncias históricas de enunciação legitimadoras de tal posicionamento;

**O corpus do texto:** deve-se verificar qual a materialidade dos textos, ou seja, se são orais ou escritos e de que tipos: artigos, histórias infantis, literatura de cordel, documentos, informes, reportagens de jornais, brincadeiras infantis, entrevistas, comunicados, estudos, palestras, conversações transcritas, planos ou projetos institucionais, entre tantas outras possibilidades (RODRIGUES; MELO, 2020, p. 7). (Grifo nosso).

Estamos diante de um trabalho que buscou a interpretação dos discursos geopolítica de sujeitos-enunciadores, numa dialética e retórica comparada com outros discursos de outras fontes de análise, na busca dos sentidos ideológicos, das narrativas que formularam a hipótese de relações de poder geopolítico e geoeconômico.

Investigou-se na materialidade dos discursos, os posicionamentos e as contradições de uma ótica discursiva crítica do ponto de vista da ACD.

**Michel Foucault: Prática Discursiva e Formação Discursiva** - De Michel Foucault em sua *Arqueologia do saber* nos apropriamos da definição de **prática discursiva** que é, em suas palavras, “um conjunto de regras anônimas, **históricas**, sempre determinadas no **tempo e no espaço**, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, **geográfica** ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133).

Um outro conceito importante para a nossa análise é o de **formação discursiva** que consiste na descrição de “entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade” (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Sem a intenção de aprofundar nestes conceitos por ora, queremos destacar a importância deles na análise dos fragmentos dos discursos oficiais do presidente Bolsonaro, do vice-presidente e do chanceler e por que eles aparecem no presente momento histórico e/ou não em outro e a sua relação espaço-temporal com os fatos geopolíticos relacionados à América do Sul.

Observemos a AD contida em Michel Foucault em suas obras, a “*Ordem do Discurso*” e “*Arqueologia do saber*”. Na primeira obra o que nos interessou foi a organização do discurso: os mecanismos de exclusão como a interdição, a rejeição e a vontade de verdade. Esses mecanismos nos permitem conjecturar análises sobre os discursos geopolíticos e geoeconômicos.

A interdição se refere ao “tabu do objeto”, o direito de fala e a relação entre o discurso e o poder. A ideia é que nos discursos, principalmente nos políticos, não se pode dizer tudo ou dizer de qualquer maneira ou ainda em qualquer lugar ou em qualquer momento. É o caso do presente estudo, pois a produção do discurso geopolítico de Bolsonaro encontra meios e formas de se representar nos pronunciamentos. A ambiência do discurso permite a reverberação da intenção subjetiva no dizer. A formação discursiva desperta outros enunciados contidos no discurso (formação discursiva). Há algo dito que se compõe de estilo e forma, pronunciado por uma autoridade política, e esse dito está intrinsecamente relacionado ao poder.

Ainda sobre a interdição, vejamos então o que Foucault (1996, p. 9) nos relata,

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que

o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.

A rejeição está relacionada ao “discurso do louco” que mede os limites da razão e da loucura. Num primeiro momento se nega o discurso por acreditar na loucura pronunciada. É uma negação atrelada ao sujeito que discursa e ao mesmo tempo se indaga a discursividade do sujeito fundante por apresentar verdades ocultas ou “poderes estranhos”,

[...] pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber (FOUCAULT, 1996, p. 11).

Meditando nesta instância de exclusão, observa-se a capacidade dos médicos ou especialistas em determinar e classificar o “mal” através dos discursos dos acometidos de loucura. Ou no dizer de Foucault (1996) “era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco”.

Comparando com a análise do discurso geopolítico nos pronunciamentos, os “especialistas” do discurso político e geopolítico, na mesma condição da relação entre o médico e o louco, podem realizar o “diagnóstico” daquele que discursa e perceber o grau de loucura que pode também ser considerado numa análise ou ainda optar em buscar sentido nas “verdades” ocultas relacionadas ao conjunto das narrativas de estratégias geopolíticas ligadas ao discurso.

Outro sistema de exclusão visto em “*A ordem do discurso*” é a “vontade de verdade” que se refere ao filtro do que se pode considerar falso ou verdadeiro num discurso.

Para Foucault (1996, p. 13) são “separações que, de saída, são arbitrárias, ou que, ao menos, se organizam em torno de contingências históricas”, e que são impostas pelas instituições.

**Michel Pêcheux: Posições-sujeitos e Interdiscurso** - Michel Pêcheux vem contribuir conceitualmente neste estudo em função dele ter ressignificado o conceito de **Formação Discursiva** (FD) de Foucault, dando enfoque no sujeito de discurso.

Pêcheux, na análise do discurso, considera que “o sujeito é o resultado da relação existente entre a história e a ideologia” (BRASIL, 2011, p. 174), dando origem a tantas **posições-sujeitos** quanto forem as FDs presentes nos discursos.

Para Pêcheux o indivíduo faz parte, inconscientemente, da formação discursiva embora ele não se dê conta de que este fenômeno esteja acontecendo, transformando-o em sujeito do discurso (posição-sujeito). Nas palavras de Pêcheux, “o sujeito, na teoria discursiva, se constitui na relação com o outro, não sendo origem do sentido, está condenado a significar e é atravessado pela incompletude” (BRASIL, 2011, p. 174).

E em relação ao “sentido” ele ainda complementa que,

O sentido resulta de sua inscrição em uma formação discursiva, já que uma mesma palavra varia de uma formação discursiva para outra, o sentido desliza e define a inserção do sujeito em uma FD ou em outra. Ou nas palavras de Orlandi, “a formação discursiva é a projeção da ideologia no dizer” (2015, p.55). A FD é heterogênea no discurso, ela é sempre passível a vir a ser outra, dialoga no discurso, acomoda outras FDs. O “debate” na arena discursiva envolve outros elementos na sua realização. Toda FD remete a uma dada formação ideológica. O sujeito do discurso traz para o debate um grupo de representações individuais a respeito de si mesmo, do interlocutor e do assunto abordado.

Outro conceito que nos interessa em Pêcheux é o de **interdiscurso**. Para ele o interdiscurso é a “memória discursiva, o já-dito que torna possível todo o dizer” (ORLANDI, 2005, p. 11).

Os significados aparentes nos discursos já permeiam a construção ideológica das pessoas. As FDs sincronizam a ideologia com o discurso e a língua (gem), operando as lembranças que dão significado à memória discursiva, permitindo atribuir valor inconscientemente ao que foi dito historicamente em “outro lugar e independentemente” (ORLANDI, 2005, p. 11).

Esse conjunto de significados representados nos discursos geopolíticos nos remete a pensar a estratégia de poder vinculado aos discursos. Brasil (2011, p. 175) relata que

[...] o discurso constitui-se de uma prática, não apenas de representação do mundo, mas, sobretudo, de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. Forma disso é o duelo dialético da linguagem, concomitante à vida em sociedade, em práticas e temas políticos. Assim sendo, cabe à linguagem ser mestra de inúmeros funcionamentos, como manipular a opinião visando o poder. Ao refletir sobre essa ótica, o poder forjar uma realidade social ao mesmo passo em que controla, com o uso da linguagem, as práticas discursivas.

**Mikhail Bakhtin: Enunciado, Enunciação e Gênero do Discurso** - Mikhail Bakhtin em a *Estética da criação verbal* (BAKHTIN, 1997, p. 280), assinala que “o emprego da língua se efetua em forma de enunciados\* (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana”. Neste sentido trouxemos para o debate o conceito de **enunciado ou enunciação** com o interesse de caracterizar os tipos de discursos possíveis em termos geopolíticos, uma vez que o autor sugere a possibilidade de uso por qualquer integrante de qualquer campo e, no nosso caso, vamos explorar o conceito dentro do campo político e geopolítico nas análises dos pronunciamentos escritos no governo Bolsonaro.

Tão importante quanto ao enunciado está o conceito de **gênero do discurso** que para Bakhtin (1997) se divide em gênero primário e gênero secundário.

Para deslindar a complexa dinâmica histórica desses sistemas, para passar da simples (e em geral superficial) descrição dos estilos que se sucedem, e chegar à explicação histórica dessas mudanças, é indispensável colocar o problema específico dos gêneros do discurso (e não só dos gêneros secundários, mas também dos gêneros primários) que, de uma forma imediata, sensível e ágil, refletem a menor mudança na vida social. Os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua (BAKHTIN, 1997, p. 285).

O autor faz uma distinção entre os gêneros primários e gêneros secundários colocando a sua importância na análise do discurso. É nosso interesse ir para além do discurso escrito nos pronunciamentos em seu gênero primário e buscar as relações próprias da intencionalidade e natureza geopolítica juntando os gêneros primários e secundários.

O autor vai mais adiante ao informar que,

A inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, o processo histórico de formação dos gêneros secundários do outro, eis o que esclarece a natureza do enunciado (e, acima de tudo, o difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visões do mundo) (BAKHTIN, 1997, p. 282).

Bakhtin (1997, p. 291) relata que “a variedade dos gêneros do discurso pressupõe a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve”. É próprio, como já

anunciamos outrora, um conjunto ideológico de intenções nos pronunciamentos escritos e que são objetos do *corpus* deste trabalho.

Observamos ainda, que Bakhtin se aproxima bastante dos conceitos de formação discursiva de Foucault e de posição-sujeito de Pêcheux, tornando com que haja uma interrelação dos conceitos trazidos à baila nesta pesquisa. Em sua teoria ele nos informa que,

O desejo de tornar seu discurso inteligível é apenas um elemento abstrato da intenção discursiva em seu todo. O próprio locutor como tal é, em certo grau, um respondente, pois não é o primeiro locutor, que rompe pela primeira vez o eterno silêncio de um mundo mudo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que utiliza, mas também a existência dos enunciados anteriores – emanantes dele mesmo ou do outro – aos quais seu próprio enunciado está vinculado por algum tipo de relação (fundamenta-se neles, polemiza com eles), pura e simplesmente ele já os supõe conhecidos do ouvinte. Cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados (BAKHTIN, 1997, p. 291).

É como em *A Arqueologia do saber* de Foucault (1987, p. 61), quando da dispersão do sujeito, que pode se colocar “nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso, na descontinuidade dos planos de onde fala”. São as posições do sujeito e as relações de poder que ele exerce em função destas posições de ocupação e do sujeito enunciator.

Abaixo representamos no quadro sintético dos principais conceitos e autores que permearam a presente pesquisa:

**Quadro 1** – Autores e principais conceitos na Análise do Discurso

Autor	Conceito	Obs.
Michel Foucault	Prática Discursiva Formação Discursiva (FD)	No <i>corpus</i> de análise serão elencados estes conceitos para a Análise do Discurso Geopolítico nos recortes realizados nos pronunciamentos oficiais do Governo Bolsonaro.
Michel Pêcheux	Interdiscurso Posições-sujeitos	
Mikhail Bakhtin	Enunciado ou enunciação Gêneros do Discurso (primários e secundários)	

Fonte: Elaboração própria.

Neste capítulo buscamos, sem aprofundar nas questões teóricas, destacar os pontos basilares sobre Geografia Política, Geopolítica e Discurso. Trouxemos os principais nomes e teóricos que fundaram escolas de pensamento, que elaboraram estratégias geopolíticas, formataram pensamentos de estadistas, militares, diplomatas e estudiosos de todos os povos e nações. Teorias e estratégias que no âmbito das Relações Internacionais ainda perpassam os estudos estratégicos e geoestratégicos de muitos países nos dias atuais. Percebemos o quanto os fatores geográficos vão amalgamar as bases da geografia política com as da geopolítica.

Foi possível apontar que os discursos geopolíticos vão em direção ao processo de espacialização geográfica nas relações de poder estabelecidas pelos governos e sua população ou entre os representantes dos Estados junto à comunidade internacional.

No Capítulo II perceberemos como as influências do pensamento geopolítico clássico e as diversas estratégias geopolíticas e geoeconômicas das nações centrais do sistema-mundo submeteram e subjugararam outras nações do planeta aos seus *modus operandi* a fim de manterem no polo dominante dentro do sistema.

## 2 CAPÍTULO II

### (GEO) POLÍTICA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL

#### 2.1 O Sistema-Mundo: a América do Sul e o Brasil

Immanuel Wallerstein (1930-2019), sociólogo e cientista político norte-americano, foi o autor da Teoria do Sistema-Mundo<sup>4</sup> (TSM), uma teoria que divide o mundo em três níveis de hierarquia: Centro, Semiperiferia e Periferia. Na Periferia do sistema encontram-se as sociedades subdesenvolvidas e as sociedades desenvolvidas compoariam o Centro (Núcleo). Na Semiperiferia encontram-se países como o Brasil.

**Quadro 2** - Aspectos definidores do Sistema-Mundo<sup>5</sup>.

Nível	Aspecto Econômico	Aspecto Político	Aspecto Cultural
<b>Centro</b>	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; mão de obra especializada.	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras.	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras.
<b>Semiperiferia</b>	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semiespecializada e não especializada.	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa.	Possuem identidade cultural e nacional média
<b>Periferia</b>	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnicas ou religiosas

Fonte: Martins (2015, p. 100), baseado na obra de Wallerstein.

Sobre o conceito teórico de Sistema-Mundo, Wallerstein (*apud* MARTINS, 2015, p. 98), explica que,

Um sistema mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantêm unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo a seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida que tem um tempo de vida durante o

---

4 A sua obra principal **O sistema-mundo moderno**, publicada em quatro volumes (1974, 1980, 1989 e 2011), estabeleceu as origens do atual **sistema econômico global** entre finais do século XV e as primeiras décadas do século XVI na **Europa**, particularmente na **Inglaterra** e na **França**. A obra aborda a expansão-transição do capitalismo a partir do feudalismo e antecipa as crises climáticas, demográficas, políticas e mesmo culturais. Disponível em <https://ihu.unisinos.br/78-noticias/592193-morre-immanuel-wallerstein-o-teorico-do-sistema-mundo>. Acesso em 06/02/2022.

5 Ver Martins, J.R. (2015). Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? Iberoamérica Social: revista-red de estudos sociales (V), p. 95-108. Disponível em: <http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual>. Acesso em 06/02/2022.

qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros (WALLERSTEIN, 1974a, p. 337).

E Wallerstein, citado por Elwell (2015), complementa dizendo que o

Estado-nação moderno existe dentro de um amplo arcabouço econômico, político e legal que ele chama de "sistema mundial". Assim como o comportamento individual não pode ser compreendido sem referência ao sistema sociocultural no qual são membros, sociedades individuais ou estados-nação não podem ser compreendidos sem referência ao sistema mundial em que estão incorporados (ELWELL, 2015)<sup>6</sup>.

A complexidade deste sistema global de economia coloca os países periféricos na composição de matrizes de trabalho, recursos humanos e de produtos primários que alimentam os núcleos centrais do sistema que operam com produtos e processos produtivos de maior valor agregado e de mais tecnologia. As nações das zonas semiperiféricas se encontram entre uma e outra área dentro do sistema e contribuem para ambas as zonas.

A TSM de Immanuel Wallerstein se aproxima muito da Teoria de Dependência, conforme assinala Martins (2015, p. 96),

A Teoria da Dependência foi gestada no âmbito das pesquisas desenvolvidas junto à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas) nas décadas de 1960 e 1970 por Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, bem como por Theotônio dos Santos, Andre Gunter Frank, Raúl Prebisch, entre outros. Esta teoria enfatiza a relação de desigualdade entre os países do norte (ricos) com os do sul (pobres), havendo uma estrutura – estruturante – fazendo com que os países do sul se mantivessem subdesenvolvidos e pobres: “a estrutura das relações econômicas vigentes entre os países do centro e da periferia tendia a reproduzir as condições de subdesenvolvimento e, mais ainda, a aumentar a assimetria entre os países desenvolvidos e os periféricos. A chave principal para a explicação do desenvolvimento desigual estava na ideia de deterioração dos termos de troca” (Jatobá, 2013, p. 64). De fato, a relação de intercâmbio desigual, na qual as exportações de bens primários dos países latino-americanos recebiam um valor muito reduzido, ao passo que as exportações de produtos manufaturados dos países centrais eram muito apreciadas, favorecendo estes últimos em suas relações de troca. Cardoso e Faletto (*apud* Jatobá, 2013) acrescentam que a dinâmica doméstica, por meio de sua organização político-social, contribuía para tal dependência e subdesenvolvimento. “Eles identificam a existência de vínculos entre as classes sociais de países distintos, com interesses comuns” (JATOBÁ, 2013, p. 65).

Apesar de uma citação longa, ela serve para enquadrar bem a posição do Brasil no contexto da América do Sul como parte do Sistema-Mundo e de sua importância no cenário internacional e nos objetivos geopolíticos e geoeconômicos estabelecidos pelos Estados Unidos com relação ao Brasil e a América do Sul.

Nas palavras de Martins (2015, p. 101),

A semi-periferia não é apenas um fator residual, ou seja, aquele fator que não se encaixaria nem em um, nem em outro nível. Ao contrário, ela possui função específica e serve como amortecedor, como tampão para assegurar que os problemas da periferia não cheguem diretamente ao centro. Países como México, Brasil, África do Sul e China possuem tais funções de “amortecedores” em relação à sua respectiva periferia

---

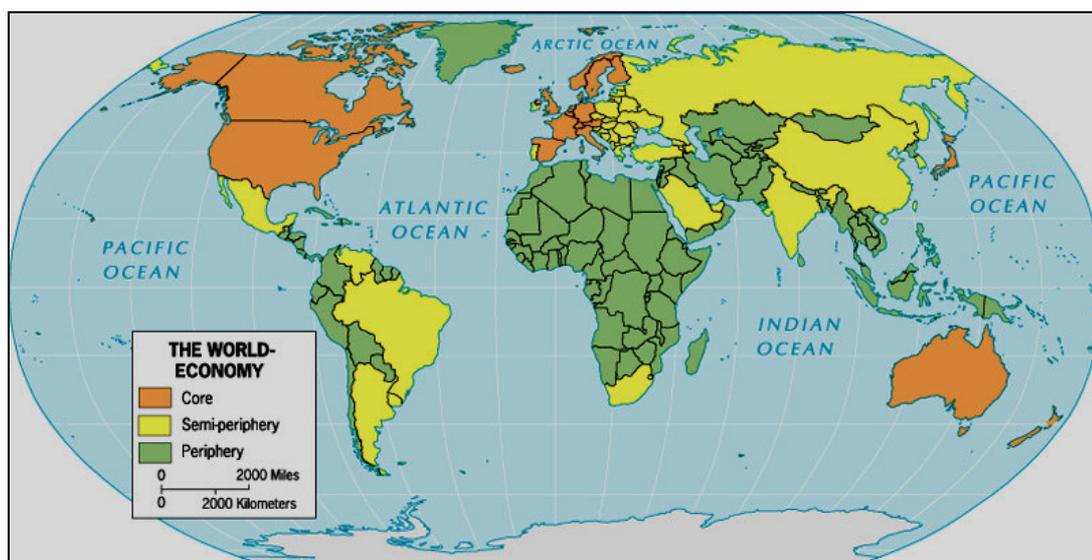
6 Ver Elwell, Frank W. 2013. "Wallerstein's World-Systems Theory". Disponível em: <http://www.faculty.rsu.edu/~felwell/Theorists/Essays/Wallerstein1.htm>. Acesso em 06/02/2022.

O Brasil, apesar de um país semiperiférico, possui riquezas minerais, uma grande biodiversidade, um parque industrial em crescimento e comércio vigoroso. Necessita de mais investimentos na área de infraestrutura, acesso a tecnologias de ponta e promover a educação em todos os níveis para se aproximar dos países do núcleo e minimizar a “dependência”. Tem servido país de “centro” do sistema na América do Sul. O Brasil tem se portado ou projetado como uma semiperiferia com aspirações de potência global<sup>7</sup> no Cone Sul.

Nos processos de centro e periferia, há um papel determinante da semiperiferia. O uso dos termos centro e periferia, na análise dos sistemas-mundo, não se refere, em primeira instância, a zonas geográficas, regiões ou Estados, mas a processos complexos. Essas zonas se convertem em centrais, porque dominam os processos de exploração e concentração de mais valia, e, da mesma forma, as regiões periféricas são definidas por sua condição de exploradas pelo centro e subordinadas a seus processos centralizadores e concentradores de recursos (PRECIADO, 2008, p. 255).

O que Preciado (2008) coloca é que as duas áreas estão ligadas por uma relação de dependência, pela complexidade e processos financeiros e tecnológicos das regiões centrais, que encontram na periferia processos tecnológicos mais rudimentares combinados com baixos salários. (PRECIADO, 2008, p. 255).

O autor ainda pontua que a região da semiperiferia é a mais dinâmica, “por ser (...) o espaço que combina, de uma forma particular, ambos os processos”. Pois, nesta situação, ao mesmo tempo em que sofre a exploração do centro, explora a periferia.



**Figura 4** – Economia-Mundo.

Fonte: Elwell (2013).

Ao focarmos na América do Sul percebemos que ela é um excelente laboratório para análises geopolíticas, principalmente no cenário final da bipolarização mundial que caracterizou o contexto da Guerra Fria e seus principais atores: Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS).

O pós-Guerra Fria trouxe novas configurações territoriais, novas visões teóricas das profecias que foram lançadas sobre o continente e seu futuro e outras formas de engajamento diplomático e político-militar das grandes “potências”.

---

<sup>7</sup> Segundo Jaime Preciado (2008, p. 254) em *América Latina no Sistema-Mundo: questionamentos e alianças centro-periferia*, o Brasil foi reconhecido pela União Europeia como potência global, em 2007.

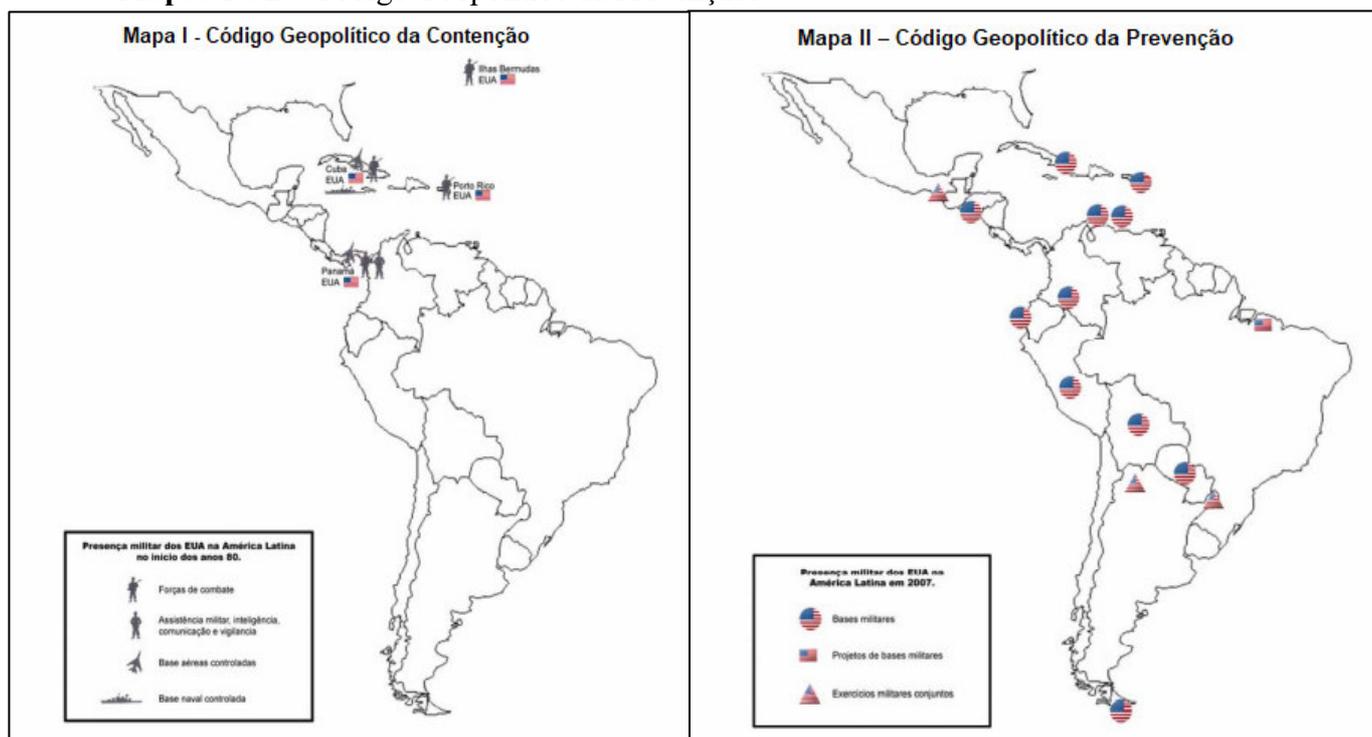
No campo econômico, estas nações rivalizavam e no jogo de interesses orientavam outros países, ideologicamente, para o sistema capitalista, de economia de mercado, representado pelos EUA ou para o Sistema Socialista ou Capitalista de Estado, de economia planificada, modelada e difundida pela URSS.

Ao fim deste período, com o desmantelamento da URSS e o declínio do sistema socialista, o sistema capitalista se amplia trazendo novas configurações geográficas, geoeconômicas e geopolíticas pelo mundo. Era então o fim do sistema bipolar e o nascimento do sistema multipolar com a distribuição de centros de poder entre Estados Unidos, Japão e Europa (principalmente a França, a Alemanha e a Inglaterra).

No campo militar, novos códigos geopolíticos foram estabelecidos pelos Estados Unidos com relação a sua política estratégico-militar na América do Sul de um sistema de contenção para um posicionamento de código geopolítico de um sistema de prevenção.

Esse reposicionamento, marcadamente geopolítico no subcontinente sul-americano, verifica-se nos mapas I e II, adaptados por Souza (2007), que a presença militar americana nas décadas de 1970 e 1980 estava no entorno de Cuba para “conter o comunismo” e um “novo cerco” se estabeleceu “abrindo um arco mais amplo sobre a região” e evidenciar “um reposicionamento das bases/instalações militares” (LIMA e PINA, 2013, p. 162).

### Mapas 1 e 2 – Código Geopolítico da Prevenção.

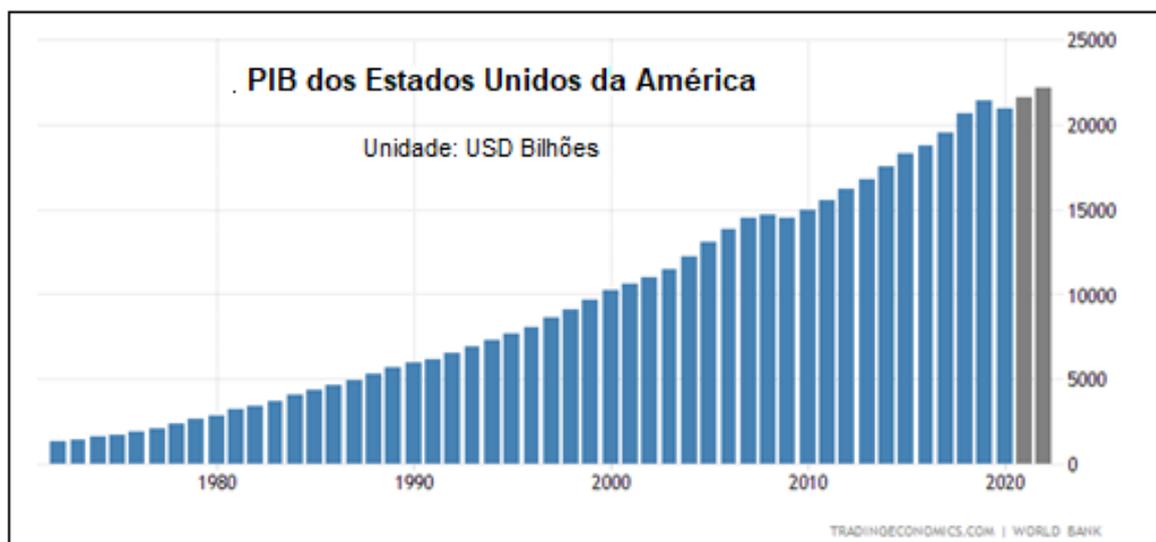


Fonte: Sousa, 2007, p. 173.

No Pós-Guerra Fria os Estados Unidos se estabeleceram como potência hegemônica através do poder monetário e financeiro e poder geopolítico-militar. Como vencedor da Segunda Guerra, juntamente com os aliados, foi o único país com condições financeiras e econômicas de ditar os destinos das outras nações, seja pela criação do sistema monetário criado em 1944 (Bretton Woods) e instituições como o “Fundo Monetário Internacional

(FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)<sup>8</sup>”, devido ao seu diversificado parque tecnológico, industrial e competitivo, seja pelo poderio militar e de estratégias geopolíticas diferenciadas de acordo com necessidades para reafirmar sua supremacia militar Mundo (SANTOS, 2006)<sup>9</sup>.

Fica visível (Gráfico 1) a pujança e a consistência da economia norte-americana ao longo do período do Pós-Guerra Fria.



**Gráfico 1** – PIB do Estados Unidos (Período de 1972 a 2022).

Fonte: Trading Economics.

Não é à toa que tal crescimento econômico (PIB de 20,94 trilhões de dólares em 2020) tornaram ele possuidores do título de “superpotência” e ser o maior de todos os centros do poder do mundo e detentora de um quarto (25%) da riqueza mundial “bem como do consumo exacerbado das fontes naturais de recursos” (VESCOVI, 2013, p. 110).

Vesentini (1992, p. 64) *apud* Vescovi (2013, p. 112) assinala que,

O FMI surgiu no final da Segunda Guerra Mundial juntamente com seu irmão gêmeo, o BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –, também conhecido como Banco Mundial e igualmente sediado em Washington. Tanto o BIRD como o FMI são instrumentos financeiros controlados pelos países ricos, **especialmente os Estados Unidos**. Na realidade, essas duas instituições pertencem à ONU e centenas de países possuem cotas e participam delas. (grifo nosso) (VESENTINI, 1992, p. 64).

Estas instituições, criadas em Bretton Woods, tinham como objetivo evitar “uma nova depressão econômica, como aquela da crise de 1929” (MARTINS, 2015), como também serviu para que fosse estabelecida a “dolarização” do mundo, pois se atrelou às moedas estrangeiras ao dólar americano e a convergência dos países (endividados) aos princípios neoliberais (Consenso de Washington<sup>10</sup>) para que políticas monetárias internas dos países

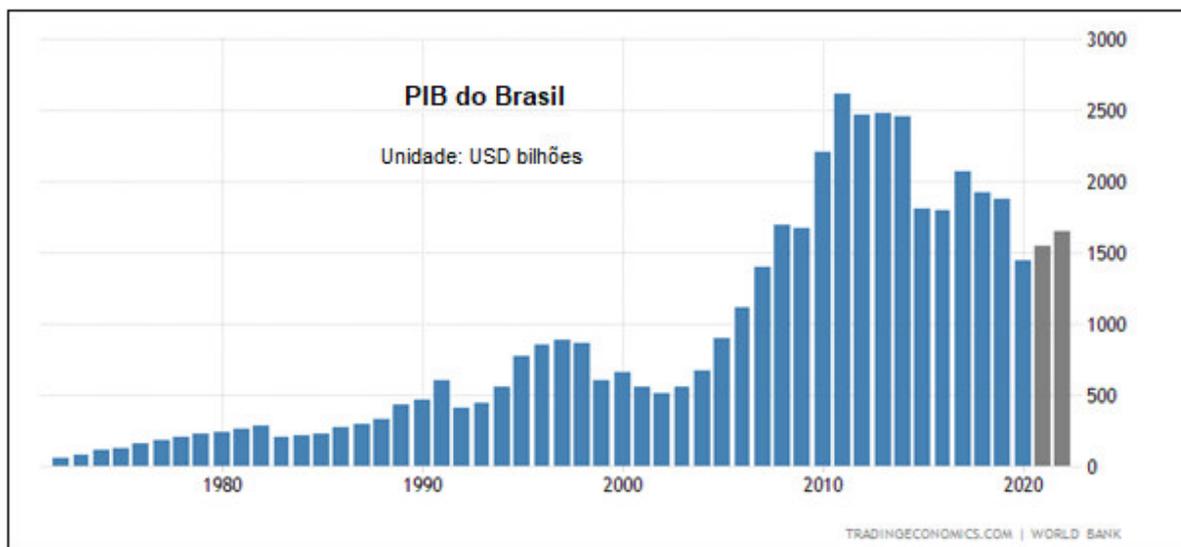
8 A **Organização Mundial do Comércio (OMC)** – WTO (World Trade Organization) - é uma instituição internacional fundada em 1ª de janeiro de 1995 em substituição ao antigo GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), que havia sido criado em 1947, e tem por finalidade a regulamentação do comércio internacional.

9 Ver SANTOS, Marcelo. A Supremacia dos EUA no Pós-Guerra Fria. Perspectivas, São Paulo, 29: 37-66, 2006.

10 O **Consenso de Washington** formou-se a partir da crise do consenso keynesiano [Hicks (1974) e Bleaney (1985)] e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborada nos anos 40 e 50 [Hirschman (1979)]. (BRESSER-PEREIRA, 1990, p. 5).

seguissem a “cartilha” de tais instituições independentemente de suas peculiaridades ou particularidades ao tomarem “empréstimos concedidos pelo FMI e outras instituições sediadas em Washington (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Tesouro Americano)” (MARTINS, 2015, p. 11).

Comparando o mesmo período, podemos observar o crescimento econômico do Brasil e as oscilações que ocorreram na economia (Gráfico 2).



**Gráfico 2** – PIB do Brasil (Período de 1972 a 2022).

Fonte: Trading Economics.

Este gráfico nos ajuda a compreender o tamanho do Brasil e de suas riquezas e o quanto as crises econômicas em outras partes do mundo afetaram a economia brasileira.

Citamos abaixo, de Gomes, et al. (2015), o resumo histórico das crises econômicas no período de 1994 a 2009.

**Quadro 3** - Resumo Histórico das Crises Econômicas no período 1994 – 2009.

Crise	País de origem	Marco de início da crise	Período de tranquilidade	Período de crise
Crise mexicana	México	1994	Anterior a 1994	1994 - 1995
Crise da Ásia	Hong Kong	1997	01/06/1996 a 16/10/1997	17/10/1997 a 05/03/1998
Crise da Rússia	Rússia	Primeira queda do índice da bolsa no período. Moratória Russa	01/01/1998 a 26/07/1998	27/07/1998 a 16/09/1999
Crise Brasileira	Brasil	1999 Colapso Cambial no Brasil	20/09/1998 a 26/07/1998	04/01/1999 a 15/03/1999
Crise da bolha da Internet	EUA	Primeira queda do índice NASDAQ no período	04/01/1999 a 10/03/2000	11/03/2000 a 23/04/2001
Crise turca	Turquia	Rápida corrosão de sua moeda	Anterior a 1996	2000 - 2001
Crise econômica da Argentina	Argentina	Quebra do sistema bancário	Anterior a 1996	2001 - 2002
11 de setembro	EUA	Ataque terrorista ao WTC	5/04/2001 a 10/09/2001	11/09/2001 a 08/04/2003

Crise da Argentina	Argentina	Primeira queda do índice da bolsa no período	01/01/2001 a 11/0/2001	12/07/2001 a 24/05/2002
Crise Brasileira de 2002	Brasil	Primeira queda do índice da bolsa no período	01/01/2001 a 12/09/2001	13/09/2001 a 02/02/2003
Crise do Subprime	EUA	Primeira queda do índice da bolsa no período	09/10/2005 a 25/07/2007	26/07/2007 a 17/03/2009

Fonte: Gomes, et al. (2016, p. 25).

As crises econômicas levaram a recessões constantes e a oscilação no PIB brasileiro em vários momentos ao longo da história. E muitas das crises internas têm relação com o que ocorre em outras regiões do globo.

No Brasil, este cenário de crises levou ao crescimento das taxas de desemprego, ao encolhimento da produtividade, a redução dos lucros empresariais e a tomada de medidas econômicas restritivas do governo que impactaram vários setores da economia do país e a vida dos cidadãos. Como exemplo temos o caso das privatizações de empresas públicas durante o Plano Real devido aos juros elevados e os fracassados Plano Collor 1 e 2 (Plano Brasil Novo) que levou o Brasil a uma profunda recessão econômica e a cortes em orçamento em educação e saúde, dos serviços em infraestrutura, a venda de empresas estatais a preços baixos, a demissão de funcionários públicos e o aumento galopante da inflação.

## 2.2 América do Sul: uma encruzilhada entre o poder Estadunidense e a geopolítica brasileira.

A construção hegemônica dos Estados Unidos na América do Sul tem início nos fundamentos da Doutrina Monroe (1823) quando os EUA se tornaram os “guardiões” das nações sul-americanas e, principalmente, na proteção dos seus próprios interesses militares, políticos e econômicos, mantendo as nações europeias distante das suas antigas colônias que se encontravam em processo de independência.

Monroe em seu discurso ao Congresso Americano em 1823 expõe que,

[...] devemos considerar qualquer tentativa da parte deles de estender seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como perigosa para a nossa paz e segurança. Com as colônias existentes ou dependências de qualquer poder europeu, não interferimos e não devemos interferir. Mas, com os Governos que declararam sua independência e a mantêm, e cuja independência nós temos, em grande consideração e em princípios justos, reconhecido, não poderíamos ver qualquer interposição com o propósito de oprimi-los ou controlar de qualquer outro modo seu destino, por qualquer poder europeu em qualquer outra luz, do que como a manifestação de uma disposição hostil em relação aos Estados Unidos (MONROE, 1823 *apud* BRIGOLA, 2021, p. 36).

Para os EUA o continente americano é extensão do seu território e a intenção norte-americana era isolar a Europa e seu ideal neocolonialista em suas províncias no continente, baseada nas resoluções do Congresso de Viena (1814-1815) pela Santa Aliança (Império Russo, Império Austríaco e Reino da Prússia), onde se propunha o restabelecimento do absolutismo europeu após as guerras napoleônicas.

Nas palavras de Brigola (2021, p. 35).

[...] a Doutrina Monroe significou “uma afirmação da posição norte-americana dentro de seu continente, sinalizando aos demais países sua zona de influência”

(PECEQUILO, 2011, p. 67). Moniz Bandeira (2010a, p. 41) complementa afirmando que, “o *destino manifesto* dos EUA consistia em expandir suas fronteiras não apenas territoriais, mas também econômicas por todo o hemisfério”.

Além da Doutrina Monroe<sup>11</sup>, compõe o ideário americano a missão contida no Destino Manifesto que mobilizou a nação para o cumprimento do seu destino “divino” no mundo que inclui a disseminação dos seus valores, virtudes, democracia, princípios de liberdade etc. Daí um caráter expansionista americano desde a sua origem, indo para oeste com a anexação de novos territórios e ao longo dos anos se estendendo para outras regiões do continente americano atuando por outros meios e formas de domínio para manter “A América para os americanos”.

A América do Sul se configura como uma posição geograficamente estratégica para os americanos. Não é sem fundamento que os EUA estenderam seus domínios sobre a região através do estabelecimento de atos de poder, como por exemplo, a assinatura do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR), assinado em 1947 na cidade do Rio de Janeiro. No ano seguinte (1948) com a assinatura da Carta da OEA (Organização dos Estados Americanos na cidade de Bogotá (ALVES e CUNHA, 2014, p. 198).

Outros atos de poder foram estabelecidos no pós Guerra-Fria, inclusive com nítido apoio ao sistema capitalista em forte oposição ao comunismo/socialismo, com o isolamento de Cuba e seu sistema dentro do subcontinente.

No pós-Guerra Fria, os EUA investiram na promoção dos princípios da democracia e do livre comércio no âmbito hemisférico mediante a realização das Cúpulas das Américas. Em Miami (1994), Washington apresentou seu novo projeto geopolítico para o continente, que previa a constituição da ALCA mediante a eliminação progressiva das barreiras alfandegárias. Assim, o país procurou aumentar sua influência hemisférica, garantido seus interesses estratégicos (MARIANO & VIGEVANI, 2006, p. 323). A exclusão de Cuba das Cúpulas servia como claro lembrete de que por trás da retórica liberal estavam desígnios geopolíticos (ALVES e CUNHA, 2014, p. 198).

O pós-Guerra Fria trouxe novas dinâmicas regionais para a América do Sul. As rivalidades sistêmicas entre EUA x URSS deixaram de existir e os EUA cada vez mais se firmando com potência mundial e projetando-se em crescente expansão em diversas partes do globo. As consequências dessa expansão foi a necessidade de priorizar áreas de interesses norte-americanos, principalmente depois do ataque às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, onde mais de 2600 pessoas morreram em Nova York e, dando início a “Guerra contra o terror” que culminou na invasão do Afeganistão no mesmo ano contra o grupo terrorista da Al Qaeda, e em 2003 com a sua incursão na Guerra do Iraque, cuja dificuldade na invasão causou uma crise de liderança dos Estados Unidos no mundo.

Com a guinada geopolítica americana para a Eurásia e a ausência de um projeto regional para a América do Sul em curto prazo, ocasionou um aparente vácuo de poder, em termos regionais, gerando mudanças significativas no subcontinente. Uma delas é o surgimento do Brasil como potências regionais e de potências secundárias como “Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela” (CARVALHO e GONÇALVES, 2018; ALVES e CUNHA, 2014).

Nas palavras de Alves e Cunha (2014, p. 196),

O Brasil sobressai como a única potência regional capaz de promover uma integração da América do Sul estribada em uma lógica de autonomia voltada para a

---

<sup>11</sup> A Doutrina Monroe foi anunciada pelo presidente americano James Monroe (presidente de 1817 a 1825) em sua mensagem ao Congresso em 2 de dezembro de 1823.

paz e o desenvolvimento. A partir de 2000, o país soube fazer uso inteligente do aumento de suas capacidades econômicas, políticas e diplomáticas, a fim de preencher certo vácuo de liderança deixado pelos EUA na América do Sul. A crescente disposição de Washington em reverter essa tendência, por meio do estímulo a novos arranjos diplomáticos envolvendo algumas potências secundárias do subcontinente, põe à prova as habilidades agregadoras do Brasil (ALVES e CUNHA, 2014, p. 196).

É elementar que as narrativas geopolíticas engendram o poder manifesto na territorialidade. Destarte, se faz necessário analisar as discursividades do ponto de vista da geopolítica pós-moderna sob os conceitos e discursos geopolíticos, pois “uma ordem geopolítica vem sempre pautada por discursos geopolíticos, que oferecem legitimidade à materialidade de um arranjo territorial” (AGNEW, CORBRIDGE, 1995 *apud* PFRIMER, 2011, p. 132).

A priori, a hipótese central é que tais discursos geopolíticos se aproximam de uma geopolítica regional brasileira que se materializa na dimensão espacial, portanto territorial e na política, na tentativa de figurar como um dos principais atores no subcontinente através de “Poder multidimensional” (BECKER, 1988, p. 99-125).

[...] Poder multidimensional derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais. Espaço, dimensão material, constituinte das relações sociais e, por isso mesmo, sendo, em si, um poder (BECKER, 1988, p. 99-125).

Esse Poder multidimensional se expressa na grandeza do território brasileiro, do complexo e variado sistema de bases econômicas e da sua capacidade de articulação estratégica em relações bilaterais com outros países do subcontinente e transoceânicas pelo Atlântico.

Ao que parece, não é sem fundamento que discursos carregados de práticas geopolíticas compõem os pronunciamentos governamentais, bastando interpretar os fragmentos da discursividade geopolítica já mencionada.

O Brasil exerce uma forte influência regional na América do Sul devido às suas características geográficas de país-continente e pelo seu poder econômico regional crescente, que veio sendo construído desde queda do poder hegemônico americano nas áreas de influência e nas mudanças de interesses estratégicos e econômicos americanos para outras áreas do globo (Ásia e Europa), criando espaços vazios de atuação na América do Sul, fruto da nova ordem mundial instaurada com o fim da Guerra Fria e o desmantelamento da União Soviética.

Sorj e Fausto (2010) vão denominar esse período de “uma época de transição complexa”, na qual visivelmente os Estados Unidos inicia o estabelecimento de uma hegemonia compartilhada “e diminuem seu peso na economia mundial e sua capacidade de impor uma ordem política global à sua imagem e interesses”.

Domingues (2013, p. 237) nos diz que “etimologicamente, hegemonia significa liderança (GRAU, 2011)” e continua seu argumento colocando que,

[...] o termo ganhou significados diferentes em diversos campos de estudo e perspectivas teóricas ao longo do tempo. Tradicionalmente, a palavra remetia às noções de *dominação* e de *assimetria* de poder e costumava ser aplicada à superpotência do sistema internacional. No entanto, ao ser retomada no estudo das potências regionais, a expressão recuperou o significado original de liderança. A condição de ter outros países tão ou mais fortes que eles próprios fazem com que as potências regionais busquem ampliar seu poder por meio da associação com outros Estados (PEDERSON, 2002). Isso as leva a buscar atrair e mobilizar os Estados de

seu entorno regional em volta de um projeto comum que seja atrativo e legítimo aos vizinhos.

Nesta perspectiva, Domingues (2013) sustenta que o Brasil é uma potência regional parcial por não possuir todas as características e peculiaridades e não agir “conforme o comportamento esperado de uma potência regional” (DOMINGUES, 2013 p. 234).

Observamos que o Brasil reúne um histórico de posturas que nos faz entender que a integração regional faz mais sentido para a estratégia de projeção no cenário regional engendrando mais pelo viés econômico do que pela proeminência “hegemônica” regional.

A literatura recente aponta o Brasil como uma potência regional não hegemônica e apresentam alguns formatos de hegemonia ou liderança: hegemonia cooperativa, hegemonia consensual, potência regional parcial, liderança branda (DOMINGUES, 2013; BURGES, 2008; PINHEIRO e GAIO, 2010; LIMA, 2013).

No governo Lula observamos uma postura voltada para a integração regional e uma hegemonia cooperativa, nada muito diferente do que vem ocorrendo há pelo menos duas décadas na América Latina, dominada por “um discurso de integração regional” (SORJ e FAUSTO, 2013). Vejamos o que nos aponta Domingues (2013, p. 237),

Em todos os casos, sugeria-se a noção de uma liderança participativa, solidária, não-hegemônica, mutuamente benéfica e fundada nos interesses compartilhados dos países sul-americanos. O Brasil seria o primeiro entre iguais (primus inter pares) num projeto comum da região.

O Brasil, que é considerado um líder natural do bloco sul-americano, ao abandonar o multilateralismo e se alinhar automaticamente aos Estados Unidos no governo Bolsonaro, se direcionou para uma agenda contrária ao que vinha sendo praticada por governos anteriores (Governos FHC e Lula).

Segundo Vigevani e Cepaluni (2010, p.143), o governo de FHC entendia que “o eventual papel do Brasil como líder era visto como consequência da gradual proeminência econômica do país”. Por outro lado, os formuladores de política externa do governo Lula “acreditam que o papel de liderança pode ser alcançado por meio de uma ação diplomática mais ativa e dinâmica, assim como da continuidade da defesa de temas ‘universais’” (DOMINGUES, 2013, p. 237).

Domingues (2013) vai nos apontar dois tipos de hegemonia: Hegemonia Cooperativa de Hegemonia Consensual. Na primeira ela é fundamentada no “diálogo e na coordenação política do país mais poderoso da região com seus vizinhos”. Enquanto a segunda consiste na “aplicação oblíqua de pressão ou a criação de condições que fariam medidas políticas futuras aparecerem como uma ação autointeressada dos outros países” (PEDERSON, 2002; SEAN BURGES, 2008; DOMINGUES, 2013, p. 235). Observemos o Quadro 4 abaixo:

**Quadro 4 - Hegemonia Unilateral versus Hegemonia Cooperativa.**

<b>Tipo de Hegemonia</b>	<b>Vantagens</b>	<b>Desvantagens</b>
<b>Hegemonia Unilateral</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Liberdade de ação</li><li>- Influência direta e imediata</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Estimula o balanceamento</li><li>- Envolve um alto nível de free-riding (efeito carona)</li></ul>
<b>Hegemonia Cooperativa</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Regras estáveis e legítimas</li><li>- Previsibilidade</li><li>- Agrega poder</li><li>- Previne um grau elevado de free-riding</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Compartilhar poder</li><li>- Pagamentos laterais custosos</li><li>- Exige um comprometimento de longo prazo</li></ul>

Fonte: Pederson (2002, p. 687) *apud* Domingues (2013, p. 236).

Ao que notamos, o Brasil por suas características supramencionadas, se encaixaria na Hegemonia Cooperativa. O Brasil na era Lula procurou estabelecer um bloco de poder não hegemônico, uma liderança natural como expressou o próprio presidente em pronunciamento oficial:

Em um discurso feito na Cerimônia de Transmissão do Cargo de Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional em 23 de janeiro de 2003 – Curitiba, Paraná – o presidente anunciou que “é impressionante como todos esses países quase que estão a exigir que o Brasil lidere a América do Sul, porque eles têm uma relação de respeito com o Brasil; porque têm dimensão da grandeza e do potencial econômico do Brasil. (...) o Brasil deveria efetivamente assumir, não o papel daquele país líder que tenta transformar os outros em subservientes, mas o Brasil deveria ser um parceiro, aquele que defende os interesses da América do Sul, aquele que elabora projetos junto com os países da América do Sul, aquele que pensa na integração da América do Sul e aquele que pensa no desenvolvimento da América do Sul” (DOMINGUES, 2013, p. 237).

É a agregação de poder via cooperação, uma postura de igual para igual, mas que objetivava uma hegemonia solidária e compartilhada com outros países da América do Sul.

A bem da verdade essa postura, em 2007, mudou em virtude das declarações do presidente Lula ao New York Times ao afirmar que a “América Latina não está buscando um líder e não precisa de um líder” (DOMINGUES, 2013, p. 237).

E vários outros fatores externos e internos levavam o Brasil ser considerado como “um tigre sem dentes” (BURGES, 2006), um *monster country* não-assustador (LAFER, 2009, p.76) e mais recentemente, como “um gigante sem altura, uma potência sem poder” (DOMINGUES, 2013, p. 237).

### **2.3 A Geopolítica Brasileira e Seus Discursos Para América do Sul**

O Brasil, como sabemos, é um país de dimensões continentais, sendo o maior país sul-americano, dotado de uma grande faixa de fronteiras com outras dez nações da América do Sul (Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai), de um litoral banhado em sua totalidade pelo Oceano Atlântico, com um vasto território, cerca de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> e possui uma população na casa dos 213 milhões de habitantes (dados do IBGE/2021). O Brasil apresenta, ainda, características fisiográficas heterogêneas que dão origem às diversas paisagens naturais em função do clima, vegetação, relevo e hidrografia (com destaque para as duas maiores bacias do continente: Amazonas ao norte do país e a do Prata ao sul).

**Mapa 3 – Mapa do Brasil.**



Fonte: Acervo LAGEP/UFRRJ

Um país como o Brasil pela sua grandeza já suscita a necessidade de análises geopolíticas para que haja a coesão e liderança necessárias.

Segundo Miyamoto (1995) o desenvolvimento da geopolítica no Brasil ocorreu em cinco fases conforme Quadro abaixo.

**Quadro 5 – Fases de desenvolvimento da geopolítica brasileira.**

Fases	Período/Evento	Autores	Obs.
<b>Primeira Fase</b>	Décadas de 1920 e 1930	Elyseo de Carvalho, Everardo Backheuser, Delgado de Carvalho, Mário Travassos e Paula Cidade	<b>Anos de sua gênese no Brasil.</b>
<b>Segunda Fase</b>	2ª Guerra Mundial	Raja Gabaglia, Teixeira de Freitas, Lysias Rodrigues, Canabarro Reichardt e Leopoldo Nery da Fonseca	Amadurecimento da geopolítica.
<b>Terceira Fase</b>	Surgimento da Escola Superior de Guerra (ESG)	Golbery do Couto e Silva	Refletia o clima da Guerra Fria.
<b>Quarta Fase</b>	1964-1980	Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos	Ideal de uma “Grande Potência”. Poder político dos militares.
<b>Quinta Fase</b>	Décadas de 1980 e 1990	Nova “safra” de geopolíticos	novos enfoques geopolíticos (Globalização, Projeto Calha Norte).

Fonte: Extraído de Costa, 2014, p. 33-35. (Adaptado).

A geopolítica brasileira floresceu nas décadas de 1920 e 1930, quando tiveram início os estudos nacionais. Os autores desse período foram Everardo Beckheuser, Carlos Delgado de Carvalho, Mário Travassos e Francisco de Paula Cidade (MIYAMOTO,1995, p. 44-45). Miyamoto (ibid, p. 46) citando Octávio Tosta (1958 e 1960), diz ser Everardo Beckheuser o precursor desses estudos no país e que “começou a sistematizar informações e deu corpo para que essa disciplina se desenvolvesse em território nacional” (MIYAMOTO, 1995).

**Mapa 4 – América do Sul.**



Fonte: Acervo LAGEP/UFRRJ

### **Mário Travassos (1891-1973)**

O Marechal Mário Travassos (1891-1973) é um dos mais influentes autores geopolíticos da primeira fase da geopolítica brasileira. Sua carreira militar foi exemplar, o que lhe permitiu chegar ao posto de General.

Mário Travassos ingressou na Escola Militar de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 1908, saindo Aspirante-a-oficial do Exército Brasileiro em dois de janeiro de 1911, 2º Tenente, em 1915, 1º Tenente em 1920, Capitão em 1925, Major em 1933, Tenente-Coronel em 1938, Coronel em 1941, General de Brigada em 1946, General de Divisão em 1951 e General de Exército em 1952, quando foi transferido para

reserva. Após, foi promovido a Marechal (MENDES DA COSTA, 2014, p. 42 *apud* SALES, 2019, p.17).

Foi autor das obras que formulam sua maneira de pensar o Brasil e a sua inserção como potência hegemônica na América do Sul: os livros “Projeção Continental do Brasil” e “Introdução à política de Comunicações Brasileiras”.

Segundo Miyamoto (1995) citado por Mendes da Costa (2014):

“Travassos inegavelmente constituiu um divisor de águas nos estudos sobre geopolítica nacional. Embora importantes fossem as obras de Backheuser, foi somente depois de 1931, com Travassos, que surgiu em termos geopolíticos, uma análise sólida do papel a ser exercido pelo País em termos internacionais. Não é por acaso que nas edições posteriores o seu trabalho mudou de designação, inicialmente intitulado Aspectos geográficos sul-americanos, para Projeção Continental do Brasil. É que esse título corresponde com mais exatidão ao conteúdo de sua obra.”

Para Travassos a projeção continental do Brasil como potência regional seria alcançada com investimentos em infraestrutura de transportes e de comunicações integradas em todo território nacional, além de pensar na ocupação das fronteiras, principalmente na região amazônica.

Possivelmente Mário Travassos foi influenciado pelas teorias de Halford Mackinder, Ratzel e Kjellén quando formulou a teoria do Heartland Sul-Americano, na qual “o país que dominasse a região destacada [por Mário Travassos] exerceria influência sobre os demais países sul-americanos” (COSTA, 2014, p. 57). O coração central sul-americano teria o Brasil, o Peru e a Bolívia formando o Triângulo Boliviano (SALES, 2019, p. 17).



**Figura 5** – Ramal Ferroviário Argentino sobre o Heartland Sul-Americano.  
Fonte: Travassos, 1947, p. 54.

Para Costa<sup>12</sup> (2017), Mário Travassos foi um dos representantes mais emblemáticos da história da geopolítica brasileira e que conseguiu, além de influenciar o pensamento geopolítico brasileiro das gerações futuras, ampliou o debate para as questões de ocupação do interior do território brasileiro, da proteção das fronteiras, da política de integração nacional, a defesa da Amazônia e do Atlântico Sul, da necessidade de unir via infraestrutura de transportes e de canais de comunicações.

Os analistas que examinaram a evolução da geopolítica brasileira reconhecem que o autor que melhor reflete a combinação entre pensamento e prática no que poderíamos denominar de fase de hegemonia intelectual de inspiração militar é Mário Travassos, um oficial do exército que publicou o trabalho que se tornaria a síntese e a principal referência do pensamento geopolítico clássico brasileiro - *Projeção Continental do Brasil* - Travassos (1947). Com ele, desenha-se pela primeira vez a estratégia que seria aplicada nas décadas seguintes nas políticas do país para a América do Sul. Ainda nessa trajetória deve ser destacada a importância de dois outros geopolíticos militares, ambos inspirados em Travassos e com forte influência no planejamento estratégico nacional, os generais Golbery (1952) e Meira Mattos (1975) (COSTA, 2017, p. 4).

### **Golbery do Couto e Silva (1911-1987)**

“A Geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e de posição”. (COUTO E SILVA).

Golbery do Couto e Silva é um dos mais importantes geopolíticos militares que, assim como Mário Travassos, também tinha como pensamento central a integração do Brasil e preocupação com a segurança nacional.

Golbery exerceu várias funções no Exército e na política. No serviço ativo do Exército serviu como Oficial de Informações na Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, também lecionou na Escola Superior de Guerra e foi um crítico ferrenho das políticas do Governo de Getúlio Vargas, ocasião em que escreveu o “Manifesto dos Coronéis”. (SOUZA, 2019, p. 30). Golbery também exerceu outras funções de destaque após sua passagem para a Reserva do Exército: foi o Chefe do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Ministro-chefe do Gabinete Civil do Presidente, função que desempenhou até 1981 e integrante do Conselho de Segurança Nacional dos Governos Geisel e Figueiredo (CAMILO, 2019, p. 30).

Camilo (2019, p. 26) comenta que Golbery “Considerava [...] o planejamento democrático como o ideal para a construção de uma sociedade livre e justa”. Souza (2019, p. 31) também afirma a mesma posição de Camilo sobre Golbery ao dizer que:

Em sua obra, pode-se identificar uma linha mestra, na qual Golbery propugnava que o Brasil deveria buscar uma visão própria (cristã e democrática) do sistema internacional, por meio de uma aproximação com o grande bloco democrático ocidental, em oposição ao nacionalismo progressista. Nesse contexto, Golbery procurava uma espécie de “meio termo” entre o planejamento absoluto (modelo soviético) e a negação de planejamento. Destarte, tal planejamento deveria ser realizado por meio de **instrumentos democráticos, abrindo-se mão de quaisquer**

---

12 COSTA. Wanderley Messias da, “A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional”, *L’Espace Politique* [Em ligne], 31|2017-1, mis en ligne le 04 avril 2017. Disponível em <http://journals.openedition.org/espacepolitique/4132>. Acesso em 16/01/2022.

**recursos impositivos.** Dessa forma, seria obtida a fidelidade à causa nacional, pela qual todos velariam, até mesmo impondo-se alguns sacrifícios. (grifo nosso)

Golbery do Couto e Silva escreveu o livro *“Aspectos Geopolíticos do Brasil”* (1957), reeditado com outro título, *“Geopolítica do Brasil”* (1967) e novamente em como *“Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil”* (1981) (VLACH, 2003, p. 9). Nesta publicação e suas reedições a sua principal preocupação foi com a segurança nacional.

Ele também observava que a geopolítica brasileira deveria caminhar com dois planos: o interno e o externo. Vlach (2003, p. 9) citando Golbery, assim explica:

No plano interno, o Oeste quase vazio do território “atrai de todos os quadrantes os ventos desenfreados da cobiça [...] (o que exige um) planejamento cuidadoso [...] integrando-o na comunidade nacional e valorizando a sua grande expressão física” (id., ibid.: 43). O objetivo da geopolítica interna é, pois, o de promover a plena integração do território brasileiro. Essa integração exigiria o “planejamento cuidadoso” de toda a infra-estrutura necessária para possibilitar a fixação de contingentes populacionais no oeste e norte do Brasil. Por conseguinte, a integração nacional dependeria da valorização econômica dos amplos espaços geográficos do interior brasileiro. No plano externo, Couto e Silva considera indiscutível a importância vital dos Estados Unidos na defesa do continente americano.

A defesa do continente via cooperação com os Estados Unidos e com os países em desenvolvimento, levou Golbery a formular a Teoria dos Hemisférios:

Esta teoria concebe o mundo dividido em dois hemisférios, um interior e um exterior, centrados na América do Sul e que se projetam para o Atlântico e para hemisfério Leste, tendo em vista o fato da América do Sul estar bem protegida a oeste pelo grande Oceano Pacífico, e, além disso, pelas elevações dos Andes. O hemisfério interior, num raio médio de 10.000 km, abrange a América do Norte, a África e a Antártica. Deste hemisfério não haveria qualquer ameaça direta, num prazo previsível, à segurança da América do Sul. Em contrapartida, desde o hemisfério exterior, formado para além do hemisfério interior, a uma distância média de 15.000 km, ameaças contra a América do Sul poderiam surgir a qualquer tempo. Este seria, portanto, o hemisfério perigoso, contra o qual o território sul-americano estaria seguro enquanto o hemisfério interior não estivesse em mãos de um agressor potencial (SANTOS, 1985, p. 92-94).

Lembramos que o contexto conjuntural de Golbery é a Guerra Fria e a bipolarização mundial entre EUA e URSS. Caberia, portanto, a defesa do Atlântico Norte aos Estados Unidos e ao Brasil pela sua posição geoestratégica o monopólio de defesa do Atlântico Sul.



*Uma Geopolítica Pan-Amazônica* (1980), *Geopolítica e Trópicos* (1984) e *A Geopolítica e a Teoria de Fronteiras* (1990). Escreveu diversos artigos, participou como articulista nos jornais Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e Correio Paulistano e como colaborador de publicações estrangeiras em Lisboa (Portugal) do Diário de Notícias (SOUZA, 2019, p. 36).

Seu pensamento partia do princípio da ‘geopolítica de continentalização’, “por meio da utilização eficaz de conceitos geopolíticos” e de o “Estado ter a consciência de seu destino indicado pelos fatores ‘forma’ e ‘posição’ e adequar-lhe uma política consentânea às suas realidades geográficas (SOUZA, 2019 p. 37).

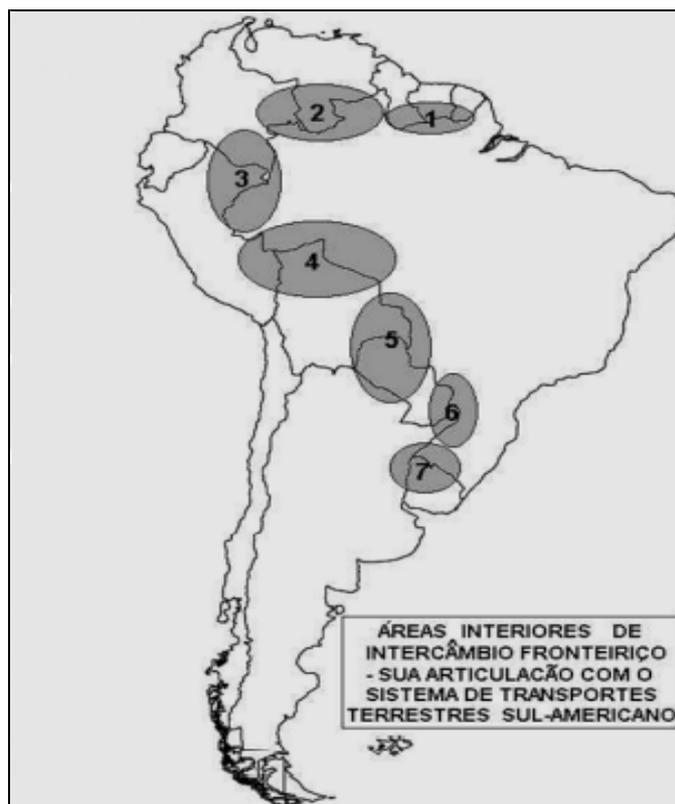
Penha (2009, p.131)<sup>13</sup>, sobre o pensamento geopolítico de Meira Mattos, contribui dizendo que,

De cunho mais estratégico, os estudos do General Meira Mattos foram direcionados para a necessidade dos países sul-atlânticos, aliados dos Estados Unidos, de constituírem uma unidade que operacionalizasse a defesa do Atlântico Sul contra o inimigo soviético. Entretanto, as marinhas dos mais importantes países da região - Argentina, Brasil e África do Sul - não teriam poder suficiente para agir sozinha, mas poderiam contribuir, com participação significativa no conjunto das forças ocidentais, visando à estruturação de uma aliança defensiva, que pudesse produzir um efeito “dissuasório” eficaz. Meira Mattos (1980, p. 89) pensava num tratado militar, Organização do Tratado do Atlântico Sul - OTAS que envolvesse as mencionadas potências regionais e as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, de forma conjunta. A criação da OTAS, na perspectiva do autor, pode ser compreendida nos marcos do “Brasil potência”, pelo fato de representar um “reconhecimento”, mesmo que estendido aos outros participantes, a partir do qual o papel brasileiro poderia ser privilegiado.

Outra ideia ligada ao pensamento geopolítico de Meira Mattos era a composição do intercâmbio dos espaços fronteiriços articulados aos sistemas de transportes terrestres sul-americanos e assim possibilitar ao Brasil obter vantagens com a integração dos países. A área que ele julgava muito importante para tal integração está relacionada à região amazônica, como primeiro passo para uma integração sul-americana, o que vai se traduzir na visão de Meira Mattos numa “Geopolítica Pan-Amazônica” (MEDEIROS FILHO, 2011, p. 18).

---

13 PENHA, Eli Alves. Geografia Política e geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. In Geografia e Geopolítica: as contribuições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Revista do IBGE. Rio de Janeiro-RJ, 2009. p. 117-135. Eli Alves Penha é Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, professor da Escola Nacional de Estatística - ENCE e da UERJ.



**Figura 7** – Áreas Interiores de Intercâmbio Fronteiriço<sup>14</sup>.

Fonte: Mattos, 1977, p. 18.

O General Meira Mattos relata que:

Com tal estratégia, integraremos a Pan-Amazônia. Em termos de política sul-americana, será a integração do continente, pois a Pan-Amazônia sairá da situação de vazio inerte e passará a desempenhar, também, o papel de área de trânsito entre as costas do Atlântico e do Pacífico (MATTOS, 1980, p. 174/5 *Apud* FILHO, 2011, p. 18).

---

14 Cf. Major do Exército Oscar de Medeiro Filho - Considerações sobre geopolítica – Revista da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (2011). O Major Medeiros Filho é Chefe da Cadeira de Relações Internacionais da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).



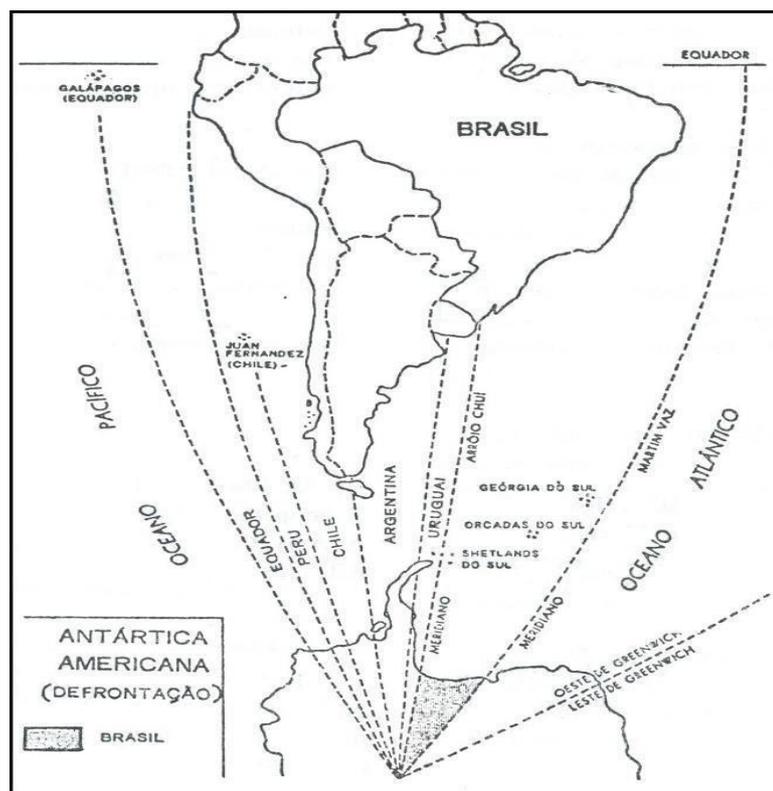
**Figura 8** – Integração Pan-Amazônica.  
 Fonte: Mattos, 2002, p. 89.

### Therezinha de Castro (1930-2000)

“Há pessoas que se identificam com a História pelo desempenho extraordinário de sua missão, nas exigências de cada época. Therezinha de Castro foi uma delas”.  
 (Manuel Cambeses Júnior – Coronel-Aviador R/R).

Therezinha de Castro foi uma autoridade em Geopolítica no Brasil e no exterior, Geógrafa, historiadora e professora do Colégio Pedro II e da Faculdade de Humanidades Pedro II (FAHUPE); atuou como conferencista nas Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e da Aeronáutica (ECEMAR), da Escola de Guerra Naval (EGN), nas Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica e do Exército, na Escola Superior de Guerra (ESG) e nas Delegacias da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

Therezinha sabia da importância estratégica do Atlântico Sul para se manter a segurança no hemisfério sul e “perseguir a tese de que o Brasil deveria reivindicar o seu espaço no Continente Antártico, através de um belíssimo trabalho intitulado: “*Antártica: Teoria da Defrontação*” (JUNIOR, 2009, p. 18).



**Figura 9** – Teoria da Defrontação<sup>15</sup>.

Fonte: <http://confins.revues.org/docannexe/image/122/img-13-small480.jpg>

Pela Teoria da Defrontação (ou teoria de enfrentação) haveria um setor da Antártida que seria uma área de interesse do Brasil.

Penha (2009, p. 132) traduz assim o pensamento geopolítico de Therezinha de Castro:

A professora Therezinha de Castro destacou-se como a principal expoente dos estudiosos da geopolítica brasileira no Atlântico Sul, oceano que articulava as três massas terrestres nas quais o Brasil tinha interesse: Antártida, África e América do Sul. A partir dos estudos do Atlântico Sul, as suas reflexões alcançaram o Índico, considerado por ela o oceano central da geoestratégia global. Devido à sua forma em W, recortado pela península indiana, se assemelhava mais a um lago o que possibilitava maior intercâmbio interno. Diferente do Atlântico que, em sua forma de S, favorecia a constituição de rotas oceânicas Norte-Sul (PENHA, 2009, p. 132).

Desta forma, percebemos o alinhamento de estratégias em que o pensamento geopolítico de Therezinha de Castro, sobre o Atlântico Sul, concordava com os geopolíticos militares Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos.

É também desta magnífica professora o conceito geopolítico de Oceanopolítica “que seria a política aplicada aos espaços marítimos na perspectiva do “poder mundial” (PENHA, 2009, p. 132).

Foi nossa intenção trazer um pouco da história dos grandes geopolíticos brasileiros e demonstrar a importância de suas obras para a história da geopolítica brasileira.

<sup>15</sup> A Teoria da Defrontação é uma variação do critério dos setores, segundo a qual a Antártica deveria ser dividida pelos meridianos extremos dos territórios dos países do hemisfério sul – no caso brasileiro, entre os meridianos do Arroio Chuí (53°22'O) e da Ilha Martim Vaz (28°48'O) (FERREIRA, 2009, p. 118).

Iniciamos este capítulo abordando a questão da Teoria do Sistema-Mundo de Wallerstein e o contexto dos países sul-americanos em virtude da condição de subdesenvolvimento e se situarem como países periféricos e semiperiféricos. Desta forma fica fácil entender como se comportam as nações centrais do Sistema-Mundo e como se dará os movimentos políticos, geográficos e estratégicos no subcontinente, as relações de dependência, os sistemas de cooperação e integração, as políticas econômicas e as estruturas de defesa do e no subcontinente.

Entendendo as origens históricas de dominação e ingerências nos países do bloco sul-americano pelas nações dominantes (principalmente americanos e europeus) permite-nos entender o caminho dos posicionamentos discursivos (discursos geopolíticos em pronunciamentos oficiais) com objetivos ideológicos e de estratégia geopolítica e geoeconômica do governo brasileiro que busca se estabelecer como potência regional, assunto este que propomos analisar no capítulo seguinte.

### 3 CAPÍTULO III

## DISCURSO GEOPOLÍTICO E GEOECONÔMICO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL

### 3.1 Fragmentos da Análise do Discurso (AD) no *Corpus*

O discurso como objeto de Análise do Discurso não constitui o texto, nem a fala, nem a linguagem, nem o próprio pronunciamento, porém necessita da materialidade linguística para existir (FERNANDES, 2007, p. 12). A nossa tarefa aqui não visou esgotar as diversas análises possíveis na perspectiva da Análise do Discurso. A questão empírica da análise vez por outra aparecerá, pois em AD, de acordo com Orlandi (2009, p.62) “não há análise do discurso sem a mediação teórica permanente, em todos os passos da análise, trabalhando a intermitência entre descrição e interpretação que constituem ambas, o processo de compreensão do analista. É assim que o analista do discurso ‘encara’ a linguagem”.

Para Orlandi (2020, p. 43), “a noção de Formação Discursiva - ainda que polêmica - é básica na Análise do Discurso, pois permite compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso”.

Orlandi (2020) complementa dizendo que,

“As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com os outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2020, p. 43).

A definição para fins de análise dos fragmentos de discursos se deu em duas instâncias: uma macro-instância, onde se buscou o entendimento sócio-histórico, ideológico e geopolítico que proporcionam tais discursos nos pronunciamentos oficiais do Governo Bolsonaro e uma micro-instância, na qual foram analisados as formações discursivas e os enunciados nos recortes realizados nos discursos.

Conforme nos informa Fernandes (2007),

“As características da função enunciativa, conforme exposto – função referencial do enunciado, posição-sujeito, campo associativo, materialidade linguística – corroboram a interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz (Foucault, 1995, p. 129), ou seja, quais são os aspectos históricos, sociais, ideológicos que determinam tal produção? A proposta de análise então se volta para a descrição dos enunciados visando a explicitar suas condições de produção e as posições dos sujeitos a ele vinculadas” (FERNANDES, 2007, p. 64).

Neste sentido, selecionamos nos discursos pronunciados os lexemas que mais se repetem para compor o *Corpus* da análise e que nos remete ao entendimento e a finalidade do discurso, pois as “escolhas lexicais e seu uso revelam a presença de ideologias que se opõem, revelando igualmente a presença de diferentes discursos, que, por sua vez, expressam a posição de grupos de sujeitos acerca de um mesmo tema” (FERNANDES, 2007, p. 13).

**Quadro 6** - Lexemas selecionados nos discursos.

<i>Corpus I</i>	<i>Corpus II</i>	<i>Corpus III</i>
<b>Presidente da República Fragmentos 1, 2 e 3</b>	<b>Vice-Presidente da República Fragmento 4 e 5</b>	<b>Ministro das Relações Exteriores Fragmentos 6, 7, 8 e 9</b>
Mercosul; Integração comercial; Liberdade; Democracia; Segurança; Deus; Socialismo; Corrupção; Ditadura; Venezuela; Soberania; Direitos Humanos; Governo petista.	Globalização; Venezuela; Anticrime; Anticorrupção; Economia mundial; Nação.	Liberdade; Democracia; Covid 19; Acordos Comerciais; Corrupção; Mercosul; Ditadura; Integração Regional; Governo; Venezuela.

Fonte: elaboração própria.

Observamos nos discursos a dinâmica que os integra. O movimento deles com os mais diversos componentes sociais e políticos e as suas transformações seguem o padrão da sociedade e tudo aquilo que “integram a vida humana” (FERNANDES, 2007, p.13). Como resultado, os discursos assumem a forma do momento sócio-histórico e ideológico conforme as posições que os sujeitos dos discursos assumem numa determinada coletividade, e esse movimento cíclico é constante em função das mudanças e movimentos da própria sociedade.

Fernandes (2007) citando Pêcheux (1997) assinala que,

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” [...] mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (PÊCHEUX, 1997b, p. 190 *apud* FERNANDES, 2007, p. 15).

E complementa Orlandi (2020, p; 43) que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que a empregam. Elas “tiram” seus sentidos dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições de inscrevem”. Daí a importância da Análise do Discurso e dos sujeitos em suas posições de poder dentro do contexto histórico e geográfico dos Discursos Geopolítico e Goeconômico.

Para Fernandes (2007) devemos selecionar o fragmento do *corpus* conforme o objeto de estudo que nas palavras de Orlandi (1984, p. 14), citada pelo autor, é a unidade discursiva em recorte (fragmento correlacionado de linguagem).

Trata-se da seleção de fragmentos do corpus para análise; ou seja, quando o analista escolhe seu objeto de análise, ele precisa ainda selecionar pequenas partes, escolhidas por relações semânticas, tendo em vista os objetivos do estudo (FERNANDES, 2007, p. 61).

Separamos em blocos os fragmentos (*Corpus I, II e III*) que compõem a Análise do Discurso, conforme quadro-síntese abaixo, cujo objetivo foi verificar a presença de discursos geopolíticos e geoeconômicos como estratégia de poder brasileiro na América do Sul.

## Quadro 7 - Quadro-Síntese.

<b>Análise do Discurso de Posse do Governo Bolsonaro</b>
1) Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 2019.
<b>Venezuela e Cuba nos Discursos do Governo e da Mídia</b>
1) Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Sessão Plenária dos Chefes de Estado durante a LIV Cúpula do MERCOSUL - Santa Fé, Argentina, 17 de julho de 2019. 2) Discurso do presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York, 24 de setembro de 2019. 3) Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no Fórum de Ministros da Aliança Internacional para a Liberdade de Religião e Crença - 17/11/2020.
<b>Narrativas Geopolíticas e Geoeconômicas para a América do Sul</b>
1) Discurso do Vice-Presidente no 37º Encontro Econômico Brasil Alemanha - 15 de setembro de 2019. 2) Discurso do Vice-Presidente e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal – 27 de dezembro de 2020.. 3) Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Extraordinária de Chanceleres da Conferência Ibero-Americana - 30/11/2020. 4) Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Cúpula Presidencial do PROSUL - 12/12/2020. 5) Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no Conselho do Mercado Comum - MERCOSUL – 15/12/2020.

Fonte: Elaboração própria.

### 3.2 Análise do Discurso de Posse do Governo Bolsonaro

Bolsonaro começou sua carreira política como vereador no Rio de Janeiro em 1988 e se elegeu deputado federal em 1990, se reelegendo por mais sete mandatos. Em suas pautas políticas defende a maioria penal, a aquisição e posse de arma de fogo por cidadão sem antecedentes criminais, a manobra jurídica do excludente de ilicitude por policiais no exercício das funções e o voto impresso. Como ex-capitão do Exército Brasileiro manteve atrelado aos seus mandatos os vínculos com a classe dos militares das polícias e bombeiros, segurança pública (polícia civil, PF e PRF) e membros das Forças Armadas.

A chegada ao poder por Bolsonaro foi marcada por diversos fatos: pouco tempo de rádio e televisão no horário político, disputa eleitoral esvaziada de debates políticos, pois Bolsonaro se negou a participar dos debates alegando questões de saúde e segurança, polêmicas sobre a questão do desarmamento, a prisão do ex-presidente Lula por corrupção na Operação da Lava Jato e o mais emblemático de todos que foi o episódio do ataque da facada que Bolsonaro sofreu em Juiz de Fora (Minas Gerais) por Adélio Bispo de Oliveira durante a campanha eleitoral. Este atentado ocupou os noticiários de quase toda imprensa permitindo mais visibilidade do candidato na mídia além do previsto pelo Tribunal Superior Eleitoral que era de oito segundos.

Outro fator que contribuiu para a vitória de Bolsonaro foi a crise política, econômica e de governança do governo Dilma/Temer que antecedeu o impeachment da presidente Dilma, acusada de crime de responsabilidade fiscal chamados à época(2016) de “pedaladas fiscais” (manobras fiscais) e de editar decretos de abertura de créditos sem autorização do Congresso Nacional. Atrelado ao contexto da presidente Dilma, soma-se o desgaste do Partido dos Trabalhadores pelos inúmeros casos de corrupção envolvendo a cúpula de governo com a prisão de vários políticos importantes (Antônio Palocci, José Genuíno, José Dirceu, Delúbio Soares e o próprio ex-presidente Lula).

No sentido mais amplo o governo Bolsonaro assume uma postura de negação das agendas de governos anteriores, assumindo claramente o posicionamento político de Direita, o que vai influenciar diretamente no comportamento de sua política externa. O que inclui seus

posicionamentos sobre a Venezuela e o papel do Brasil na construção da uma “nova” América do Sul.

Como parte da introdução deste trabalho, a decisão de pesquisar sobre a AD nos discursos geopolítico e geoeconômico partiu das narrativas do Governo Bolsonaro relacionadas à Venezuela. Neste sentido, verificamos um posicionamento crítico e acintoso partindo do Governo em quase todos os pronunciamentos destacados.

Inicialmente o enfoque estava na grande crise econômica e social que estava acontecendo na Venezuela e no grande fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil.

Segundo o Site da Unicef o Brasil registrou mais de 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária. Para se ter uma ideia o que representava esse fluxo migratório em termos populacionais a Unicef registrou o seguinte:

Para acolher parte dessa população, 11 abrigos oficiais foram criados em Boa Vista e dois em Pacaraima. Eles são administrados pelas Forças Armadas e pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Mais de 6,3 mil pessoas, das quais 2,5 mil são crianças e adolescentes, vivem nos locais. Estima-se que quase 32 mil venezuelanos morem em Boa Vista. Projeções das autoridades locais e agências humanitárias apontam que 1,5 mil venezuelanos estão em situação de rua na capital, entre eles, quase 500 têm menos de 18 anos de idade. (Fonte: UNICEF)

A hipótese naquele momento inicial era que os discursos políticos do Governo Bolsonaro eram elaborados na tentativa de criar uma imagem positiva do Brasil - *Soft Power* - diante da Comunidade Internacional e nos assuntos domésticos em temas sobre ajuda humanitária e direitos humanos na acolhida aos refugiados venezuelanos. Paralelamente, parece sugerir um modelo de construção de narrativas que apoiassem a derrubada do Regime de Nicolás Maduro e o resgate da democracia no país vizinho.

Posteriormente verificou-se que os discursos poderiam sugerir algo maior, não só o “resgate” da democracia na Venezuela, mas também uma narrativa discursiva de caráter geopolítico e geoeconômico voltado para a América do Sul.

Acreditávamos que os discursos do presidente Bolsonaro direcionados ao regime de Nicolás Maduro e à Venezuela afetavam negativamente as relações diplomáticas entre os dois países e como apoio declarado ao protagonismo de Juan Guaidó, líder da Assembleia Nacional da Venezuela, intitulado Presidente Interino e que tinha o apoio de vários países americanos e que estava realizando uma forte oposição ao governo de Maduro na busca por eleições justas e o direcionamento para a implantação de um governo democrático no país.

Este era, enfim, o cenário que ganhou corpo ao se perceber que as narrativas discursivas compunham uma composição estratégica de poder geopolítico e geoeconômico brasileiro no subcontinente sul-americano através dos discursos do Governo Bolsonaro.

A escolha desse fragmento (Cf. Quadro 7) se deu em virtude de ser o primeiro ato presidencial do Governo Bolsonaro, a Cerimônia de Posse no Congresso Nacional em 1º de janeiro de 2019. Este fragmento (F1) é composto de quatro recortes.

## Quadro 8- Fragmento 1 - Presidente da República.

<b>Corpus I (CI) - Presidente da República Fragmento 1 (F1)</b>
<b>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional - Brasília, 1º de janeiro de 2019</b>
<b>Recorte 1 (R1)</b>
<p>“Brasileiros e brasileiras, Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operaram um verdadeiro milagre, Obrigado, meu Deus! Com humildade, volto a esta Casa, onde, por 28 anos, me empenhei em servir à nação brasileira, travei grandes embates e acumulei experiências e aprendizados que me deram a oportunidade de crescer e amadurecer. Volto a esta Casa, não mais como deputado, mas como Presidente da República Federativa do Brasil, mandato a mim confiado pela vontade soberana do povo brasileiro. Hoje, aqui estou, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha vida, e aos brasileiros, que confiaram a mim a honrosa missão de governar o Brasil, neste período de grandes desafios e, ao mesmo tempo, de enorme esperança. Governar com vocês. Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica”.</p>
<b>Recorte 2 (R2)</b>
<p>“Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas. Pretendo partilhar o poder, de forma progressiva, responsável e consciente, de Brasília para o Brasil; do Poder Central para Estados e Municípios. Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. Por isso, quando os inimigos da Pátria, da ordem e da liberdade tentaram pôr fim à minha vida, milhões de brasileiros foram às ruas. Uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, cobriu-se de verde e amarelo, tornou-se espontâneo, forte e indestrutível, e nos trouxe até aqui. Nada aconteceria sem o esforço e o engajamento de cada um dos brasileiros que tomaram as ruas para preservar nossa liberdade e democracia.”</p>
<b>Recorte 3 (R3)</b>
<p>“A irresponsabilidade nos conduziu à maior crise ética, moral e econômica de nossa história. Hoje começamos um trabalho árduo para que o Brasil inicie um novo capítulo de sua história. Um capítulo no qual o Brasil será visto como um País forte, pujante, confiante e ousado. A política externa retomará o seu papel na defesa da soberania, na construção da grandeza e no fomento ao desenvolvimento do Brasil”.</p>
<b>Recorte 4 (R4)</b>
<p>“Com a benção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro, trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com o seu destino e se torne a grande nação que todos queremos. Muito obrigado a todos vocês. Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!”</p>

Fonte: Elaboração própria.

Outra observação é que o sujeito do discurso está inserido num contexto sócio-histórico e espacial específico assegurado pelo sufrágio universal conferido pela Constituição Brasileira. Trata-se também de um sujeito coletivo quando estabelece uma conexão no plural, uma fala de grupo social quando diz: “*Vamos unir o povo*”.

Passaremos a analisar as Formações Discursivas (FD) do pronunciamento elencadas abaixo.

**FD1** - “... *Aproveito este momento solene e convoco cada um dos Congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa Pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica*”.

**FD2** - “... *Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das amarras ideológicas*”.

Nota-se que as formações discursivas acima apontam para o caráter ideológico e a um resgate de memória que são as “noções de sentidos e de efeitos de sentidos, conceitos decorrentes das representações sociais e imaginárias dos homens em sociedade” (FERNANDES, 2007, p. 6) e que emanaram do sujeito enunciador.

Em outra passagem Fernandes (2007, p. 41) diz o seguinte:

Uma formação discursiva caracteriza-se pela existência de um conjunto semelhante de objetos e enunciados que os descrevem, pela possibilidade de explicitar como cada objeto do discurso tem, nela, o seu lugar e sua regra de aparição, e como as estratégias que a engendram derivam de um mesmo jogo de relações.

Ao iniciar o discurso o presidente Bolsonaro faz menção de um crime por ele sofrido no seguinte trecho: “**Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operaram um verdadeiro milagre, Obrigado, meu Deus!**”. Na sequência (FD1) menciona o desejo de “**libertar**” a Pátria da criminalidade.

Fernandes (2005) citando Possenti (2001) comenta,

Nota-se que o sentido é histórico e a leitura de textos como esse tem o aspecto muito importante de trabalhar a memória de um povo. Deve-se ler para saber as coisas que são constitutivas de um povo (FERNANDES, 2007 *apud* POSSENTI, 2001, p. 18).

No campo doméstico o discurso apresenta questões subjetivas que reforçam na formação discursiva o papel da memória, e neste sentido a memória de natureza social e coletiva, em torno dos fatos do discurso que marcam o lugar histórico-social do sujeito enunciador produzindo sentidos.

Já no campo externo, a construção de sentidos está ligada ao discurso geopolítico centrado numa geopolítica crítica que assume uma espacialidade estatal da política mundial. Como nos afirma Cairo (2008, p. 202),

Se a geopolítica crítica se centra no discurso, é necessário também refletir sobre algumas questões fundamentais e elucidá-las, como, por exemplo, sua relação com os aspectos materiais e simbólicos que configuram uma região como a América Latina. O “discurso geopolítico” foi utilizado para referir-se aos enunciados sobre a disposição geográfica da política exterior dos Estados, e, inclusive, em algumas ocasiões, se inclui na definição também o conjunto de procedimentos que geram e organizam esses discursos nas elites governamentais dos Estados – ou seja, tanto os enunciados geopolíticos como sua enunciação.

O discurso neste fragmento alcança esse objetivo quando enumera a necessidade de fazer dele uma comunicação aos outros países, evocando os aspectos materiais e simbólicos do Brasil e que correspondem aos de outras nações do subcontinente que, quanto ao aspecto religioso, a América Latina praticamente já nasceu cristão-judaica, conforme percebemos na **FD2**.

A intencionalidade do discurso repercute uma categoria coletiva de valores intrínsecos em uma mesma frase cujos termos são: família, religião, ideologia de gêneros e amarras ideológicas. Sendo dirigida ao mundo, principalmente ocidental, judaico-cristão.

Se analisarmos que a maioria dos países latino-americanos tem sua origem marcadamente sob influência do cristianismo (católico e protestante) e que dos 20 países pelos menos 13 fazem referência a Deus nos preâmbulos das suas cartas constitucionais (ORO e URETA, 2007, p. 285), notamos que o discurso se torna geopolítico e os espaços de representação social e simbólica ocorrem e se dimensiona em torno dos valores cristãos em detrimento das outras religiosidades existentes (como as de matriz africana) e preexistentes (no sentido de valorizar as religiosidades indígenas).

Para maior compreensão vale sinalizar o pensamento de Lefebvre (1991, p. 40) sobre as práticas sociais, o espaço representado e o espaço imaginado,

**As representações do espaço**, ou seja, o **espaço concebido**, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). **Os espaços de representação**, ou seja, o **espaço vivido** através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (LEFEBVRE, 1991, p. 40, grifo nosso).

O interdiscurso presente na formação discursiva do pronunciamento do Presidente Bolsonaro, apresentado até então, configura-se como um discurso realizado em um determinado momento (Ato de Posse) e não em outro, acompanhado de uma formação ideológica caracteristicamente individual e coletiva ao mesmo tempo, pois o sujeito da enunciação é perpassado por outros discursos e formações discursivas em sua essência, cujo objetivo doméstico era trazer para a memória social novos elementos (ou novos discursos) e alcance de novos ou outros grupos sociais e organizações.

No campo da política externa, apresentar uma identidade governamental, trazendo valores explícitos de um novo momento histórico em contraposição aos governos anteriores que o precedeu de postura ideológica diferenciada e que apresenta em seus lexemas **Deus, Pátria, Povo, Família, Religião**, uma ordem distinta de posicionamentos ideológicos.

A discursividade apresentada nesta subseção não é exclusiva do momento ou espaço social ou histórico, mas encontrou condições de ocorrência naquele exato momento para provocar outros efeitos de sentidos e novos re-significados de temas, pois certos discursos coexistem com outros e nos diferentes espaços sociais.

### 3.3 Narrativas Geopolíticas e Geoeconômicas para a América do Sul

A Análise do Discurso desta subseção visou traçar um paralelo entre os fatores históricos, geopolíticos e geoeconômicos na América do Sul com as construções de narrativas nos discursos formulados pelo Vice-Presidente Antônio Hamilton Martins Mourão e pelo Chanceler Ernesto Henrique Fraga Araújo. Em alguns pontos foram retomados alguns discursos do presidente Bolsonaro visando à complementaridade dos enunciados.

Os estudos geopolíticos abrangem uma série de fatos e fenômenos que podem ocorrer em diversas escalas. As relações aqui apresentadas buscaram achar significado nas relações

políticas de caráter interno dos países e as que afetaram ou que deram novos sentidos aos discursos das autoridades brasileiras.

Segundo Folmer *et al.* (2021, p. 6),

Há uma abertura dialética ao pensamento geopolítico, de modo a propor um olhar que considere as contradições existentes entre as dimensões sociais, políticas, econômico e histórico entre os países e a forma como a atuação política de seus governantes atuam interna e externamente em seus territórios (FOLMER *et al.*, 2021, p.6).

O que entendemos é que as formações discursivas (FD) destas autoridades se atrelavam ao conjunto de forças, às vezes ambíguas, dentro de um sistema de poder ou de subsistemas comunitários de forças que envolveram as nações do bloco regional sul-americano.

### 3.3.1 Discursos do Governo *versus* Discursos da Mídia

Os discursos do Presidente Bolsonaro, como já dito outrora, possuem um caráter ideológico e busca uma construção de racionalidades discursivas dentro de uma coerência justificável no seio de um público-alvo. Observamos os discursos da mídia e verificamos a mesma ideologia intrínseca, muitas vezes acompanhada de determinadas formações discursivas que se coloca em posição contrária a elas num jogo constante de relações de poder.

Mendes e Costa (2011) citando Souza (2002) sublinham que,

Se o discurso é a matéria-prima da produção midiática, **a notícia - prática discursiva** - exerce grande influência sobre a constituição social de uma determinada comunidade, até porque todo discurso é carregado de ideologia. Neste sentido, a construção da notícia não se dá de forma totalmente livre, uma vez que os eixos de poder e instâncias produtivas se inter-relacionam e estão em constante movimento, transitando entre um eixo e outro das estruturas. Nesse caso “as notícias, ao surgirem no tecido social por ação dos meios jornalísticos, participam da realidade social existente, configuram referentes coletivos e geram determinados processos modificadores dessa mesma realidade”. (SOUSA, 2002, p. 119 *apud* MENDES e COSTAS, 2011, p.3, grifo nosso).

No jornalismo midiático brasileiro encontramos uma forte influência das notícias na opinião pública e por isso se torna um poder simbólico como afirma Thompson (1998, p 25) no quadro abaixo.

**Quadro 9** – Formas de Poder.

Formas de poder	Recursos	Instituições paradigmáticas
Poder econômico	Materiais e financeiros	Instituições econômicas (p. ex. empresas comerciais)
Poder político	Autoridade	Instituições políticas (p. ex. estados)
Poder coercitivo (especialmente poder militar)	Força física e armada	Instituições coercitivas (especialmente militares, mas também a polícia, instituições carcerárias, etc.)
<b>Poder simbólico</b>	<b>Meios de informação e comunicação</b>	<b>Instituições culturais (p. ex. a Igreja, escolas e universidade, as indústrias da mídia, etc.)</b>

Fonte: Costa (2016, p. 231).

Embora não seja objeto, dentro deste estudo, dimensionar os efeitos diretos na população dos discursos midiáticos, expõe-se o que Costa (2016, p. 233) citando Thompson (1998, p. 45) nos informa acerca do fenômeno das informações dos produtos de mídia,

Podemos, por fim, considerar a atividade de recepção de mídia como um processo hermenêutico, já que indivíduos que recebem produtos de mídia são imbuídos de um processo de interpretação, a partir do qual tais produtos adquirem sentido. O indivíduo que recebe um produto de mídia deve, até certo ponto, prestar atenção e, ao fazer isso, ele se ocupa inteiramente numa atividade de entendimento do conteúdo simbólico transmitido pelo produto. Isso implica o fato de que, ao operar no processo de interpretação das formas simbólicas, “[...] os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros. Eles as usam como veículos para reflexão e autorreflexão como base para refletirem sobre si mesmos, os outros e o mundo a que pertencem” (THOMPSON, 1998, p. 45).

Tal processo de análise, apreensão e decodificação de produtos de mídia pelos seus usuários vai de encontro ao que afirma Charaudeau (2007) em seu *Discurso das Mídias*<sup>16</sup> dizendo que é necessário uma “instância de produção e a instância de recepção que se acham engajadas num processo de transação, no qual a primeira instância desempenha um duplo papel de testemunha do mundo e de interpelador de um público-cidadão, e a segunda, um papel reativo de espelho deformante, pois o discurso circulante entre os dois depende de imaginários sociais” (CHARAUDEAU, 2007, p. 124).

Concluimos que as questões de discursos geopolíticos e geoeconômicos que são veiculados pelas novas tecnologias de informação vão influenciar diretamente a sociedade em rede, tendo em vista o modo de subjetivação em que as notícias (prática discursiva) alcançam os sujeitos (cidadãos) e principalmente pelo caráter de “remissor da verdade e testemunha do fato” em que são postulados os discursos jornalísticos (MENDES e COSTA, 2011, p. 4).

### 3.3.2 A Venezuela nos discursos do Governo e da Mídia

A Análise do Discurso desta dissertação foi baseada nos instrumentos teóricos contidos em Michel Foucault em a “*Ordem do Discurso*” e na sua “*Arqueologia do saber*”. No primeiro contém a questão de organização do discurso: os mecanismos de exclusão como a interdição, a rejeição e a vontade de verdade. A interdição se refere ao tabu do objeto, o direito de fala e a relação entre o discurso e o poder. A rejeição está relacionada ao discurso do louco que mede os limites da razão e da loucura e a “vontade de verdade” é onde haverá um filtro do que é falso e verdadeiro no discurso. Estes mecanismos de exclusão se evidenciam em diversos fragmentos.

Observemos o recorte abaixo extraído do discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Sessão Plenária dos Chefes de Estado durante a LIV Cúpula do MERCOSUL - Santa Fé, Argentina, em 17 de julho de 2019:

**FD3** - “*Cumprimento a Argentina, mais uma vez, pela proposta de Declaração sobre o fortalecimento da democracia no Mercosul. Não queremos e nem mais um outro país aqui da América do Sul, o que infelizmente, vem acontecendo com a nossa Venezuela*”.

---

16 Ver CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.

## Quadro 10 - Fragmento 2 - Presidente da República.

<b>Corpus I (CI) - Presidente da República</b>
<b>Fragmento 2 (F2)</b>
<b>Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Sessão Plenária dos Chefes de Estado durante a LIV Cúpula do MERCOSUL - Santa Fé, Argentina, 17 de julho de 2019</b>
<b>Recorte 1 (R1)</b>
“O Mercosul vai além da Integração comercial. O bloco está vocacionado para promoção da liberdade, da democracia, da paz e da segurança na América do Sul. Não queremos a América do Sul uma pátria grande. Queremos que cada país seja autônomo, seja democrático e que o seu país e que cada país, seja grande. Como vejo o Trump falando, queremos a América grande. Eu quero um Brasil grande, quero Paraguai grande, Argentina, Bolívia grande também, Uruguai, é a nossa vocação. E principalmente, o Chile de Piñeraaqui, cadê o Piñera? Bem localizado aí, nosso Chile também.”
<b>Recorte 2 (R2)</b>
“Cumprimento a Argentina, mais uma vez, pela proposta de Declaração sobre o fortalecimento da democracia no Mercosul. Não queremos e nem mais um outro país aqui da América do Sul, <b>o que infelizmente, vem acontecendo com a nossa Venezuela.</b> A gente pede a Deus que nos dê forças, inteligência e que o destino da Venezuela seja aquele, o nosso hoje (em) dia: democracia, liberdade e prosperidade. <b>E muitas vezes não entendemos, como pode um país tão rico como a Venezuela chegar ao ponto que chegou? Isso nós sabemos como nasceu.</b> O populismo e a irresponsabilidade e um projeto de poder de um partido que não tinha limites. Quase afundaram o Brasil nesse populismo. Então, a gente sempre pede a Deus, mas apela para as pessoas de bem, de todos os países. Em especial na Argentina, porque estou aqui hoje.”

Fonte: Elaboração própria.

O presidente Bolsonaro traz o lexema “*Venezuela*” em vários momentos para o seu discurso, deixando claro seu posicionamento crítico àquele país e ao regime imposto por Nicolás Maduro.

O “algo a ser dito” encontra lugar para ser pronunciado em virtude da posição de fala que o presidente exerce, ou seja, do lugar e posição-sujeito daquele que fala. O “tabu do objeto” encontra no ritual de pronunciamento o sentido de existência concreta para cruzar as fronteiras e cumprir sua finalidade.

Assim nos indica Foucault (1996, p. 9),

O Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar.

Dezoito dias após o pronunciamento do presidente Bolsonaro no Congresso Nacional, relatando a notícia da revista eletrônica Exame<sup>17</sup> onde o declarou que iria liderar abertamente uma ofensiva internacional para a queda do presidente Nicolás Maduro da Venezuela.

---

17 Disponível em <https://exame.com/brasil/bolsonaro-promete-liderar-ofensiva-diplomatica-para-derrubar-maduro/> - Acesso em 13/10/2021.



**Figura 10** – Notícia da Revista Exame de 18/01/2019.

Fonte: Revista Exame.

Site: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-promete-liderar-ofensiva-diplomatica-para-derrubar-maduro/>.

Ao discursar no Congresso Nacional, o enunciado encontra relação com a intenção associada à historicidade do enunciado e evocar outras formações discursivas com a finalidade de atualizar outros enunciados como percebemos no extrato abaixo referente à mesma notícia supracitada:

No encontro, Bolsonaro aproveitou para atacar os antecessores. "Tudo nós faremos para que a **democracia** seja restabelecida, que vocês possam viver em **liberdade**", afirmou. "Nós nos sentimos de uma maneira bastante constrangida", ressaltou. "Sabemos como esse **desgoverno** chegou ao poder, inclusive com a ajuda de presidentes que o Brasil já teve, como Lula e Dilma, e isso nos torna responsáveis pela situação de vocês em parte" (ESTADÃO, 2019, grifo nosso).

No extrato acima os lexemas “*democracia*”, “*liberdade*” e “*desgoverno*” revelam manobras de narrativas discursivas à criticidade ideológica de apoio ao governo venezuelano relacionadas aos presidentes Lula e Dilma e a latente inclusão (individual e coletiva, no sentido de nação brasileira) ao se responsabilizar e se considerar como parte da solução para os problemas que afligem a Venezuela.

O que se pretende é considerar a verdade “*dos ditos*”, fazer reverberar os fatos, citar responsáveis (Lula e Dilma) e deixá-los existindo. Trata-se da memória discursiva onde “os discursos exprimem uma memória coletiva na qual os sujeitos estão inscritos” (FERNANDES, 2007, p. 46).

Observemos o Fragmento abaixo:

“E muitas vezes não entendemos, como pode um país tão rico como a Venezuela chegar ao ponto que chegou? Isso nós sabemos como nasceu. O populismo e a irresponsabilidade e um projeto de poder de um partido que não tinha limites. Quase afundaram o Brasil nesse populismo.” (Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Sessão Plenária dos Chefes de Estado durante a LIV Cúpula do Mercosul - Santa Fé, Argentina, 17 de julho de 2019).

Analisemos, agora, este fragmento de discurso da presidente Dilma Rousseff em 2012, em alusão a possível entrada da Venezuela no Mercosul, parece ir na contramão do que afirmamos na citação acima,

Do ponto de vista econômico e comercial, o ingresso da Venezuela como Estado Parte amplia as potencialidades do bloco, dando-lhe ainda maior dimensão geopolítica e geoeconômica. Partimos de um crescente relacionamento com a Venezuela. Por exemplo, o comércio da Venezuela com o Mercosul aumentou 7 vezes ao longo da última década, passando de US\$ 1 bilhão em 2001, para US\$ 7,5 bilhões em 2010. Agora há um espaço ainda maior para o crescimento do comércio, o crescimento dos investimentos e a integração das cadeias produtivas entre nossos países. A Venezuela, que tem reservas de petróleo e gás certificadas como a maior do mundo, entre as maiores do mundo, busca, nos últimos anos, sua industrialização, o que aumenta as perspectivas da integração produtiva e também de empreendimentos conjuntos entre os nossos países. (Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião da Cúpula Extraordinária do Mercosul - Brasília, 31 de julho de 2012).

Observamos que o discurso apresenta uma Venezuela próspera, capaz de acrescentar valor ao Bloco, cujas reservas de petróleo atualmente a colocam na segunda maior reserva mundial de petróleo.

Como afirma (Fernandes, 2007, p. 35) “Os efeitos de sentido desses enunciados revelam conflitos sociais decorrentes dos espaços de enunciação, dos lugares sociais assumidos por diferentes sujeitos socialmente organizados”. Em outras palavras, a formação discursiva revela no espaço e tempo processos ideológicos distintos em função dos sujeitos envolvidos na enunciação decorrente das posições-sujeitos ocupadas.

Historicamente, o estado venezuelano ocupava um papel importante no cenário internacional por figurar como membro fundador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Um texto denominado *Venezuela e Brasil: a maldição do petróleo na geopolítica internacional*<sup>18</sup> de Marco Aurélio Cabral Pinto, professor da UFF, nos revela algo interessante:

Os recentes acontecimentos políticos na Venezuela recuperam relações neocoloniais estabelecidas pela “nova direita” norte-americana e as sociedades periféricas da América do Sul. No caso de Venezuela e Brasil, mostram o quanto o estatuto neocolonial decorre da disputa sobre os desígnios, não do povo, mas do “ouro negro”. Em jogo, a indústria com elevado valor geopolítico e financeiro internacional – motor das fábricas, dos transportes e das armas (PINTO, 2019).

Há algo percebido que une os dois fragmentos de discurso citados que, apesar das formações ideológicas dos atores políticos, colabora para as narrativas geopolíticas vistas nestas formações discursivas contidas nos recortes de pronunciamento. De um lado um viés político e geopolítico de alinhamento norte-americano como já mencionado na introdução desta dissertação por parte do Governo Bolsonaro e, por outro, uma narrativa geoeconômica e ideológica do Governo Dilma alinhada à ideologia de seu antecessor (Presidente Lula).

Na análise do autor (PINTO, 2019) a “América do Sul abriga porção segura da produção de petróleo. Isto faz com que a queda esperada de produção no Oriente Médio,

---

18 Texto disponível em Diálogos do Sul: Venezuela e Brasil: a maldição do petróleo na geopolítica internacional (uol.com.br), disponível em <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/54888/venezuela-e-brasil-a-maldicao-do-petroleo-na-geopolitica-internacional>.

motivada por aumento de risco político nos próximos meses, possa ser compensada pelos campos venezuelanos e brasileiros”.

A interdiscursividade presente nesta análise representa, conceitualmente, a formação discursiva presente nela em virtude do “entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais” (FERNANDES, 2007, p. 36).

Nesta forma de analisar os recortes (fragmentos) de Bolsonaro e Dilma, vemos nestas formações discursivas o entrecruzamento histórico deslocado no tempo e no espaço. Em princípio, verificam-se as posições ideologicamente constituídas nas análises destes discursos que demonstram contrariedades nos sentidos, porém uma aglutinação de interesses geopolíticos e geoeconômicos semelhantes em ambos relacionados ao interesse no país venezuelano como parceiro comercial.

Se pensarmos empiricamente que o Brasil se beneficiaria desta posição geoeconômica sobre a questão do petróleo em função de a Venezuela estar com dificuldades na sua economia doméstica, vivendo uma crise política e grande fluxo migratório, um forte movimento realizado pelo Brasil em sua política externa e um apoio de caráter humanitário realizado pela Missão Acolhida<sup>19</sup> na fronteira do Brasil e Venezuela com a assistência ao povo daquele país, faz real sentido o apoio irrestrito de Bolsonaro à derrubada do regime de Nicolás Maduro.

No Fragmento abaixo (Quadro 7B), separamos os lexemas “*direitos humanos*”, “*governo petista*”, “*ditadura*” no discurso proferido pelo presidente na ONU.

**Quadro 11** - Fragmento 3 - Presidente da República.

<b>Corpus I (CI) - Presidente da República</b>
<b>Fragmento 3 (F3)</b>
<b>Discurso do Presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York, 24 de setembro de 2019</b>
<b>Recorte 1 (R1)</b>
<p>“Em 2013, um acordo entre o governo petista e a ditadura cubana trouxe ao Brasil 10 mil médicos sem nenhuma comprovação profissional. Foram impedidos de trazer cônjuges e filhos, tiveram 75% de seus salários confiscados pelo regime e foram impedidos de usufruir de direitos fundamentais, como o de ir e vir. Um verdadeiro trabalho escravo, acreditem...          Respalado por entidades de direitos humanos do Brasil e da ONU!          Antes mesmo de eu assumir o governo, quase 90% deles deixaram o Brasil, por ação unilateral do regime cubano. Os que decidiram ficar, se submeterão à qualificação médica para exercer sua profissão.          Deste modo, nosso país deixou de contribuir com a ditadura cubana, não mais enviando para Havana 300 milhões de dólares todos os anos.          A história nos mostra que, já nos anos 60, agentes cubanos foram enviados a diversos países para colaborar com a implementação de ditaduras.          Há poucas décadas tentaram mudar o regime brasileiro e de outros países da América Latina. Foram derrotados!”          Civis e militares brasileiros foram mortos e outros tantos tiveram suas reputações destruídas, mas vencemos aquela guerra e resguardamos nossa liberdade.  <b>Na Venezuela, esses agentes do regime cubano, levados por Hugo Chávez, também chegaram e hoje são aproximadamente 60 mil que controlam e interferem em todas as áreas da sociedade local,</b></p>

19 De acordo com agências da ONU, o número de venezuelanos que deixou o país ultrapassa 5 milhões de pessoas e o Brasil seria o quinto destino procurado por eles. Para garantir o atendimento humanitário aos refugiados e migrantes venezuelanos em Roraima, principal porta de entrada da Venezuela no Brasil, o governo federal criou, em 2018, a Operação Acolhida. Uma grande força-tarefa humanitária executada e coordenada pelo Governo Federal com o apoio de entes federativos, agências da ONU, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e entidades privadas, totalizando mais de 100 participantes, a Operação oferece assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima. (disponível em [www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2](http://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2))

**principalmente na Inteligência e na Defesa.**

**A Venezuela, outrora um país pujante e democrático, hoje experimenta a crueldade do socialismo.**

O socialismo está dando certo na Venezuela!

Todos estão pobres e sem liberdade!

O Brasil também sente os impactos da ditadura venezuelana. Dos mais de quatro milhões que fugiram do país, uma parte migrou para o Brasil, fugindo da fome e da violência. Temos feito a nossa parte para ajudá-los, através da Operação Acolhida, realizada pelo Exército Brasileiro e elogiada mundialmente.

Trabalhamos com outros países, entre eles os EUA, para que a democracia seja restabelecida na Venezuela, mas também nos empenhamos duramente para que outros países da América do Sul não experimentem esse nefasto regime.

O Foro de São Paulo, organização criminosa criada em 1990 por Fidel Castro, Lula e Hugo Chávez para difundir e implementar o socialismo na América Latina, ainda continua vivo e tem que ser combatido.”

Fonte: Elaboração própria.

A ONU é uma organização intergovernamental da qual o Brasil faz parte como membro-fundador pelo seu importante papel na Conferência de São Francisco, em 1945, tendo Oswaldo Aranha sido o primeiro brasileiro a abrir os trabalhos da Assembleia Geral da ONU. A partir de então passou a ser uma tradição o discurso de abertura por representantes do Brasil.

Os presidentes do Brasil sabem da importância deste canal de fala na ONU. É uma oportunidade de expressão individual e coletiva e de visibilidade de uma nação como o Brasil se expressar ao Mundo. As pautas destes discursos são diversas e obedecem a ideologia daqueles que discursam.

Analisando o discurso do presidente Bolsonaro, e indo além das palavras ditas, o que se configurou foi uma denúncia aberta dirigida a vários povos do mundo de violação grave dos direitos humanos e ainda com o respaldo da ONU e do Brasil governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Outro aspecto do discurso foi informar as tentativas frustradas de implantação de ditaduras marcadas pelo terrorismo de Estado e outros regimes pelos cubanos.

Quando no discurso o presidente aponta aspectos históricos como em:

**FD4 - “A história nos mostra que, já nos anos 60, agentes cubanos foram enviados a diversos países para colaborar com a *implementação de ditaduras*”.**

O que resulta é um “já-dito” que se “apagou” da memória discursiva (memória social) e que se faz necessário sair da dispersão temporal e descontinuidade histórica e ser ressignificado. Fernandes (2007) citando Foucault diz que,

[...], como argumenta Foucault, todo discurso resulta de um *já-dito* (não sabido, apagado) e esse já-dito é sempre um *jamais-dito*. Tudo que foi/é enunciado, secretamente, silencia-se na dispersão temporal e, pela descontinuidade, na História, renuncia a temas e acontecimentos que, como discursos, permanecem apagados, perdidos no tempo em decorrência das transformações histórico-sociais que ocorrem. Porém, esse já-dito (re) aparece transformado em um *jamais-dito*, como continuidade de acontecimentos e discursos que se dispersam no tempo (FERNANDES, 2007, p. 40).

Trata-se de trazer para o discurso a questão histórica da Revolução Cubana (1959) liderada pelo Fidel Castro com o apoio de Che Guevara e, desta maneira, se posicionar ideologicamente contrário ao regime socialista que tais campanhas promulgavam e que de certa forma, em sua análise, “*foram derrotados!*”, mas que ainda é uma ameaça e precisam ser combatido como verificamos na Formação Discursiva 4 (FD 4).

### 3.3.3 Cuba e o Foro de São Paulo nos discursos de Bolsonaro

Os discursos de Bolsonaro possuem características de antagonismos frequentes quando se referem a um “*inimigo a ser combatido*”, dando a ideia de posições contrárias em constante divergência de ideias, posicionamentos e ações. Na Análise do Discurso é muito comum que isso ocorra, pois, a estigmatização do Foro de São Paulo se encaixa nos discursos para justificar a sua utilização no combate ideológico e pragmático.

Como aponta Fernandes (2007, p. 12),

Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. **Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas.** (Grifo nosso).

Observemos as FD5 e FD6 abaixo:

**FD5** - “*O Foro de São Paulo, organização criminosa criada em 1990 por Fidel Castro, Lula e Hugo Chávez para difundir e implementar o socialismo na América Latina, ainda continua vivo e tem que ser combatido*”.

**FD6** - “*A Venezuela, outrora um país pujante e democrático, hoje experimenta a crueldade do socialismo. O socialismo está dando certo na Venezuela! Todos estão pobres e sem liberdade!*”

Essas Formações Discursivas trazem como interdiscurso a integração de personagens considerados de “esquerda” de Cuba, Brasil e Venezuela (Fidel Castro, Lula e Hugo Chaves) e que à luz dos discursos do presidente Bolsonaro foram os responsáveis pela tentativa, no caso brasileiro, de implementação de regime socialista em seus países, cujos resultados, na visão do presidente, contou para que essas nações se encontrassem subjugadas aos regimes ditatoriais de seus representantes e chegassem ao destino em que se encontram.

O Site de Notícias do Globo (G1) publicou a seguinte matéria jornalística:

#### **FORO DE SÃO PAULO AJUDOU A DEMOCRATIZAR ESQUERDA LATINO-AMERICANA, DIZ LULA.**

Da France Presse

LIMA, 17 Mai 2008 (AFP) - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou, neste sábado, em Lima, a importância do Foro de São Paulo - criado na década de 1990 com os partidos progressistas da América Latina e, inclusive, **com as guerrilhas** - para a democratização da esquerda latino-americana. "Esse fórum, que nós criamos, foi educando a esquerda a compreender que existia a possibilidade de disputar eleições e ganhar pela via democrática", disse Lula, em um seminário de empresários em Lima. O Foro de São Paulo se reuniu, pela primeira vez, em 1990, convocado pelo PT, congregando diferentes partidos, grupos, **guerrilhas e outras organizações ligadas à esquerda**. "Há 18 anos, em quase todos os países da América do Sul, havia correntes políticas que defendiam que a única possibilidade de chegar ao poder era pela luta armada", lembrou Lula. Nesse contexto, "em 1990, nós criamos o Foro em São Paulo, onde chamamos toda a esquerda latino-americana para participar", completou. [...] Participaram do evento as guerrilhas colombianas **Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc)** e Exército de Libertação Nacional (ELN), o partido socialdemocrata venezuelano Ação Democrática (AD), que depois foi derrotado nas eleições pelo presidente Hugo Chávez, entre outros. (Fonte: <https://g1.globo.com>)

Historicamente as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), movimento guerrilheiro e maior grupo paramilitar da América do Sul, têm um histórico de ligações com o narcotráfico, com o controle, refino e a distribuição de cocaína, de manter centenas de pessoas sequestradas e a utilização de recrutamento desumano e atos de terror.

São Paulo, domingo, 14 de setembro de 2003 FOLHA DE S.PAULO **mun**do

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

**AMÉRICA LATINA**

**Em visita à Colômbia, presidente brasileiro deverá formalizar proposta de sediar encontro para reativar diálogo**

**Lula deve propor a Uribe reunião ONU-Farc**

**ELIANE CANTANHÊDE**  
DIRETORA DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Além disso, Pastrana tentou uma política de negociação com as Farc, mas seu sucessor, Uribe, defende a "política da paulada" contra a guerrilha. As Farc mantêm dezenas de soldados, políticos e cidadãos sequestrados, com o objetivo de trocá-los por guerrilheiros presos. Inclusive a ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, que tem dupla cidadania (colombiana e francesa) e foi sequestrada em janeiro de 2002.

**Figura 11** – Notícia da Folha de S. Paulo de 14/09/2003.

Fonte: Folha de S. Paulo.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1409200311.htm>.

Como percebemos na Análise do Discurso (AD), passamos do texto linguístico para o discurso (Formação Discursiva) e depois para a Formação Ideológica (ORLANDI, 2009, p. 77). Ao denominar o Foro de São Paulo como “*Organização Criminosa*” o que observamos é a composição de narrativas diversas em outros lugares, como é o caso da notícia em epígrafe, na qual a relação Foro de São Paulo *versus* organização criminosa encontra efeito de sentido.

É o que se observa em outra notícia do site do Jornal O Estado de São Paulo onde consta que uma Carta do Líder da Farc abriu o Foro de São Paulo<sup>20</sup>.

20 Conteúdo disponível em <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,carta-de-lider-das-farc-abriu-foro-de-sao-paulo-em-1990-imp-,597131>. Acesso em 10/04/2022;



**Figura 12** – Notícia de O Estado de S. Paulo de 19/08/2010.

Fonte: O Estado de S. Paulo

Site: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,carta-de-lider-das-farc-abriu-foro-de-sao-paulo-em-1990-imp-,597131>

O mesmo ocorreu com a chamada de notícia da Folha de S. Paulo abaixo:



**Figura 13** – Notícia da Folha de S. Paulo de 14/09/2003.

Fonte: Folha de S. Paulo.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1409200313.htm>.

Atrair o Foro de São Paulo às Farc favorece a intencionalidade da enunciação discursiva e retoma, ao mesmo tempo, a questão da violação dos direitos humanos evocada no discurso e que sendo dirigida em Assembleia Geral da ONU faz com que se reflita o caráter institucional do órgão e de sua Declaração de Direitos Humanos<sup>21</sup>. Em outras palavras, a dialógica é para trazer a reflexão sobre o posicionamento da ONU diante de tal fato de violação e a validade do documento e a sua eficácia ou ineficácia diante das nações transgressoras.

Elencamos da Declaração dos Direitos Humanos os artigos 4 e 13 para analisar a narrativa do presidente em seu discurso na ONU.

**Preâmbulo**

[...] Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana

21 Declaração Universal dos Direitos Humanos - Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948.

e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla [...].

**Artigo 4** - Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

**Artigo 13** – (2) Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar. (Declaração dos Direitos Humanos – Grifo nosso).

A ideia posta é que ocorreu a violação de uma das mais importantes leis universais do planeta, consagrada por vários países e que fere os princípios da dignidade humana, o simples direito de liberdade. Neste sentido, o que foi dito encontra lugar na história de conquista das nações e foi necessário trazer à memória através do discurso.

A tentativa no discurso de Bolsonaro foi descredenciar as ações políticas e associar o Brasil (governos PT), Venezuela e Cuba a vínculos “socialistas/comunistas”. Um ponto interessante é um ataque a ONU, que é deslegitimado pela própria organização. Uma vez que o programa “Mais Médicos” faz parte de um acordo bilateral, que não agenda as mesmas matrizes de contratação individual (nos moldes das democracias Liberais). Neste sentido o discurso serve como parte de uma agenda geopolítica de apoio a governos de direitas e uma investida contra governos de esquerda.

Na mesma direção segue o discurso do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, no Fórum de Ministros da Aliança Internacional para a Liberdade de Religião e Crença em 17/11/2020 e na Reunião Extraordinária de Chanceleres da Conferência Ibero-Americana de 30/11/2020.

#### Quadro 12 - Fragmento 5 – Chanceler.

<i>Corpus III (CIII) - Ministro das Relações Exteriores</i> <b>Fragmento 5 (F5)</b>
<b>Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no Fórum de Ministros da Aliança Internacional para a Liberdade de Religião e Crença - 17/11/2020</b>
<b>Recorte 1 (R1)</b>
“O governo brasileiro está atualmente instalando um centro de reassentamento específico para receber refugiados e requerentes de asilo que tenham sofrido perseguição por suas crenças religiosas. Estamos trabalhando para que o projeto-piloto seja implementado no início do próximo ano, para que as primeiras famílias possam, então, beneficiar-se desse programa inovador. Em nossa região, continuaremos lutando contra o autoritarismo. <b>Na Venezuela, os crimes de Maduro contra a humanidade não poupam os fiéis.</b> Cardeais denunciaram seu uso de leis anti-ódio para processar católicos que se manifestaram contra ele. <b>Em Cuba, o governo demoliu um templo em Santiago de Cuba; um pastor que registrou o ocorrido foi preso.</b> A religião e a espiritualidade são fundamentais para a dignidade e o valor inerentes à pessoa humana. A tirania é sua inimiga. Mentres livres liderarão o caminho para a democracia, a prosperidade e uma cultura mundial de paz. Esse é o nosso credo e o que pertence aos que amam a liberdade.”

Fonte: Elaboração própria.

#### Quadro 13 - Fragmento 7 – Chanceler

<i>Corpus III (CIII) - Ministro das Relações Exteriores</i> <b>Fragmento 7 (F7)</b>
<b>Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Reunião Extraordinária de Chanceleres da Conferência Ibero-Americana - 30/11/2020</b>
<b>Recorte 1 (R1)</b>
“Temos que nos unir, concordo com o que dizia o querido amigo, o Chanceler da Argentina, Felipe Solá. Mas pergunto: unirmo-nos em torno de quê? Em torno de que valores? Vamos nos unir simplesmente em torno de um nome, <b>simplesmente em torno de uma situação geográfica? Não!</b> [...] O simples fato de situar-se geograficamente no espaço ibero-americano não dá direito automático a representantes de ditaduras de sentarem-se ao lado de representantes de nações livres. A Conferência Ibero-Americana tem seus pilares, como a defesa da democracia, o respeito à liberdade e a vigência do estado de

direito, além da promoção da prosperidade e da igualdade de oportunidade para todos. E por isso não podemos nos calar diante da tragédia venezuelana.”

Fonte: Elaboração própria.

Destes discursos extraímos as FD7 e FD8:

**FD7** - “*Em nossa região, continuaremos lutando contra o autoritarismo. Na Venezuela, os crimes de Maduro contra a humanidade não poupam os fiéis. Cardeais denunciaram seu uso de leis anti-ódio para processar católicos que se manifestaram contra ele. Em Cuba, o governo demoliu um templo em Santiago de Cuba; um pastor que registrou o ocorrido foi preso*”.

**FD8**- “*Temos que nos unir, concordo com o que dizia o querido amigo, o Chanceler da Argentina, Felipe Solá. Mas pergunto: unirmo-nos em torno de quê? Em torno de que valores? Vamos nos unir simplesmente em torno de um nome, simplesmente em torno de uma situação geográfica?*”

Considerando que praticamente grandes partes da população dos países são constituídas de cristãos, principalmente de católicos, o discurso tende a alcançar uma dimensão maior que a geográfica. É a união de povos em torno da religião, onde a ideologia cristã converge não para a união de raças, mas na unidade de princípios e valores cristãos.

**Quadro 14** – Quadro religioso dos países latino-americanos.

País	Católicos (%)	Evangélicos (%)	Outros (%)	Não-religiosos (%)
Argentina	92	2	6	-
Bolívia	95	5	-	-
Brasil	73,6	15,4	3,6	7,4
Chile	89	11	-	-
Colômbia	81,7	15	1,4	1,9
Costa Rica	76,3	15,7	4,8	3,2
Cuba	40	3	7	50
El Salvador	83	17	-	-
Equador	94	3	3	-
Guatemala	60	39	1	-
Haiti	80	16	3	1
Honduras	60,3	28,7	11	-
México	88	7	5	-
Nicarágua	72,9	16,7	1,9	8,5
Panamá	85	15	-	-
Paraguai	90	10	-	-
Peru	88	8-10	1-2	-
República Dominicana	95	-	5	-
Uruguai	52	16	19	13
Venezuela	96	2	2	-

Fonte: Oro e Ureta (2007).

Site: <https://www.scielo.br/j/ha/a/WGJrYntKzv3QqJWDyBZkcQw/?lang=pt#ModalTabletab3>.

O editorial do Jornal El Pais relata que “um ano depois de ter sido estabelecida, a missão internacional independente das Nações Unidas para a Venezuela apresentou um relatório devastador em Bruxelas nesta quarta-feira [16/09/2020], que, primeira vez, estabelece responsabilidades individuais por graves violações de direitos humanos cometidas pelo Governo venezuelano” (SINGER, 2016). Se provado poderá no futuro ser alvo de condenação dos autores pelo Tribunal Penal Internacional.

EL PAÍS	Internacional
<p>VENEZUELA &gt;</p> <h2>ONU acusa Governo de Maduro de crimes contra a humanidade</h2> <p>Missão das Nações Unidas conclui que as forças de segurança venezuelanas cometeram “violações sistemáticas dos direitos humanos”</p>	
<p> <b>FLORANTONIA SINGER</b> Caracas - 16 SEPT 2020 - 16:24 BRT</p>	
EL PAÍS	Internacional
<p>“As agências de inteligência também sujeitaram os dissidentes — homens e mulheres — à <u>violência sexual</u>, incluindo estupro com partes do corpo ou objetos e ameaças de estupro contra a pessoa detida ou seus entes queridos, nudez forçada, bem como espancamentos e choques elétricos nos órgãos genitais. Esses atos de violência sexual também constituem tortura ou tratamento cruel, desumano ou degradante”, acrescentou Francisco Cox, membro da missão da ONU.</p> <p>O documento emite 65 recomendações à Venezuela e à comunidade internacional. Exorta os Estados a iniciarem ações judiciais contra as pessoas citadas no relatório e pede ao <u>Conselho de Direitos da ONU</u> que continue as investigações sobre as violações dos direitos humanos no país sul-americano. As recomendações serão discutidas no dia 23 de setembro pelo Conselho de Direitos Humanos.</p>	

**Figura 14** – Notícia do El País de 16/09/2020.

Fonte: El País.

Site: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-16/onu-acusa-governo-de-maduro-de-crimes-contra-a-humanidade.html>.

Na mesma data a BBC NEWS, outro grande jornal, publicou o resultado apurado pela ONU sobre a violação dos direitos humanos cometido pelo governo de Nicolás Maduro na Venezuela sob o título “*Os crimes contra a humanidade dos quais a comissão da ONU acusa Maduro*”.

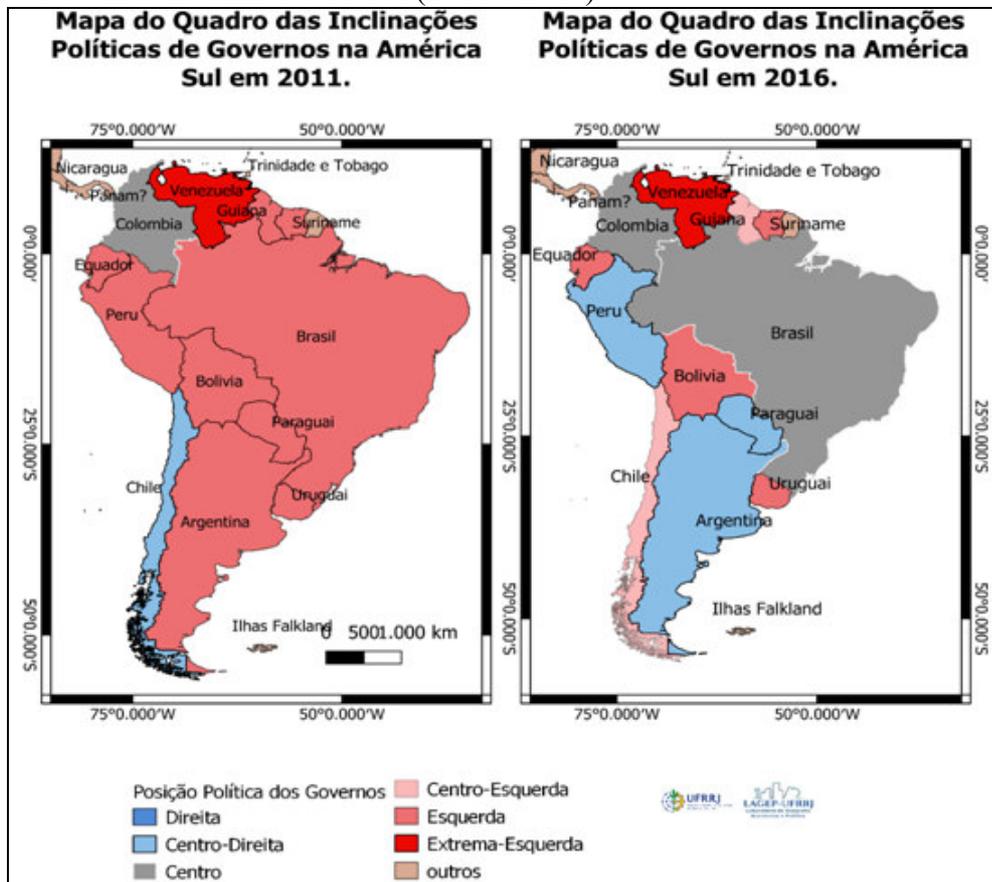
Concluimos, nesta subseção, que os fragmentos do *corpus* dos discursos do presidente Bolsonaro e do Chanceler Ernesto Araújo tinham como objetivo demonstrar que as posturas da Venezuela e Cuba estão na direção contrária aos ideais ideológicos e valores do mundo ocidental e do subcontinente sul-americano e que “denunciar”, nestes organismos e fóruns internacionais tais práticas e posicionamento destes países, se torna uma manobra geopolítica e geoeconômica brasileira de reconstrução da ordem hemisférica no sentido ideológico e econômico para o alcance de seus objetivos de sua política externa.

### 3.3.4 A América do Sul dividida: entre a esquerda e a direita

Os últimos 20 anos foram marcados por intensas mudanças no quadro político da América do Sul. Tais alterações não são delineadas apenas com por trocas de novos presidentes, mas por inclinações políticas de gestão, nomeadamente entre perspectivas de governos de direita e esquerda.

Entre 2010 e 2015 a América do Sul foi impactada pela chamada “onda rosa”, com a predominância de governos de maior inclinação, entre 2011 e 2016, houve acessão de governos de inclinação centro-direita, [ver mapa]<sup>22</sup>.

**Mapa 5** – Governos na América do Sul (2011 e 2016).



Fonte: Gazeta do Povo. Organização: LAGEP/UFRRJ

Desde março de 2022, com vitória de Gabriel Boric na presidência Chile, há uma disputa acirrada de inclinações políticas. As eleições presidenciais no Brasil que devem ocorrer em outubro de 2022, permitem traçar ou definir um novo mapa destas inclinações políticas. Este é um cenário e terreno fértil onde surgem discursos geopolíticos sobre a gestão e governança da América do Sul.

Pensando no Governo Bolsonaro, a centralidade das falas de oposição Esquerda-Direita, estão presente com muita nitidez em vários personagens atrelados a esta gestão.

Analisemos o Discurso do Vice-Presidente no 37º Encontro Econômico Brasil Alemanha (EEBA) realizado no dia 15 de setembro de 2019, abaixo, dos quais extraímos os recortes:

**FD9** - “O Brasil está emergindo de uma severa crise econômica, política e psicossocial.”

**FD10**- “Muitos governos enveredaram por projeto anacrônico e inadequado, cujo exemplo mais trágico e emblemático é o da Venezuela”.

<sup>22</sup> Os mapas elaborados foram feitos com base na interpretação do Jornal Gazeta, que traz elementos analíticos próprios na classificação da situação política de cada país. Para mais informações sugerimos ver <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/mundo/esquerda-e-direita-na-america-do-sul/>.

**Quadro 15 – Fragmento 4 - Vice-Presidente da República.**

<b>Corpus II (CII) - Vice-Presidente da República</b>	
<b>Fragmento 4 (F4)</b>	
<b>Discurso do Vice-Presidente no 37º Encontro Econômico Brasil Alemanha - 15 de setembro de 2019</b>	
<b>Recorte 1 (R1)</b>	
“O Brasil está emergindo de uma severa crise econômica, política e psicossocial. O Presidente Bolsonaro e eu fomos eleitos por um movimento popular, que combinou uma onda de indignação e um vigoroso movimento de resgate do País e de seu orgulho como nação.”	
<b>Recorte 2 (R2)</b>	
“A América do Sul – nosso contexto regional – apresenta vulnerabilidades severas. A dependência da exportação de produtos primários e a defasagem tecnológica convivem com os regimes políticos instáveis e instituições frágeis. Muitos governos enveredaram por projeto anacrônico e inadequado, cujo exemplo mais trágico e emblemático é o da Venezuela.”	

Fonte: Elaboração própria.

Em primeiro lugar vale ressaltar a importância do evento. Conforme site (da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte - FIERN (<https://www.fiern.org.br/eeba/>), o 37º Encontro Econômico Brasil Alemanha (EEBA) ocorreu na Cidade de Natal-RN (Brasil) entre os dias 15 e 17 de setembro de 2019 e teve como tema “*Parceria Brasil-Alemanha em Tempos de Mudança Global*” e o objetivo do encontro foi reunir cerca vários empresários brasileiros e alemães interessados em estreitar relações, fechar parcerias, fazer intercâmbio de tecnologias e efetivar negócios. O evento organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias Alemãs (BDI) é anual e acontece alternadamente no Brasil e na Alemanha, com fins a fortalecer as relações bilaterais e aprofundar a parceria estratégica.

Outro panorama importante está nos vultosos investimentos realizados pelos países no Fundo Amazônia, conforme dados abaixo.

**Quadro 16 – Doações ao Fundo Amazônia.**

<b>TOTAL DE DOAÇÕES RECEBIDAS PELO FUNDO AMAZÔNIA</b>				
<b>(VALORES HISTÓRICOS)</b>				
<b>Doador</b>	<b>Valor contratado</b>	<b>Recursos ingressados</b>	<b>Recursos ingressados R\$</b>	<b>Recursos ingressados US</b>
Governo da Noruega	NOK 8.269.496.000,00	NOK 8.269.496.000,00	3.186.719.318,40*	1.212.378.452,36
República Federativa da Alemanha - KFW	EUR 54.920.000,00	EUR 54.920.000,00	192.690.396,00*	68.143.672,60
Petrobras	R\$ 17.285.079,13	R\$ 17.285.079,13	17.285.079,13	7.713.253,30
<b>Total</b>			<b>3.396.694.793,53</b>	<b>1.288.235.378,26</b>
* Somatório das parcelas recebidas pelo Fundo. Valores convertidos para R\$ com base na taxa de câmbio média divulgada pelo Banco Central do Brasil, das datas de ingresso de cada parcela, conforme disposto nos diplomas de doação.				

Fonte: Elaboração própria. Adaptado do site do Fundo Amazônia (2022).

Em segundo lugar, a América do Sul é complexa por diversos fatores: geográficos, econômicos, sociais, históricos e políticos. E pensar dialeticamente um projeto nacional de poder regional, de construção de alianças para o fortalecimento econômico e reestruturação de blocos econômicos; agir para que haja um aumento do escopo das relações comerciais, tratados de cooperação científico e tecnológico e alianças no campo de defesa (militar); salvaguardar as questões de territórios e fronteiras, requer articulações que têm sua materialidade fomentada no campo diplomático e de política externa.

Como observamos, desde 2016, tem uma guinada dos chamamos de “governo de direita” na América do Sul, porém quadros de mudanças políticas recentes têm trazido uma nova plataforma de mudanças na orientação política da região (ver mapa de 2021) e as suas possíveis variações em “mais à esquerda”, “centro” e mais à “direita”. São espectros políticos ideologicamente distintos e contribuiu que ocorram posturas e engajamentos de natureza político-estratégica (geopolítica) e geoeconômica entre os países.

**Mapa 6** – Governos na América do Sul (2021).



Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em <<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/mundo/esquerda-e-direita-na-america-do-sul/>>

Essa realidade era bem diferente no ano de 2011 quando somente o Chile era de Centro-Direita e os demais países eram de Esquerda e no ano de 2016 tínhamos a Argentina, Paraguai e Peru de Centro-Direita, o Brasil e a Colômbia de Centro, a Bolívia e Venezuela de Extrema-Esquerda, o Chile de Centro-Esquerda e o Equador, Suriname e Uruguai de Esquerda.

Dez anos se passaram e muitas crises ocorreram no continente e fez com que o tabuleiro geopolítico sul-americano sofresse muitas alterações. Em cada governo se observou movimentos internos, manifestações e população nas ruas em demonstração de oposição aos seus governantes.

Em 2019 o jornal G1 (do Globo) trouxe uma matéria jornalística com o título “*América do Sul em turbulência: entenda, em resumo, os protestos e crises políticas na região*”, datada de 23/10/2019. Em trecho da matéria extraímos a seguinte passagem:

“A América do Sul vive um ano de manifestações de rua, confrontos, distúrbios e crises políticas: Chile, Bolívia, Equador, Venezuela, Paraguai, Peru e Argentina tiveram protestos em massa e crises políticas que balançaram seus governos ou, pelo menos, os deixaram bastante abalados. Em alguns deles, como Chile e Venezuela, houve confrontos e mortes”. (Por G1- 22/10/2019).



**Figura 14** – Distúrbios na América do Sul.

Fonte: Adaptado do G1-Globo pelo autor.

Site: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/23/america-do-sul-em-turbulencia-veja-em-resumo-os-protestos-e-criises-politicas-na-regiao.ghtml>

Esse é um dos cenários em que se encontrava o subcontinente sul-americano. A Argentina em crise inflacionária perda do poder de compra e 2,7 milhões de argentinos entraram na linha da pobreza. O Chile vivia problemas na área de educação e saúde e o aumento da desigualdade social. No Equador com o fim do subsídio aos combustíveis houve um aumento de até 123% nos preços. No Paraguai a questão envolveu o Brasil e a compra de energia mais cara. O acordo foi cancelado e o clima de impeachment contra o presidente paraguaio perdeu força. No Peru a crise tem ligações com a Odebrecht e o prestígio da classe política daquele país. A Venezuela é um dos países mais críticos da região. O país sofre com uma forte recessão econômica e a disparada da inflação, violação dos direitos humanos, crise no sistema de saúde, escassez de produtos básicos e alimentos, um fluxo de migração elevado de venezuelanos para outros países, inclusive para o Brasil que entre janeiro de 2017 e agosto

de 2020, acolheu 609.049 venezuelanos, segundo a UNODC<sup>23</sup>, e dessas pessoas cerca de 262.500 residem no país.

As **FD9** quando enumera que “*O Brasil está emergindo de uma severa crise econômica, política e psicossocial*” e a **FD10** onde “*Muitos governos enveredaram por projeto anacrônico e inadequado, cujo exemplo mais trágico e emblemático é o da Venezuela.*”, buscou-se nas entrelinhas expressar esse cenário de turbulência em que se encontrava a América do Sul. E mais uma vez, agora na fala do vice-presidente, um alinhamento aos discursos do presidente Jair Bolsonaro acerca da situação da Venezuela.

É como interroga Foucault (1995, p. 31): “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar?” (*apud* FERNANDES, 2007, p. 16). Como afirma o próprio Foucault que “todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem, integrantes de outros discursos”. (*Ibid*, p. 37).

Percebemos pela escolha do lexema “*Venezuela*” que o enunciador revela sua inscrição socioideológica no discurso solidário ao do presidente Bolsonaro em termos ideológicos quando se trata da Venezuela ou dos países de inclinação à “*Esquerda*”.

Veremos na próxima subseção o entrecruzamento do discurso do vice-presidente Hamilton Mourão realizado no 37º Encontro Econômico Brasil Alemanha com as questões relativas à Amazônia enunciadas no discurso no Conselho Nacional da Amazônia Legal.

### **3.3.5 Os Discursos e a Amazônia Brasileira**

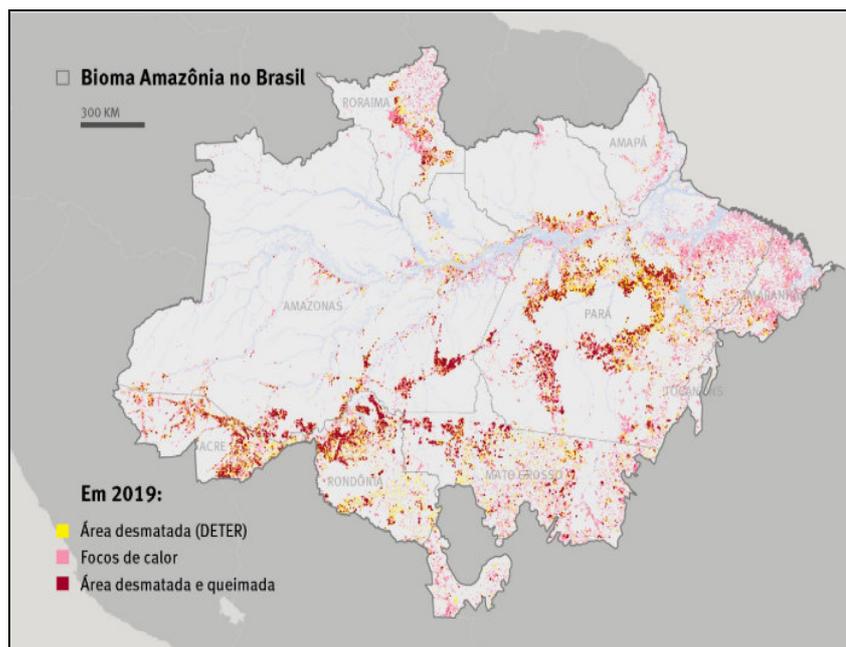
A região Amazônica é eminentemente uma área geopolítica por seu gigantismo criando conexão entre diferentes países (uma grande área fronteira) e, também, por seu potencial biotecnológico (BECKER, 2009). A construção de discursos sobre a Amazônia, como parte da América do Sul, é presente partir de duas perspectivas de preservação da região: as práticas de aumento das queimadas e os debates sobre a soberania e gestão da região, esta delimitada pela forte tentativa de interferência externa.

Segundo dados do IPAM<sup>24</sup> (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), as queimadas e desmatamentos na Amazônia aumentaram expressivamente no primeiro ano do governo do presidente Jair Bolsonaro (2019) e com tendência de aumentar no ano de 2020.

---

23 UNODC – United Nation Office on Drugs and Crime.

24 IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), matéria completa disponível em <https://ipam.org.br/queimadas-na-amazonia-afetam-a-saude-de-milhares-de-pessoas/>. Acesso em 24/04/2022.



**Figura 15:** Desmatamento e focos de calor no bioma Amazônia no Brasil, 2019.

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) – Extraído do Relatório “O ar é insuportável – Os impactos das queimadas associadas ao desmatamento da Amazônia brasileira na saúde”<sup>25</sup>.

A imprensa fez forte pressão sobre o tema durante o período das queimadas, houve uma grande participação dos meios acadêmicos e de partidos políticos e, em nível internacional, a participação de diversas ONGs, governos, como o da França, e pessoas famosas de renome mundial em torno da pauta das queimadas na Amazônia



**Figura 16 – Os Famosos e a Amazônia.**

Fonte: Adaptado do UOL Notícias pelo autor.

Site: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/22/lewis-hamilton-e-outros-famosos-fazem-campanha-pela-preservacao-da-amazonia.htm>

<sup>25</sup>Este relatório, realizado em parceria entre o Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e a Human Rights Watch, avalia o impacto que as queimadas associadas ao desmatamento na Amazônia brasileira tiveram sobre a saúde em 2019.

Para fins de exemplo trouxemos alguns recortes de notícias retirados dos sites do Jornal G1 (Globo.com) que registram esses fatos históricos. São discursos midiáticos que tem características próprias de construção e (re) produção de sentidos.

[...] percebe-se que o discurso midiático se vale de retrospectivas e citações, por exemplo, como mecanismos fundamentais desta dimensão mnésica, buscando no entrelaçamento do esquecimento, resultante da efemeridade dos seus enunciados, a capacidade de recompor sentidos ao já-dito (Rodrigues, 2002). O autor ainda destaca que o discurso midiático se apropria da dimensão expressiva das demais instituições, para apresentá-la naturalmente fundada e, portanto, indiscutível. (ÁVILA, 2020, p.9).



**Figura 17** – A Amazônia é Bem Comum.

Fonte: Adaptado do G1-Globo pelo autor.

Site: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/08/24/para-macron-amazonia-e-bem-comum-e-pede-mobilizacao-de-potencias-contr-desmatamento.ghtml>

Nesta notícia (Figura 19) o presidente da França, Emmanuel Macron, narra em seu pronunciamento que:

“A Amazônia é nosso bem comum. Estamos todos envolvidos, e a França está provavelmente mais do que outros que estarão nessa mesa [do G7], porque nós somos amazonenses. A Guiana Francesa está na Amazônia”, afirmou Macron, em cadeia nacional [...] Segundo Macron, a Amazônia “é um tesouro de biodiversidade e um tesouro para o nosso clima, graças ao oxigênio que ela emite e ao carbono que ela captura” (G1, 2019).

Percebemos no discurso do presidente da França que se trata de uma relação de poder sendo estabelecida pelos países mais poderosos (G7)<sup>26</sup> sobre o Brasil, quando relata que “*Estamos todos envolvidos*”, demonstrando uma ingerência coletiva sobre um assunto de soberania do Brasil em questões territoriais. No caso francês não bastou ter a Guiana Francesa

---

26 **GRUPO DOS SETE.** Grupo internacional formado pelos dirigentes das sete mais importantes potências econômicas e que se reúnem anualmente para coordenar a política econômica, monetária e financeira mundial. Também conhecido como G-7, compreende a Alemanha, Japão, Itália, França, Grã-Bretanha, Canadá e Estados Unidos. Devido à importância política e militar da Rússia, esta vem sendo convidada a participar das reuniões, dando lugar à denominação de G-7+1, que passou a denominar-se Grupo dos Oito. Quando o Grupo dos Sete se reúne sem a presença da Itália e do Canadá, o grupo passa a denominar-se Grupo dos Cinco ou G-5. (Extraído do Novíssimo Dicionário de Economia de Paulo Sandroni, 1999).

como seu departamento fora da França, mas no discurso ao mundo reverberar a necessidade de fazer da Amazônia brasileira um protetorado do G7 e logo de seus países membros.

E ainda sobre o discurso de Macron no fragmento “*ao oxigênio que ela emite e ao carbono que captura*”, trata-se de um argumento para reforçar uma recolonização do Brasil que acabou sendo refutada pela própria notícia o qual se transcreve abaixo:

A manutenção do regime de chuvas e a biodiversidade, **a floresta amazônica não pode ser considerada o pulmão do mundo** porque ela consome a maior parte do oxigênio que produz, segundo estudos científicos. O oxigênio da atmosfera é produzido principalmente pela flora marítima. (G1, 2019, grifo do autor).

Este mesmo cenário de reunião do G7 foi palco de outros discursos envolvendo questões econômicas e ambientais. Macron ameaçou não ratificar o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul alegando que o Bolsonaro “mentiu sobre os compromissos para proteção da biodiversidade” (G1, 2019). O presidente americano Donald Trump apoiou o presidente brasileiro Jair Bolsonaro após as críticas do presidente da França na Cúpula do G7:

"Acabo de falar com o presidente Jair Bolsonaro, do Brasil. As nossas perspectivas comerciais são muito animadoras, e a nossa relação é sólida, talvez mais do que nunca", afirmou Trump no Twitter (G1, 2019).

Posto isso, passemos a analisar o recorte abaixo, da qual extraímos a **FD9** produzido pelo vice-presidente da república Hamilton Mourão no exercício da função de Presidente do Conselho Nacional da Amazônia.

#### **Quadro 17 - Fragmento 6 - Vice-Presidente da República.**

<b>Corpus II (CII) - Vice-Presidente da República Fragmento 6 (F6)</b>
<b>Hamilton Mourão, Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal</b>
<b>Recorte 1 (R1)</b>
“A Amazônia sofria com ausência do Estado, projetos inconsistentes e crenças ambientais equivocadas que, por anos, foram deliberadamente plantadas e cultivadas na mente dos brasileiros como verdadeiras. Por ser uma região distante e de difícil acesso que poucas pessoas de fato conheciam, muitas acabaram aceitando essas verdades criadas por especialistas de suas vontades, plantadas como “boas sementes” e cuidadosamente regadas até criarem raízes.”

Fonte: Elaboração própria.

**FD9** - “*A Amazônia sofria com ausência do Estado, projetos inconsistentes e crenças ambientais equivocadas que, por anos, foram deliberadamente plantadas e cultivadas na mente dos brasileiros como verdadeiras...*”.

Este fragmento de discurso é a negação do discurso historicamente construído por maior parte do campo científico e movimentos ambientalistas que manifestam posições frente às necessidades de conservação da região. Esse “contra-discurso geopolítico” é na prática uma forma de referendar o status geopolítico da região sob ação do Estado Brasileiro, tornando-o foco estratégico e necessário aos fins do planejamento. Como nas palavras de Fernandes (2007) “esses elementos (contradição e negação do que se pode dizer em determinada época e/ou lugar) possibilitam a compreensão do surgimento de novos cenários” (FERNANDES, 2007, p. 37).

Logo, o que inferimos sobre a análise do discurso na FD9 é que a formação discursiva em torno dos fatos geradores da enunciação se encontra fora do sujeito enunciador, mas dentro de outros discursos na dimensão prática social; “é a combinação de diferentes discursos” (ibidem).

[...] a noção de formação discursiva (FD) começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu “exterior”: uma FD não é um espaço estruturalmente fechado, pois é constitutivamente “invadido” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais.

Nestes cenários os discursos vão sendo socialmente e historicamente organizados e reorganizados no tempo e no espaço, fruto das interações sociais entre os sujeitos ou grupos de sujeitos na construção de novos sentidos (Idem, p. 37).

As questões sobre soberania e fronteiras envolvem os discursos contra a internacionalização da Amazônia como sugerida pelo presidente francês que desejava “conferir um status internacional para a Amazônia” na Cúpula do G7. (DESIDERI, 2019).

O presidente Bolsonaro em entrevista à Gazeta do Povo no editorial intitulado “*Internacionalização da Amazônia: o que é verdade e o que é mito*”<sup>27</sup>, de 30/08/2019, colocou para os governadores que “reiterou uma opinião manifestada por ele e diversos membros do governo nos últimos meses: a de que as ajudas internacionais condicionadas à demarcação de terras indígenas e à preservação ambiental de certas áreas ameaçariam a soberania nacional sobre a Amazônia” (DESIDERI, 2019).

E o embaixador do Brasil em Paris, Luis Fernando Serra, colocou que,

"quando o presidente diz que há um risco à soberania, é porque ele está vendo que há umas ideias de internacionalizar a Amazônia. Eles não vão apitar no nosso território. A Amazônia não é de todos, não é da humanidade" (DESIDERI, 2019).

Na mesma linha de discurso o General Augusto Heleno, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do Governo Bolsonaro, em entrevista ao Jornal da CNN/Brasil, sobre as acusações de que existe inação por parte do Governo Federal sobre as queimadas na Amazônia, responde com a seguinte mensagem:

“O que entristece aqueles que trabalham para solucionar os problemas já citados é o fato de alguns brasileiros natos se alinharem a estrangeiros que jamais pisaram na Amazônia, conhecem a Amazônia de fotografia e às ONGs, que têm por trás potências estrangeiras, para nos apresentarem ao mundo como vilões do desmatamento e do aquecimento do planeta. Pior, usam argumentos falsos, números fabricados e manipulados e acusações infundadas para prejudicar o Brasil” (GABRIELA; COELHO; CURY, 2020).

---

27Esta matéria publica um verdadeiro dossiê das diversas manifestações internacionais sobre a Amazônia no texto “*Internacionalização da Amazônia: os rumores ao longo da história*”. No texto contém a viagem de exploração do Rio Amazonas em 1850 pelo Tenente Matthew Maury da Marinha Americana; a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) na década de 1940; em 1987 a publicação pela ONU do Relatório “*Our Common Future*” (Nosso Futuro Comum) e a declaração categórica do Senador Al Gore: “*Ao contrário do que os brasileiros acreditam a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós*”. (Gazeta do Povo, 2019). Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/internacionalizacao-da-amazonia-mitos-e-verdades/>. Acesso em 22/04/2022.



**Figura 18** – Números Fabricados e Manipulados.

Fonte: Adaptado da CNN/Brasil pelo autor.

Site: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/autoridades-nao-tem-a-opcao-de-negligenciar-diz-maia-sobre-queimadas/>.

O discurso do vice-presidente Hamilton Mourão e do General Augusto Heleno refletem as visões de soberania sobre a região amazônica com base em suas experiências como chefes militares que atuaram na região amazônica. O General Heleno foi Comandante Militar da Amazônia e o General Mourão foi Comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (São Gabriel da Cachoeira-AM). Conhecedores das problemáticas que envolvem a Região Amazônica e seus discursos.

Igualmente, refletem certa continuidade do pensamento geopolítico Brasileiro entorno da defesa e estratégia da região amazônica, como presente no pensamento de Mario Travassos (1947) (SABOYA, 2018).

Embora possam existir vários posicionamentos e visões que tratam da questão amazônica, verificamos nesta subseção que o alinhamento de discurso sobre a questão de soberania da Amazônia está retoricamente amalgamado aos discursos do vice-presidente e do governo Bolsonaro.

### 3.3.6 A Unasul, o Prosul e o Mercosul nos discursos

Na perspectiva geoeconômica, ou seja, no sentido das estratégias espaciais e territoriais para fins econômicos (BLACKWILL, HARRIS, 2016), a construção de agendas no campo econômico na América do Sul está intimamente atrelada às questões de posicionamento de governos e inclinações (esquerda-direita) na América do Sul. Embora não sejam a mesma coisa, os discursos sobre a Unasul, o MERCOSUL e a indicação de agendas de constituição do Prosul são elementos que manifestam parte da prática e do discurso do Governo Bolsonaro para a região.

Apresentamos abaixo o Fragmento de discurso do Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo. O contexto destes discursos tem relação com as políticas econômicas que se travam em torno dos blocos econômicos do qual os países sul-americanos têm participação efetiva. Não foi objeto nesta subseção realizar análises de outros organismos de que participa o Brasil (OEA, OTCA, ALADI, CEPAL, BRICS, G-20 etc), mas é necessário ampliar a pesquisa para abarcar as relações geopolíticas que os demais blocos ou acordos econômicos e pudessem ser vistos e analisados como um “nó” dentro dessa “rede” geopolítica e geoeconômica que se constrói através dos discursos.

**Quadro 18 - Fragmento 8 – Chanceler.**

<b>Corpus III (CIII) - Ministro das Relações Exteriores Fragmento 8 (F8)</b>
<b>Intervenção do Ministro Ernesto Araújo na Cúpula Presidencial do PROSUL - 12/12/2020</b>
<b>Recorte 1 (R1)</b>
“Por isso, quando o Chile propôs a criação do PROSUL, na companhia da Colômbia, o Brasil abraçou efusivamente a ideia. Não foi apenas a substituição correta e urgente de uma experiência tão negativa como a da UNASUL, mas também uma oportunidade de resgatar os verdadeiros laços que unem os sul-americanos.”
<b>Recorte 2 (R2)</b>
“Reiteramos, mais uma vez, nossa mais ampla condenação ao regime ilegítimo de Nicolás Maduro na Venezuela, responsável por uma crise multidimensional sem precedentes em nossa região, e nosso compromisso de continuar lutando pelos venezuelanos e pelo retorno da democracia e da normalidade naquela querida nação, a Venezuela.”

Fonte: Elaboração própria.

No campo econômico ocorreu uma disputa ideológica nos processos de integração e de cooperação econômica entre os países sul-americanos. No discurso do chanceler Ernesto Araújo se verifica a exposição dessas ideologias que encontrou espaço de manifestação na Cúpula Presidencial do Prosul (2020) em função da crise instituída na Unasul que levou a sua derrocada com a saída de vários Estados-Membros, inclusive do Brasil em 2019, e a oportunidade de o Prosul se constituir como novo modelo de integração regional.

Com isso, dizemos que **discurso** implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. **Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas.** Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, **sujeitos em oposição** acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. (FERNANDES, 2007, p. 12, grifo nosso).

Na formação discursiva abaixo o chanceler brasileiro reforça o caráter ideológico de contradição que vem sendo exposto pelo governo Bolsonaro. Como continuar a dizer Fernandes (2007, p. 55): “A contradição revela o lugar do sujeito enunciatador e as vozes constitutivas de sua voz, de uma formação discursiva na qual se inscreve”.

**FD10** - “... quando o Chile propôs a criação do PROSUL, na companhia da Colômbia, o Brasil abraçou efusivamente a ideia”. Não foi apenas a substituição correta e urgente de uma **experiência tão negativa como a da UNASUL**, mas também uma oportunidade de resgatar os **verdadeiros laços que unem os sul-americanos**.

A Unasul<sup>28</sup> (União das Nações Sul-Americanas) é uma Organização Internacional que foi fundada com o objetivo de conjugar dois blocos econômicos – o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN). Tiveram como seus idealizadores os

---

28 A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) é uma organização intergovernamental formada por doze países da América do Sul. O tratado constitutivo da organização foi aprovado durante Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em 23 de maio de 2008. Dez países já depositaram seus instrumentos de ratificação (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela), completando o número mínimo de ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado no dia 11 de março de 2011 (**Fonte:** Ministério das Relações Exteriores).

presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Hugo Chávez (Venezuela) e Néstor Kirchner (Argentina), os mais expressivos representantes da esquerda na América do Sul. O Tratado Constitutivo da Unasul foi assinado em 23 de março de 2008 na cidade de Brasília (Brasil) e entrou em vigor em 2011 com a entrada do Uruguai. Ratificaram esse Tratado 12 países: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru (membros da CAN), Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (membros do Mercosul), Chile, Guiana, Suriname e Panamá e México, estes dois últimos como observadores.

Crises internas na Unasul prejudicaram a união dos países, a principal delas foi a crise venezuelana que pelo Tratado Constitutivo deveria sofrer as sanções previstas pela violação dos princípios democráticos e de direitos humanos, o que não ocorreu.

O desgaste na Unasul teve influência direta com os fatos envolvendo a Venezuela. De acordo com o chanceler do Uruguai, Ernesto Talvi, “a Unasul havia se tornado um órgão “baseado em alinhamentos político-ideológicos e que já havia deixado de funcionar de fato”. (CNN, 2020).<sup>29</sup>

O editorial ainda relata que,

Ernesto Talvi assumiu a condução da política externa do Uruguai no começo deste mês, como parte do novo governo liderado pelo presidente Luis Lacalle Pou. De acordo com a nota da chancelaria uruguaia, as medidas anunciadas refletem “os eixos da nova gestão”, que serão o apoio aos órgãos multilaterais, com o fortalecimento da Organização dos Estados Americanos (OEA) e com o princípio de “formar alianças baseadas em uma institucionalidade forte e não em afinidades ideológicas”. Ao deixar a Unasul e retornar ao Tiar, o país se realinha à OEA e marca um afastamento do regime de Nicolás Maduro na Venezuela, que tinha no Uruguai um dos seus últimos aliados no continente. A organização reconhece o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, como governante em exercício do país — e não Maduro (CNN, 2020).

Outro fator ocorreu quando a Venezuela vetou a indicação do representante argentino para o cargo de secretário-geral da Unasul. Para Diniz (2018) “na Unasul, há uma divisão entre as alas lideradas pela Bolívia e pela Argentina, sendo que esta segunda é denominada de conservadores. Atualmente a ala conservadora domina a organização”.

As políticas internas dos países também contribuíram para o enfraquecimento do bloco. No caso do Brasil a Unasul foi abandonada aos poucos no Governo Dilma/Temer, fruto das crises domésticas, os escândalos de corrupção, impeachment do presidente e mudança de ideologia do governo Temer.

O fato de o Uruguai retornar com as alianças anteriores (OEA e TIAR) demonstram claramente o caráter dinâmico e fragilizado no sistema de cooperação no seio da Unasul.

Um novo mapa geopolítico foi sendo redesenhado pelos fatores ideológicos e contra ideológicos (diria também outra ideologia) na América do Sul.

Em matéria da Agência Brasil em *O Brasil e mais cinco países suspendem participação na Unasul*, a alegação foi que a organização já estava sem secretário-geral desde 2017 e que isso prejudicava as discussões políticas do bloco (DINIZ, 2018).

Com a assunção de governos de direita na América do Sul, surge o Fórum para o Progresso da América do Sul - Prosul<sup>30</sup>, uma entidade com uma proposta similar à da Unasul

---

29 Editorial completo disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/uruguai-deixa-unasul-e-se-realinha-a-oea-contra-venezuela/>. Acesso em 01/05/2022.

30 O PROSUL aborda de maneira flexível e com caráter prioritário temas de integração em matéria de infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e combate ao crime e prevenção de resposta a desastres naturais. Os requisitos essenciais para participar deste espaço são a plena vigência da democracia e das respectivas ordens constitucionais, o respeito ao princípio de separação dos poderes do estado, e a promoção,

em termos de integração, mas com um caráter mais flexível, menos institucionalizante e antiburocrático, cujos requisitos principais de participação incluíam o regime democrático, a garantia dos direitos humanos, respeito à soberania dos estados e do direito internacional.

O Estado de Minas publicou o seguinte extrato:

O novo fórum será "um lugar de encontro e diálogo, aberto a todos os países da América do Sul e sem **ideologias**", acrescentou o presidente chileno, incentivador, juntamente com seu colega colombiano, Ivan Duque, do novo bloco. [...] O Prosul, nascido sob a égide da onda conservadora que atinge a região, pretende substituir a agonizante Unasul, nascida há uma década no auge dos governos de esquerda na América do Sul. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2019).



**Figura 19** – Prosul sem Venezuela.

Fonte: Jornal Estado de Minas (2019).

Site: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/03/22/interna\\_internacional,1040289/america-do-sul-lanca-prosul-novo-bloco-regional-sem-venezuela.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/03/22/interna_internacional,1040289/america-do-sul-lanca-prosul-novo-bloco-regional-sem-venezuela.shtml)

Pela lógica da criação do Prosul, naturalmente países como a Venezuela ficariam de fora do Bloco como estratégia geopolítica de exclusão.

Para traçar algumas reflexões sobre o Mercosul no contexto dos pronunciamentos do governo Bolsonaro, extraímos do Fragmento 9, discurso do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo a seguinte Formação Discursiva:

**FD11** - *“O MERCOSUL nunca atingirá plenamente seus ideais enquanto continuar pairando na América do Sul a sombra maléfica de uma ditadura – como a ditadura venezuelana hoje – e sua rede de apoios.”*

---

proteção, respeito e garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, assim como a soberania e a integridade territorial dos estados, em respeito ao direito internacional (**Fonte:** Ministério da Defesa do Brasil).

## Quadro 19 - Fragmento 9 – Chanceler

<b>Corpus III (CIII) - Ministro das Relações Exteriores Fragmento 9 (F9)</b>
<b>Intervenção do Ministro Ernesto Araújo no Conselho do Mercado Comum – MERCOSUL – 15/12/2020</b>
<b>Recorte 1 (R1)</b>
“A Venezuela, membro do MERCOSUL, suspenso hoje, e uma querida nação irmã, foi transformada pelo regime ditatorial de Nicolás Maduro em uma plataforma do crime organizado. Precisamos continuar atuando pela redemocratização da Venezuela, não só por solidariedade ao povo venezuelano – sofrido e oprimido –, mas pelo nosso próprio interesse. O MERCOSUL nunca atingirá plenamente seus ideais enquanto continuar pairando na América do Sul a sombra maléfica de uma ditadura – como a ditadura venezuelana hoje – e sua rede de apoios.”

Fonte: Elaboração própria.

A luz das normas jurídicas que regem o Mercosul, a Venezuela rompeu com o pacto quando em apuração por diversos órgãos da imprensa, ONGs e da ONU sobre atos flagrantes de violação dos direitos humanos e crimes contra a humanidade naquele país. Se confirmadas tais violações e crimes, incluindo entre eles execuções extra-judiciais pela própria polícia, perseguição por filiação política e violência sexual, poderão ser alcançadas e julgadas pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). A Venezuela então seria a primeira nação latino-americana a ser julgada pelo TPI (SINGER, 2020).

Segundo o ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, “são normas de normas aprofundadas de mútua colaboração elaboradas e pactuadas pelas suas partes contratantes - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - que deliberaram agir em conjunto na "ideia a realizar" de um projeto de integração” (LAFER, 2013, p. 20). Portanto, esse discurso do ministro Ernesto Araújo coaduna com outros discursos (presidente e vice-presidente) aqui analisados que na sua essência multiplica as vozes do discurso na formação discursiva em seu sentido coletivo.

Os discursos do chanceler encontram em consonância com as narrativas publicadas no Relatório das Nações Unidas divulgados no seu site



The image shows a screenshot of a news article from ONU News. The header includes the United Nations logo and the text 'Nações Unidas | ONU News | Perspectiva Global Reportagens Humanas'. Below the header is a navigation bar with 'Home', 'Tópicos', 'Saiba mais', and 'Secretário-gera'. The main content area features a filter section for 'AUDIO' and 'VÍDEO'. The article title is 'MISSÃO INTERNACIONAL INDEPENDENTE DE APURAÇÃO DOS FATOS SOBRE A REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA'. Below the title is a photograph of a person being sprayed with water. The article text begins with 'Missão sobre Venezuela apura alegações de crimes contra humanidade e pede punição' and is dated '16 setembro 2020 | Direitos humanos'. The text mentions a report from a group of three specialists analyzing over 3,000 cases of human rights violations and crimes against humanity, involving the government and groups supporting President Nicolás Maduro.

**Figura 20** – Crimes na Venezuela.

Fonte: ONU.

Site: <https://news.un.org/pt/tags/missao-internacional-independente-de-apuracao-dos-fatos-sobre-republica-bolivariana-da>

Celso Lafer em sua análise sobre o projeto de integração pactuado no Mercosul por seus membros, ainda expressa que:

Este **[projeto de integração]** levou em conta o potencial da conectividade econômica da vizinhança, tendo como objetivo, na vigência de regimes democráticos, acelerar o desenvolvimento com justiça social e lograr competitividade para uma adequada inserção internacional de seus membros, num mundo que simultaneamente se globaliza e se regionaliza. Normas desta natureza especificam direitos e obrigações, e ainda mais do que as normas de mútua abstenção, requerem a confiança de que, na dinâmica do processo de integração, prevaleçam e sejam cumpridas as "regras do jogo". Estas, normativamente estipuladas, têm como função limitar a natural propensão de cada país - em especial os de maior poder político e econômico relativo - a praticar comportamentos discricionários, contrários ao que foi pactuado em boa e devida forma (LAFER, 2019, p. 20, grifo nosso)

Logo, na perspectiva da assertiva de Celso Lafer recaiu sobre o bloco econômico decidir sobre as responsabilidades e providências necessárias com relação à Venezuela no sentido de manter a ordem jurídica, o respeito aos princípios democráticos e o comprometimento como os demais países-membros e objetivos e normas estabelecidas desde a criação do Mercosul.

O objetivo desta subseção foi demonstrar em linhas gerais as narrativas discursivas em termos geopolíticos e geoeconômicos do governo Bolsonaro. Relacionamos para a análise as três organizações (Unasul, Prosul e Mercosul) que estavam diretamente relacionadas aos discursos do ministro das relações exteriores do governo Bolsonaro.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma ordem mundial em mudanças constantes deixa cada vez mais claro o papel da geopolítica e das estratégicas contemporâneas. Concordando com os teóricos da chamada escola de Geopolítica Crítica (como, Heriberto Cairo, Jonh Agnew, George Toal e outros), onde o discurso e as perspectivas ideológicas assumem um destaque nas questões contemporâneas.

As mudanças ocorridas no cenário político da América do Sul que tem como um dos fatores a emergência do governo Bolsonaro ao poder no Brasil, refletem circunstancialmente como elementos imbricados a formas discursivas que estão cada vez mais nítidas na orquestração do poder.

No que se refere à construção teórico-metodológica na Análise do Discurso (AD) como método investigativo, procuramos entender as subjetivações dos discursos, a construção, a ordem e o lugar que eram proferidos e em que circunstâncias se encontravam os sujeitos dos discursos. Buscamos ir além das palavras, como sugere o método, para analisar os discursos geopolíticos e geoeconômicos contidos no corpus de análise da dissertação.

A AD é uma disciplina de caráter transdisciplinar e por isso acolhemos no materialismo histórico a composição dos discursos pela história dos fatos e a sua condição de produção, como nos direcionou Orlandi (1986). A nossa intenção foi entender porque alguns enunciados surgiram em um dado lugar e momento e não em outros. A descoberta de alguns enunciados pela forma linguística como são colocados só fariam sentido se produzidos em ambientes históricos e ideologicamente pertinentes. Descobrimos também que esses lugares se tornaram um ambiente de disputa ideológica pelo *dito* e até pelo *não-dito*.

Interessavam-nos conceber um mapa geopolítico dos discursos que envolvia a América do Sul consoante às narrativas discursivas proferidas pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, o seu vice-presidente Hamilton Mourão e o chanceler Ernesto Araújo Ministro das Relações Exteriores. As posições que eles ocupam no governo lhes conferem poderes de representatividade diante de organismos internacionais importantes no Mundo.

Essa pesquisa nos permitiu enxergar que a dialogicidade dos discursos é deverás complexa e que outros aspectos dos discursos não foram vistos por nós, pois não conseguimos dar conta da gama de trajetórias disponíveis no amplo espectro de possibilidades que o assunto permite.

Tentamos tatear pelas beiradas alguns tópicos para nossa análise do discurso olhando os fragmentos que selecionamos discricionariamente para sobre eles argumentar mesmo cambaleante, sobre temas diversos e que podem ter outro viés de análise conforme a perspectiva de cada pesquisador.

Partimos da ideia que os discursos são ideológicos e intencionais, o que não poderia ser diferente devido ao posicionamento ideológico de direita que compõe a equipe desse governo. E que as palavras ditas só poderiam ocorrer segundo determinadas condições do sujeito, do momento histórico e geográfico (tempo, espaço e lugar), das condições de construção desses discursos (formação discursiva), de onde partiam as enunciações e principalmente da posição política dos sujeitos dos discursos.

Buscamos os conceitos básicos da AD para subsidiar a pesquisa e estruturá-la. Na AD as melhores referências que encontramos estão em Michael Foucault e Michael Pêcheux por se tratar de discurso e relações de poder. E esse poder ligado ao estado e as relações de poder na geopolítica internacional travadas no recorte regional da América do Sul. Agregados a esses autores temos outros nomes importantes como Mikhail Bakhtin e Eni P. Orlandi que suplementaram os conceitos de AD.

Nosso olhar repousou sobre a análise do discurso geopolítico firmando-o como estrutura de investigação para que as relações de poder pudessem estar visíveis

geograficamente. Desta forma, a geografia política como componente de distribuição espacial do poder entre os estados e a geopolítica com foco nos processos e análises do passado e do momento atual foram instrumentalizadas no discurso. Desta feita, foram elas - geografia política e geopolítica - que permaneceram como fundamento dos discursos geopolíticos que tratamos neste trabalho.

Geopoliticamente o Brasil é considerado uma das principais potências regionais do subcontinente, sendo a Argentina a outra. Desempenha um papel de país central dentro do bloco com o maior potencial de recursos materiais e econômicos, comparativamente muito superior dentro da América do Sul. Em dados atuais (2021) figura na 13ª posição entre os 20 países com maiores PIB do Mundo. O México é o 16º dentro deste referencial. A Argentina passa por uma grave crise política e econômica e que por isso sugere uma hegemonia em transição, a qual pode haver mudanças de status.

O Brasil é um país de grande influência na América do Sul pela sua dimensão geográfica, sendo por excelência um país-continente ou de dimensões continentais, evidentemente com um grande território fronteiriço com quase todos os países do subcontinente, excetuando Chile e Equador, com cerca de 16.885,7 Km de fronteira. Provido de grandes riquezas minerais, biológicas e naturais. Possui um diversificado parque industrial e tecnológico e uma economia crescente que está entre as 20 melhores do Mundo e de mediano risco político. Com todo esse dinamismo o país se coloca na vanguarda geoeconômica no subcontinente. Considerando toda grandeza do Brasil diante das outras nações da América do Sul é de se esperar um posicionamento geopolítico e geoeconômico na direção hegemônica regional com ênfase na cooperação econômica e na solução pacífica dos conflitos, como configura o modelo característico da política externa brasileira.

O caráter ideológico figurou como componente marcante nos discursos proferidos pelos integrantes do poder executivo do país e seus porta-vozes. Encontrou nos fóruns de debates e organismos internacionais a maneira de difundir suas ideias através das manobras discursivas. A ideologia tomou a forma de contraideologia ou outra ideologia para se afastar dos posicionamentos dos governos de esquerda que o antecederam tomando um formato de guerra ideológica a partir dos pronunciamentos oficiais a países como Venezuela e Cuba.

Na visão do governo Bolsonaro fica expresso que os governos Lula/Dilma/Temer desenvolveram políticas contrárias aos interesses do Brasil. As denúncias realizadas nos pronunciamentos sinalizavam o antagonismo entre as palavras e as ações destes governos e, ao mesmo tempo, mobilizava a opinião pública internacional para o combate ao que chamava de “avanço do socialismo”. Os fatos evidenciados na mídia serviram para canalizar os discursos contra ideológicos, pois narravam o envolvimento do Partido dos Trabalhadores e do governo petista com o Foro de São Paulo, com ditaduras comunistas, e inclusive com o grupo revolucionário das Farc (Colômbia).

Neste sentido, a Venezuela, serviu como pilar que materializou e exemplificou as possibilidades de críticas a estes tipos de inclinação de governo petista. A ajuda humanitária que o Brasil presta àquele país retrata o caráter da nação, mas ao mesmo tempo direciona os olhares para o protagonismo brasileiro diante de outras nações. A Venezuela passa por uma crise econômica profunda, com graves problemas de migração em massa de venezuelanos, quase nove milhões de refugiados para outros países em busca de melhor qualidade de vida, em uma crise política, econômica e social e um governo que está sendo acusado pela ONU de promover crimes contra a humanidade e atentados aos direitos humanos.

Nota-se que o discurso midiático - embora tenha uma forma própria de construção e formação de realidades - esteve presente contribuindo às vezes para a confirmação ou negação das narrativas dos discursos produzidos. Não foi possível investigar no escopo desta pesquisa os resultados da opinião pública internacional, mas entendemos que é possível a construção do imaginário social ao longo do tempo e do espaço e, nesta perspectiva, a possibilidade de

produção de bens simbólicos ou ideológicos em diversos contextos. Essas falas distorcidas, remanejadas e reorganizadas pela mídia favorece a distribuição ou transposição de poder o que, em outras palavras, poderia se configurar como movimentos pendulares dentro da estrutura social em diversas escalas.

Os discursos extraídos em forma de fragmentos no *corpus* buscaram traduzir os contextos socioideológico dos enunciados e dos sujeitos da enunciação numa perspectiva histórica dos fatos para alcançar a composição geopolítica e geoeconômica das narrativas discursivas do governo Bolsonaro. As escolhas dos fragmentos tenderam à busca por explicações daqueles *ditos* naquela ocasião e o porquê *do não-dito* em outro momento. Poderiam ser escolhidos outros fragmentos para a análise, mas seriam infundáveis, salvo outro juízo, as possibilidades de investigações que não comportariam nas páginas desta dissertação.

Para concluir, parcialmente, chegamos até aqui convictos que as narrativas discursivas do Governo Bolsonaro encontraram lugar nos organismos internacionais e nos fóruns de debates com o objetivo nítido de desconstrução das agendas anteriores do governo petista e de construção de precedentes geopolíticos e geoeconômicos através de uma reorientação nas práticas de cooperação e integração no bloco sul-americano. Foram instâncias de interlocução que o governo Bolsonaro utilizou para difundir seus discursos em contraposição aos projetos geopolíticos estabelecidos anteriormente em governos passados. O governo Bolsonaro usou da estratégia retórica para apresentar como seria seu posicionamento enquanto governo nas questões de ordem econômica e política na região.

No amplo espectro geopolítico a discursividade teve lugar quando na questão de fronteira Brasil-Venezuela encontrou espaços de críticas ao governo de Nicolás Maduro e o Brasil se estabeleceu no cenário sul-americano como a nação que se apresentou para capitanear as ações de derrubada daquele governo com o objetivo de refazer as bases da democracia e liberdade. De imediato já se colocou em apoio político ao venezuelano Juan Guaidó, o qual foi considerado pela Assembleia Nacional Venezuelana como o encarregado da presidência.

Por ideologia, marcadas numa agenda liberal, o governo encara a questão de democracia e liberdade como fundamental para a integração dos povos da América do Sul. Neste mesmo diapasão subjuga as nações, como a Venezuela, a render-se ao caráter ideológico dominante no subcontinente. O mesmo acontece com o governo de Cuba. Ideologicamente Cuba está isolado pelo seu próprio regime, sofrendo embargos econômicos que vêm desde a década de 1960. Com Bolsonaro no governo e os pensamentos ideológicos de direita e contrários ao regime de esquerda cubano acirraram-se mais as relações entre os dois países.

Uma das consequências dos governos de direita que assumiram o poder na América do Sul foi a criação do Prosul como órgão estratégico, e no sentido *lato sensu* da palavra como uma forma de pontuar uma geopolítica da exclusão para os que não praticavam a democracia e a liberdade. Como resultado a Venezuela foi retirada do tabuleiro geoeconômico e geopolítico decisório no âmbito do novo bloco de poder. Semelhante fato ocorreu a Cuba quando foi retirada das Cúpulas das Américas pelos Estados Unidos.

O Brasil tem um alinhamento histórico, econômico e cultural com os Estados Unidos da América. Participa de vários organismos internacionais como a ONU, OMC, OEA. G-20 dentre outros, além disso, os EUA são os principais parceiros econômicos do Brasil. O governo Bolsonaro compartilha dos mesmos ideais norte-americanos e se posiciona nos discursos pronunciados contrário àquele regime e combate os adversários políticos que defendem Cuba. Assim, a política externa anuncia implicitamente um alinhamento aos preceitos de Washington (merece destaque que isso ficava mais claro durante o Governo de Donald Trump).

Dentre os muitos discursos geopolíticos surgiram os ligados à questão amazônica. A aparição deles fora construída na perspectiva de garantir a soberania do Brasil frente a este grande território, reiterando as fortes influências de geopolíticas militares na concepção e formação de estratégias e posições para a região. É claro que a construção de uma agenda para a geopolítica da Amazônia deva ser feita de forma mais complexa como nos lembra a professora Berta Becker (2009), todavia algumas ações de discurso sobre a região pairam exatamente sobre a problemática da conservação da região, um ponto ainda muito controverso no âmbito da gestão do atual governo.

Por fim, esta dissertação abre muitas outras perguntas, relações e associações geopolíticas e geoeconômicas dentro do mesmo paradigma dos discursos apresentados pelo governo Bolsonaro. São pontas de um iceberg dentro da Análise do Discurso Geopolítico que emergem não mostrando as bases profundas de análises. Como já dito são os “nós” de uma “rede” que se entrecruzam na dimensão social e política nas relações de poder em diversas escalas, na territorialidade dos espaços na sua espacialidade econômica e política e nas fronteiras físicas e relacionais com outros estados da América do Sul.

Que um outro analista possa extrair de outros recortes e fragmentos de discurso, investigações que viabilizem a possibilidade de novos efeitos de sentidos para que seja ampliado o escopo de Análise do Discurso Geopolítico e agregar valor para a comunidade acadêmica e para os estudos geopolíticos.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Leonardo Pace; CUNHA, Guilherme Lopes da. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014**. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, p. 195-207. ISBN 978-85-63800-17-6, 2014.

ARCASSA, Wesley de Souza. **A geopolítica alemã e a segunda guerra mundial**. *Geographia Opportuno Tempore*, vol. 4, nº 3, 2018. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/36116>>. Acesso em 15/11/2021.

AVILA, Edilaine. **Funções estratégicas de composição do discurso midiático em “Isso a Globo não mostra”**. *Anais de Artigos do Seminário Internacional de Pesquisas em Miatização e Processos Sociais*, [S.l.], vol. 1, nº 4, abr. 2021. Disponível em: <<https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-miatizacao-artigos/article/view/1316>>. Acesso em: 10/03/2022.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. **Estética da criação verbal**. Tradução feita a partir do francês por Maria Emsantina Galvão G. Pereira revisão da tradução Marina Appenzellerl. - 2ª ed. - São Paulo, Martins Fontes, 1997 (Coleção Ensino Superior).

BECKER, Bertha Koiffmann. **A Geografia e o Resgate da Geopolítica**. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, vol. 2, nº 1, p. 117-150, 2012.

BLACKWILL.R.D.; HARRIS, J.M. **War byothermeans: geoeconomics and statecraft**. Harvard University Press: London, 2016.

BRANCO, Viviane Prux e DIEZ, Carmen Lúcia Fornari. **Análise do discurso e formação discursiva**. In *Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas*. EDUCERE. XIII Congresso Nacional de Educação, 2017. Disponível em <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24702\\_13047.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24702_13047.pdf)>. Acesso em 27/04/2021.

BRASIL, Luciana Leão. **Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva**. *LING. Est. e Pesq.*, Catalão-GO, vol. 15, nº 1, p. 171-182 jan./jun, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise da América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?** Pesquisa e Planejamento Econômico, 1991. Disponível em < [https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser\\_-\\_a\\_crise\\_da\\_america\\_latina\\_consenso\\_de\\_washington\\_ou\\_crise\\_fiscal.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_a_crise_da_america_latina_consenso_de_washington_ou_crise_fiscal.pdf)>. Aceso em 08/02/2022.

CAIRO, Heriberto. **A América Latina no século XXI: geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais, do conhecimento e da representação**. Caderno CRH, Salvador, vol. 21, nº 53, p. 201-206, Maio/Ago, 2008.

CAMILO, Angello Pelinsari. **A Geopolítica brasileira e sua influência para as iniciativas nacionais**. Dissertação de Mestrado – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2019. Disponível em

<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/5780/1/MO%206114%20-%20PELINSARI.pdf>. Acesso em 15/03/2022.

CARVALHO, Delgado de; CASTRO, Therezinha de. **Geografia Política e Geopolítica**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro: IBGE, vol. 14, nº 133, p. 382-391, jul./ago, 1956.

CARVALHO, Patrícia Nasser de, GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. **Reflexões sobre a atuação do Brasil na América do Sul no Século XXI: Uma potência regional?** Cuadernos de Política Exterior Argentina (Nueva Época), 127, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6918864.pdf>. Acesso em 12/01/2022.

CAUBET, Christian G. **A geopolítica como teoria das relações internacionais. Uma avaliação crítica**. Estudos Jurídicos. Editora da UFSC, vol. 5, nº 08, 1984. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16746>>. Acesso em 03/09/2021.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CORONADO, Jaime Preciado. **La construcción de una geopolítica crítica desde América Latina y el Caribe. Hacia una agenda de investigación regional**. Revista de estudios sobre espacio y poder. México, vol. 1, nº 1, 2010. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/GEOP1010120065A/13427>>. Acesso em 0/08/2021.

COSTA, Ivandilson. **Análise crítica do discurso da mídia: poder, contra poder e emancipação**. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, p. 226-244, 2018.

COSTA, Leandro Mendes. **Por uma projeção continental do Brasil: a sinergia das ideias de Mário Travassos com o processo de integração regional sul-americano**. Dissertação de Mestrado – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2014.

DOMINGUES, Reinaldo Alencar. **Uma Potência Regional em Construção? O Brasil na América do Sul durante os anos Lula (2003 – 2010)**. Revista Política Hoje - 2ª Ed – vol. 22, p. 231-248, 2013.

DINIZ, Mariana. **Brasil e mais cinco países suspendem participação na Unasul**. Agência brasileira de comunicação, 22 de abril 2018. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-04/brasil-e-mais-cinco-paises-suspendem-participacao-na-unasul>>. Acesso em 08/05/2022.

ELWELL, Frank W. 2013. **"Wallerstein's World-Systems Theory"**. Disponível em: <<http://www.faculty.rsu.edu/~felwell/Theorists/Essays/Wallerstein1.htm>>. Acesso em 06/02/2022.

FAIRCLOUGH, N. **Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa científica**. Linha d'Água, nº 25 (2), p. 307-329, 2012.

FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. **O sistema do tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira**. Dissertação de Mestrado. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso – Reflexões Introdutórias**. São Carlos. Ed. Claraluz, 2007.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. **A Geopolítica Clássica Revisitada**. In Nação & Defesa 105, Verão (2003), p. 222-244. Disponível em: <<https://realpolitikmag.org/index.php/2015/06/06/a-geopolitica-classica-revisitada/>>. Acesso em 29/12/2021.

\_\_\_\_\_. **Da Geopolítica clássica à Geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade**. Revista Política Internacional. Outono-Inverno (2002), p. 161-186. Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/gepoliticasPessJNeto.pdf>>. Acesso em 02/01/2022.

FILHO, Oscar de Medeiros. **Considerações sobre Geopolítica**. Revista da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), Campinas, 2011.

FOLMER, Ivanio et. al. (org.) **Geopolítica: poder e território**. São Paulo, FFLCH/USP, 2021. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/610/542/2055>>. Acesso em 02/01/2022.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A Análise do Discurso: conceitos e aplicações**. Alfa, São Paulo, nº 39, p. 13-21, 1995.

GOMES; Carlos Francisco Simões, RIBEIRO, Priscilla Cristina Cabral, DUM, Fernanda Abizeth de Carvalho, SANSEVERINO, Adriana Manzi. **As crises econômicas mundiais e as variáveis econômicas no Brasil**. Relatórios de Pesquisa em Engenharia de Produção vol.16, nº 1, p. 18-36. Universidade Federal Fluminense, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/rpep/article/view/36061>>. Acesso em 25/10/2021.

KAROL, Eduardo. **Geografia Política e Geopolítica (1982-2012)**. Orientador Manoel Fernandes de SOUSA NETO. - São Paulo, 2013. 257 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

LEFEBVRE, H. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LIMA, Ivaldo G. PINA, Rodrigo. **Hegemonia global distendida e o novo código geopolítico dos Estados Unidos para a América Latina**. III Simpósio nacional de geografia política. Revista Geonorte, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.147-166, 2013., 2011. Disponível em

<<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/download/1158/1048>>.  
Acesso em 20/12/2021.

LUNA, Luis Alberto. **Representação e produção do espaço: duas conceituações analisadas por Henri Lefebvre**. Diaphonía, e-ISSN 2446-7413, vol. 3, nº 1, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario2/AppData/Local/Temp/nicole-avancini,+Gerente+da+revista,+17197-62769-1-CE.pdf>>. Acesso em 09/11/2021.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

\_\_\_\_\_. **Análise dos Discursos e suas fronteiras**. Matruga, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 20, p.13-37, jan./jun., 2007.

MARTINS, J.R. (2015). **Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?** Iberoamérica Social: revista-red de estudos sociais (V), p. 95-108. Disponível em: <<http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual>>. Acesso em 06/02/2022.

MENDES, Marcília Luiza Gomes da Costa, COSTA, Maria Ivanúcia Lopes da. **O Discurso Midiático e a Construção da Notícia**. Biblioteca on-line de Comunicação, 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/mendes-costa-o-discurso-midiatico-e-a-construcao-da-noticia.pdf>>. Acesso em 14/04/2022.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **A geopolítica e as projeções de poder**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18º Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 4, 1981. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/108202>>. Acesso em 02/10/2021.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino, ARCASSA, Wesley de Souza. **Reflexões em torno dos conceitos de geografia política e geopolítica**. XII Semana da Geografia e VII Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia, 2011. Disponível em <<https://docero.com.br/doc/18xcc8c>>. Acesso em 20/12/2021.

Notícia. Gazeta do Povo, **Internacionalização da Amazônia: o que é verdade e o que é mito**. DESIDERI, Leonardo. Brasília-DF - 30/08/2019 – 20:10h. Disponível em <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/internacionalizacao-da-amazonia-mitos-e-verdades/>>. Acesso em 08/01/2022.

Notícia. El País, **ONU acusa Governo de Maduro de crimes contra a humanidade**. Florantonia Singer. Caracas – 16/09/2020 - 16:24h BRT. Disponível em:

<<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-16/onu-acusa-governo-de-maduro-de-crimes-contra-a-humanidade.html>>. Acesso em 08/05/2022.

ONU. **Missão sobre Venezuela apura alegações de crimes contra humanidade e pede punição**. 16/09/2020. Direitos humanos. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/tags/missao-internacional-independente-de-apuracao-dos-fatos-sobre-republica-bolivariana-da>>. Acesso em 05/05/2022.

ORLANDI, Eni P. **Michel Pechêux e a Análise de Discurso**. Estudos da Língua (gem). Vitória da Conquista, nº 1, p. 9-13, junho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

ORO, Ari Pedro, URETA, Marcela. **Religião e Política na América Latina: uma análise da legislação dos países**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil. Universidade de Paris III, França. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, nº 27, p. 281-310, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832007000100013>>. Acesso em 21/05/2021.

PENHA, Eli Alves. **Geografia Política e geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. In Geografia e Geopolítica: as contribuições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. Revista do IBGE. Rio de Janeiro-RJ, p. 117-135, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

PFRIMER, Matheus Hoffmann. **Heartland Sul-americano? Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 29, p. 131-144, 2011.

PRECIADO, Jaime. **América Latina no Sistema-Mundo: questionamentos e alianças centro-periferia**. Caderno CRH, Salvador, vol. 21, nº 53, p. 253-268, Maio/Ago. 2008. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/JwJQwbgdvcfYPVKdLhJLLwg/>>. Acesso em 14/02/2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Elementos para uma análise de discurso político**. BARBARÓI - Revista do Departamento de Ciências Humanas da UNISC. Santa Cruz do Sul, nº 24, p. 78-109, 2006. Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/821>>. Acesso em 14/26/2021.

ROCHA, Marco Antônio Resende Soares da. **A contribuição do pensamento geopolítico do Marechal Mário Travassos para a concepção estratégica nacional face aos desafios do século XXI**. Dissertação de Mestrado – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2020.

ROCHA, Pedro Diniz. **O determinismo racial e geográfico no discurso geopolítico moderno/colonial: por uma geopolítica decolonial**. Conjuntura Global vol. 7, nº 3, 2018, p. 247. Disponível em:<<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/60794/37444>>. Acesso em 10/09/2021.

RODRIGUES, Denise Simões, MELO, Maria Lúcia. **Estudo sobre análise de discurso como procedimento metodológico na pesquisa documental**. Educação Revista do Centro de Educação – UFSM, Santa Maria, vol. 45, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>>. Acesso em 17/08/2021.

SABOYA, André Nassim, **O pensamento de Mario Travassos e a política externa brasileira**. Revista de Geopolítica, v. 9, nº 2, p. 29 - 50, jul./dez. de 2018.

SANTOS, Norma Breda. **Funções das teorias geopolíticas: algumas reflexões críticas sobre o caso argentino**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/106261/321066.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 15/01/2022.

SANTOS, Marcelo. **A Supremacia dos EUA no Pós-Guerra Fria**. Perspectivas, São Paulo, vol. 29, p. 37-66, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/32/25>>. Acesso em 03/03/2022.

SANTOS, Marco Aurélio Martins (org.). **Geografia e Geopolítica A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. IBGE. Rio de Janeiro, 2009. (Documentos para disseminação. Memória institucional, n. 16). Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica\\_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/16-Geografia%20e%20geopolitica_A%20contribuicao%20de%20Delgado%20de%20Carvalho%20e%20Therezinha%20de%20Castro.pdf)>. Acesso em 05/08/2021.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo / Geopolítica do Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. Olympio, 1981.

SORJ, Bernardo e FAUSTO, Sérgio. **O papel do Brasil na América do Sul: estratégias e percepções mútuas**. In. Brasil e América do Sul: Olhares cruzados. Disponível em <[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Brasil\\_e\\_America\\_do\\_Sul\\_Olhares\\_cruza\\_dos.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Brasil_e_America_do_Sul_Olhares_cruza_dos.pdf)>. Acesso em 25/04/2021.

\_\_\_\_\_. **O papel do Brasil na governança regional**. In. O Brasil e a Governança da América Latina: Que Tipo de Liderança é Possível? Disponível em <[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/O\\_Brasil\\_Governanca\\_America\\_Latina\\_Que\\_Tipo\\_Lideranca\\_Possivel.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/O_Brasil_Governanca_America_Latina_Que_Tipo_Lideranca_Possivel.pdf)>. Acesso em 27/04/2021.

SOUSA, Rodrigo Pina de. **Territorialização militar em rede e o imperialismo estadunidense na América Latina: um novo código geopolítico?** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2007.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 4ª ed, 1947.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros**. Terra Brasilis. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabilis/359>. Acesso em 11/02/2022.

VESCOVI, L. F. (2014). **Os centros do poder econômico mundial na atualidade e as possibilidades de conflitos regionais**. Revista InterAção, vol. 4. Disponível em <<https://doi.org/10.5902/2357797512743>>. Acesso em 06/02/2022.

VESENTINI, José William. **O que é geopolítica? E geografia política?** (Texto divulgado em 2009). Disponível em: < <https://goo.gl/C3g8nj> >. Acesso em 19/04/2022.

WEIGERT, Hans W. **Geopolítica: generales y geógrafos**. 2ª Ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1944.